

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

KAROLINNE KRÍZIA DA SILVA FERREIRA

**A América Latina e o Estado:
contradições e particularidades sócio-históricas**

Maceió

2017

Karolinne Krízia da Silva Ferreira

**A América Latina e o Estado:
contradições e particularidades sócio-históricas**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Dr.^a Maria Adriana Torres.

Maceió

2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Janaina Xisto de Barros Lima

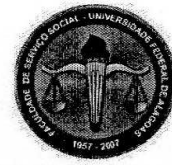
- F383a Ferreira, Karolinne Krízia da Silva.
A América Latina e o Estado : contradições e particularidades sócio-históricas / Karolinne Krízia da Silva Ferreira. – 2017.
131 f.
- Orientadora: Maria Adriana da Silva Ferreira.
Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Maceió, 2017.
- Bibliografia: f. 129-131.
1. América Latina – Aspectos sócio-históricos. 2. Capitalismo.
3. Estado. I. Título.

CDU: 364.1(8)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

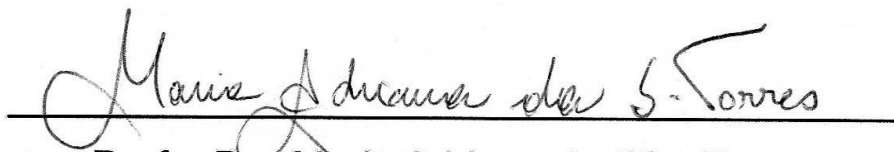
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Carolinne Krízia da Silva Ferreira**, intitulada “A AMÉRICA LATINA E O ESTADO: CONTRADIÇÕES E PARTICULARIDADES SÓCIO-HISTÓRICAS”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 1 de setembro de 2017, às 10h, na Sala dos Conselhos da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

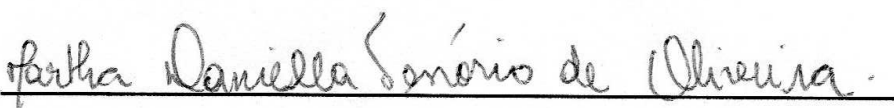
Banca Examinadora



Profa. Dra Maria Adriana da Silva Torres
Orientadora (PPGSS - FSSO - UFAL)



Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto
Examinador interno (PPGSS- FSSO - UFAL)



Profa. Dra Martha Daniella Tenório de Oliveira
Examinadora externa (UFAL)

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos aqui suscitados não se referem ao fim de mais um ciclo, mas sim a todos os envolvidos que contribuíram impulsionando e servindo como inspiração para o amadurecimento teórico adquirido ao longo desses anos. Desse modo, inicio os agradecimentos aos professores de excelência que tive durante a graduação, em especial: Marli Araújo, Japson Gonçalves, Cicero Albuquerque, Silvana Medeiros e com um carinho particular, Mailiz Lussa.

Nesse mesmo sentido, agradeço aos professores do mestrado que com fervor e uma leitura ontológica mais aguçada fomentaram novas inquietações, despertaram a necessidade de retomar a leitura dos fundamentos históricos através dos clássicos. Este foi um processo desafiador e inquietante, na medida em que é preciso superar a centralidade política que a própria categoria profissional se utiliza na maior parte do tempo de modo enviesado.

Ressalto também gratidão aos professores que formaram a banca avaliadora nesta etapa final, sendo estes os professores, Artur Bispo e Martha Daniella, que de maneira singular viabilizaram um imprescindível amadurecimento pessoal que interfere diretamente no avanço acadêmico. Na longa e difícil trajetória acadêmica vários obstáculos surgem, é preciso nesse momento expressões de confiabilidade, de credibilidade e segurança, por isso e tantos outros fatores, obrigada.

O último agradecimento aos professores fica reservado a minha orientadora, Maria Adriana Torres que desde a graduação, passando pelo grupo de pesquisa, pela iniciação científica até o mestrado mostrou-me a nobre função da pesquisa: produzir com qualidade novos conhecimentos. Entre uma relação marcada por altos e baixos, mais uma vez compartilhamos, de modo exitoso, o fim de mais um ciclo acadêmico onde foi reforçado a relevância e o compromisso com a pesquisa.

Todo esse caminho foi demarcado por obstáculos, os quais com muita disciplina e determinação foram sendo enfrentados. Essas características que devo aos meus familiares que são meu alicerce, em particular minha mãe (Josineide Pininga), minha avó (Maria José) meus irmãos (Bruna Kalline e Edival Júnior) e meu filho de quatro patas (beny).

Expresso também meu reconhecimento ao meu noivo José Leandro, que em nenhum momento permitiu que os impasses cotidianos desestimulassem a disciplina e determinação nos estudos. É alguém que acredita no meu potencial e desse modo, me impulsiona sempre a

crescer e desenvolver as habilidades. É alguém que ocupa um lugar ímpar em minha vida, um verdadeiro companheiro.

Por fim, agradecer aos novos e velhos amigos que essa trajetória acadêmica oportuniza conhecer e manter. Em especial as velhas amizades, Eduarda Isis, que diariamente divide dúvidas, respostas, que divide o sentimento de uma amizade genuína. E em especial as novas amizades, Gleizianne Almeida que me acolheu em uma fase de mudanças, de turbulências viabilizando o conforto de sentir-me em casa mesmo estando distante. A todos os envolvidos, obrigada!

O Estado não é mais do que uma máquina de opressão de uma classe por outra, e isso vale para a república democrática não menos que para a monarquia; na melhor das hipóteses, ele é um mal que o proletariado vitorioso herda na luta pelo domínio de classe e cujos piores aspectos o proletariado, assim como a Comuna, não pode evitar eliminar o mais prontamente possível, até que uma nova geração, crescida em condições sociais novas e livres, seja capaz de remover de si todo o entulho estatal.

Introdução de Engels em, A Guerra Civil na França, de Karl Marx

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

A Utopia, de Eduardo Galeano

RESUMO

No marco das relações hodiernas a pluralidade de debate polêmico e entusiasmado dissemina um conjunto ideológico que tem reproduzido a imagem do Estado como conquista e instrumento emancipatório em detrimento da centralidade do trabalho. Na contramão desse movimento reafirma-se a necessidade de recuperar os clássicos e a história, no preciso sentido de superação das personificações e complementariedade que o complexo estatal exerce a base material fundada na divisão antagônica das classes sociais e na exploração do homem pelo homem. Neste texto a investigação dos fundamentos ontológicos do Estado elucida-se a partir do exame das particularidades latino-americanas, em que pese a América Latina como uma verdadeira expressão genuína da unidade do diverso, posto seus elementos comuns – a usurpação, o saqueio, a apropriação das riquezas e a violência – enquanto continente periférico, mas que também fornece uma diversificação em seu interior na medida em que a formação social de seus países possui singularidades entre si. Sendo um texto de caráter teórico, os procedimentos operacionais adotados consistem na revisão crítica e leitura imanente dos fundamentos históricos e ontológicos da temática, a partir dos clássicos e contemporâneos. Para a apreensão dessa totalidade social o método histórico dialético foi imprescindível, porque nos oferece suporte para compreendermos o desenvolvimento do ser, sendo que o arsenal categórico do método histórico dialético possibilita desvendar como o complexo estatal é fundamental a reprodução antagônica nessa relação desigual e combinada. Assim, objetiva-se deslindar o caráter histórico que condiciona a América Latina à economia periférica e dependente, e suscitar o papel primordial do Estado em controlar, legalizar e comandar a transferência direta de valor e/ou a formação de dívidas externas. Portanto, o estudo lança contribuições no exercício de superar os diversos estereótipos que são impregnados à América Latina. E é na figura do Estado que muito deste caminho pôde ser capturado, visto que a dependência funda-se mediante uma relação de combinação baseada na desigualdade.

Palavras-chave: Estado. América Latina. Capitalismo.

ABSTRACT

In the framework of today's relations the plurality of controversial and enthusiastic debate disseminates an ideological set that has reproduced the image of the State as a conquest and emancipatory instrument to the detriment of the centrality of work. Against this movement, the need to recover classics and history is reaffirmed in the precise sense of overcoming the personifications and complementarity that the state complex exercises the material basis founded on the antagonistic division of social classes and the exploitation of man by man. In this text the investigation of the ontological foundations of the State elucidates itself from the examination of Latin American particularities, in spite of Latin America as a genuine genuine expression of the unity of the diverse, given its common elements - usurpation, plunder, appropriation of wealth and violence - as a peripheral continent, but also provides a diversification in its interior insofar as the social formation of their countries has singularities among them. Being a text of a theoretical nature, the adopted operational procedures consist in the critical revision and immanent reading of the historical and ontological foundations of the thematic, starting from the classic ones and contemporaries. For the apprehension of this social totality the dialectical historical method was indispensable, because it offers us support to understand the development of being, and the categorical arsenal of the dialectical historical method makes it possible to unmask as the state complex the antagonistic reproduction in this unequal and combined relation is fundamental. Thus, the objective is to delimit the historical character that conditions Latin America to peripheral and dependent economy, and to provoke the primordial role of the State in controlling, legalizing and commanding the direct transfer of value and / or the formation of external debts. Therefore, the study makes contributions in the exercise of overcoming the diverse stereotypes that are impregnated to Latin America. And it is in the figure of the state that much of this path could be captured, since dependence is founded on a combination relationship based on inequality.

Keywords: State. Latin America. Capitalism.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BM	Banco Mundial
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
EUA	Estados Unidos
FMI	Fundo Monetário Internacional
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A FORMAÇÃO DO ESTADO: FUNDAMENTOS E HISTÓRIA	17
2.1	Determinações ontológicas e históricas do Estado	18
2.2	Primeira etapa da colonização: sucateamento dos metais preciosos e violência dos povos nativos	33
2.3	Atividades agrícolas: Escravidão e Estado colonial	43
3	O CAPITALISMO NA PERIFERIA LATINO-AMERICANA E O ESTADO MODERNO	54
3.1	A agricultura latino-americana: produtos basilares ao desenvolvimento do capitalismo europeu	55
3.2	Capitalismo e Estado latino-americano: configurações tardias	65
3.3	A Relação de Dependência e o Estado: os “anos dourados” versus regime militar	87
4	GLOBALIZAÇÃO, FINANCEIRIZAÇÃO E ESTADO NEOLIBERAL: “NOVA” FORMA HISTÓRICA DA DEPENDÊNCIA	102
4.1	Análise de conjuntura: desdobramentos da crise estrutural na América Latina	103
4.2	Estado Neoliberal: contrastes latino-americanos	111
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS	129

1 INTRODUÇÃO

A América Latina é a expressão genuína da unidade do diverso, em que pese seus elementos comuns enquanto continente periférico, mas que também fornece uma diversificação em seu interior, na medida em que a formação social de seus países possui singularidades entre si, no continente em que os fatores de colonização e civilização desenvolvidos, foram a usurpação, o saqueio, a apropriação das riquezas e a violência. Ainda assim, os seus países gestam desenvolvimento desigual das forças produtivas; da estrutura de classes; da organização política em detrimento do maior ou menor atendimento dos anseios do capital internacional.

A pesquisa em tela emerge das aproximações ocorridas desde programa institucional de bolsas de iniciação científica (PIBIC), através do processo de autocrítica e aproximação dos fundamentos ontológicos suscitou novas inquietações, uma vez que a riqueza de elementos que constitui o objeto de estudo é tratada por uma pluralidade de debates e textos orientados por pressupostos de natureza evolucionista e etapista, transformando a incorporação da América Latina em um processo natural à engrenagem do modo de produção capitalista. Nesse sentido, põem-se as inquietações e desafios em investigar o continente latino-americano mediante a leitura respaldada em determinações históricas e ontológicas para desvelar a naturalização das relações de dominação que ao longo da história vão convertendo e dividindo os países em centrais e periféricos, conforme sua capacidade produtiva.

Torna-se inevitável não elencar que, a priori, o continente foi incorporado na tentativa que pairava no século XV, de expandir e descobrir novos caminhos com intuito de subsidiar o modo de produção capitalista em ascensão na Europa e, para isto, foi necessário desenvolver relações de exploração e expropriação das suas riquezas. Posteriormente, as relações capitalistas de produção foram enveredando-se pelo continente, acentuando e acirrando as contradições sociais da combinação desigual forjada entre centro e periferia para o sistema orgânico do capital.

Mas, para que esse movimento de desenvolvimento desigual e combinado se materializasse na América Latina, exigia-se um complexo social que pudesse exercer dominação a fim de naturalizar as desigualdades econômicas e sociais do continente enquanto complementaridade à Europa e que, ao mesmo tempo, pudesse servir de apêndice para introduzir as demandas internacionais e/ou transferir valor. Ao Estado oligárquico cabia essa

tarefa. O complexo social que surge a partir da sociedade de classes com a função ontológica de tornar a classe economicamente dominante em politicamente dominante, amortecendo e obscurecendo os conflitos imanentes ao antagonismo das classes irreconciliáveis, é o Estado.

Para a investigação da formação econômica e política da América Latina, o Estado, em nosso estudo, é a categoria norteadora do mapeamento e desvelamento do processo histórico do continente latino-americano. Assim, o Estado e seu papel elementar na reprodução material perpassam por distintas formas de organização e modificação, revelando seus mecanismos de intervenção no continente latino-americano que mais atendia às necessidades de reprodução do capitalismo nas suas mais diversas fases.

Considerando que a totalidade social não é a soma entre as partes e sim a conexão e interrelação existente entre elas, esse estudo direciona-se a apreender os nexos causais e peculiaridades da América Latina enfatizando a natureza e o desenvolvimento do Estado, sobretudo considerando a sua intrínseca ligação com a consolidação e contribuição da ordem capitalista que ocorre primeiro na Europa. Para a apreensão dessa totalidade o método histórico dialético foi imprescindível, porque nos oferece suporte para compreendermos o desenvolvimento do ser, sendo que o arsenal categórico do método histórico dialético possibilita conhecer como o objeto se forma, se condiciona; suas limitações e possibilidades para que, desse modo, haja a reprodução ideal do movimento real que o pesquisador se propõe a investigar.

Sendo uma pesquisa de rigor teórico, os procedimentos operacionais adotados, ao invés de utilizar de conceitos e argumentos prontos sobre a América Latina e o Estado, como um ato simplório de refletir mecanicamente o objeto, nessa pesquisa resgata-se os fundamentos, mesclando o pensamento clássico e contemporâneo na busca ativa de conhecer, criticar e revisar – leitura imanente – a história peculiar da América Latina e as diversas organizações estatais que condicionaram o continente a sucumbir em contradições e desigualdades historicamente estabelecidas e impossíveis de serem superadas sem que haja a subversão do sistema orgânico do capital.

O percurso textual foi composto por três seções visando à organização sistemática do período histórico correspondente a cada fase do capitalismo e simultaneamente sua interferência no continente latino-americano. Cabe acrescentar que a relação de dependência imposta pelo processo de colonização vai se reconfigurando ao longo dos séculos. Revelamos, no decurso das seções, que os elementos históricos não são rompidos, pelo contrário, há uma relação de continuidade em que se intensificam e se reorganizam em benefício do progresso alheio, das grandes potências econômicas como a Europa e os Estados Unidos.

Na primeira seção, delineia-se um preâmbulo sobre o que é o Estado, sua natureza e função social, partindo do pressuposto que este não é um complexo social inerente ao ser social, mas específico a uma determinada organização da sociedade em classes antagônicas visando à legitimidade da propriedade privada. Ao longo dessa seção resgatam-se as distintas configurações da ação estatal nas sociedades antecedentes ao capitalismo, buscando explicitar os principais traços que conectam as mudanças estatais com a base material em vigor.

Arelado à compreensão que o Estado tem como função ontológica legitimar politicamente a classe também economicamente dominante, adentra-se nas singularidades da formação histórica da América Latina, partindo sempre da categoria totalidade. Desse modo, discorre-se acerca do florescimento do comércio na transição do feudalismo que irá imprimir na economia um novo plano, um novo sentido em que a simples troca de mercadoria era ultrapassada pela relação fetichizada que a mesma desencadearia.

O comércio, o dinheiro e a mercadoria se expandiam na Europa a ponto de não corresponderem mais à organização societária em que estava assentado o feudalismo. Esse novo horizonte orientado pelo capital mercantil era incipiente para consolidar um novo modo de produção, pois havia alguns obstáculos que inviabilizavam essa concreção e precisariam ser superados, a exemplo da expansão geográfica que certamente poderia contribuir na expansão e controle do capital para além das limitações feudais.

Para a materialização desses aspectos iniciais a complementaridade do Estado se fez imediatamente inevitável, ainda que não assumida sua forma genuína, o Estado mercantil europeu dominava e legitimava as riquezas expropriadas através do protecionismo estatal. Conseqüentemente, esse processo histórico de colonização foi longo e complicado, exigindo do Estado a garantia da riqueza latino-americana e consagrando o massacre dizimado aos povos nativos – índios –, que em decorrência da incipiência de força de trabalho nativa foi sendo substituída pelo trabalho escravo negro da África.

Através do trabalho escravo que perdurou até meados do século XIX, na América Latina, sinalizando que não se tratou do escravismo próprio do império romano antigo, mas sim, um trabalho escravo dentro da dinâmica e dos objetivos do capital, o Estado colonial ergueu-se no continente com a função de transferir riquezas geradas pelo trabalho escravo. Isso implica dizer que a formação estatal serviu para formalizar a relação de subordinação e usurpação que a Europa estabelecia na América Latina, respaldada pela servidão escrava.

Na segunda seção, considerando a relação dialética em que está imerso o objeto de estudo, contextualiza-se as mudanças de meados do século XIX ao século XX, na qual se particulariza pela engrenagem propriamente dita da América Latina ao modo de produção

capitalista e, conseqüentemente, à estruturação do Estado moderno no continente. O primeiro elemento a ser destacado é que a classe dominante (burguesia) no continente não é portadora de raiz própria, porque nasce sob o estigma da burguesia mercantil europeia, o que por sua vez atua conforme as necessidades do capitalismo central, desprezando e comprometendo o desenvolvimento interno da América Latina.

Essa classe dominante foi formada pelas oligarquias que tiveram origem a partir de uma segunda etapa da colonização. Após a expropriação dos metais preciosos, a colonização foi sustentada pela implementação dos latifúndios que, gerando riquezas inenarráveis, conduziram gradativamente as condições objetivas para a transição do feudalismo ao capitalismo na Europa. Ocorreram modificações estruturais, dentre elas a reorganização do Estado de acordo com o liberalismo. Na lógica expansionista do capital, se toda base material se transformaria para atender a nova estrutura da sociedade, o mesmo deveria ocorrer com a América Latina, uma vez que se tornou o berço de apropriação e usurpação de riquezas – bens materiais e força de trabalho.

Assim, na segunda metade do século XIX a América Latina incorpora os elementos objetivos que faltavam à passagem ao modo capitalista de produção, promovendo uma segunda rodada de exploração no continente com traços peculiares e marcantes, sobretudo pela solução imposta para desenvolver-se de forma combinada, mas sempre desigual aos países centrais – *superexploração* da força de trabalho.

Neste contexto, consolida-se o papel de apêndice que o Estado desempenha na relação da Europa com a América Latina, na medida em que suas funções são compatíveis e ditadas sob o interesse do capital expansionista. Nessa época de modificações estruturais, surgem algumas teorias para tentar explicitar em que consistem e quais os horizontes das modificações conjunturais que a América Latina rapidamente vem absorvendo: as teorias Desenvolvimentista e da Dependência.

À luz do movimento processual da história, com base na perspectiva desenvolvimentista, a atuação do Estado é reinventada. Ou seja, na era desenvolvimentista é possível analisar um Estado facilitador da industrialização para dentro; apelo nacionalista e populista, reforçando a imagem de um Estado reconhecedor das necessidades.

Por outro lado, a avaliação da Teoria da Dependência marxista suscita os elementos – *superexploração* e *subimperialismo* – para explicar que o capitalismo não trouxe soluções para as desigualdades estabelecidas pelo processo de colonização, pelo contrário, acentuou as desigualdades e contradições sociais. E foi o Estado, na década de 1960, tomado pela imagem de combater o populismo e nacionalismo anteriormente apontado, quem possibilitou a entrada

massiva do capital externo.

Esse foi o Estado latino-americano do período ditatorial, o qual intensificou a cisão criada pelo liberalismo entre a economia e a política, pois justificando o autoritarismo e a violência através da possível ameaça popular, na verdade viabilizava a realização dos “anos dourados” do capitalismo monopolista em alguns países europeus por meio da modernização e aceitação do capital externo, simultaneamente impulsionando o endividamento latino-americano.

Nesse desenvolvimento desigual e combinado entre o centro e a periferia capitalista, é importante assinalar que este período dos “anos dourados” durou três décadas, sendo marcado seu fim por longo colapso econômico, a crise estrutural de 1970. Com o esgotamento desse período, o capital personificado na classe burguesa elabora medidas de recuperação aos danos advindos da crise estrutural, que por sua vez reflete suas inflexões negativas sobre a economia dependente latino-americana.

Sob estas circunstâncias são gestados os elementos históricos examinados na terceira seção, e possivelmente o mais difícil de avaliar, tendo em vista se tratar das relações contemporâneas ainda em processo. Esboçam-se as medidas elaboradas/adotadas com o intuito de reparar os efeitos estruturais – reestruturação produtiva; financeirização e neoliberalismo – e sua inflexão sobre o continente latino-americano.

A partir dessa exposição observar-se-á um novo padrão de dependência histórica ao qual a América Latina está sucumbindo, através de um Estado neoliberal ancorado na falácia democrática que apresenta poucas medidas sociais em contraposição a um quadro de desigualdade crescente. O Estado neoliberal latino-americano se expressa pela liberalização das transações econômicas internacionais; a renegociação da dívida externa que atua na desregulamentação e também na liberalização dos fluxos de capitais.

Nesse sentido, o texto tem como objetivos elucidar o caráter histórico que condiciona a América Latina à economia periférica e dependente e suscitar o papel primordial do Estado em controlar, legalizar e comandar a transferência direta de valor e/ou a formação de dívidas que, sob diferentes configurações também geravam riqueza para o capitalismo central. Além disto, o Estado como categoria central e norteadora da investigação latino-americana lança contribuições ímpares no debate de superação da centralidade da política dentro da formação do Serviço Social bem como para reafirmação do horizonte de uma sociedade emancipada, visto que, contemporaneamente, a predominância da centralidade da política obstaculiza o enfrentamento das ideologias que fortalecem e intensificam o controle sociometabólico do capital.

Em outras palavras, e longe de esgotar a problemática, neste texto a América Latina com suas singularidades é utilizada como alicerce para a análise do Estado, o qual se modificou, mas, que mantém sua função ontológica, ou seja, conhecendo e desvendando as lacunas ocultadas do processo de formação latino-americano, examina-se na mesma medida como o Estado mantém as condições gerais tão vitais ao funcionamento da base material, resguardando a especificidade de uma economia atribuída historicamente como dependente.

2 A FORMAÇÃO DO ESTADO: FUNDAMENTOS E HISTÓRIA

O processo de colonização da América Latina combinou exploração e desigualdade em favor do desenvolvimento mundial, criando as circunstâncias para o capital desenvolver-se. No entanto, esse domínio não pode sustentar-se sem a aliança com o Estado enquanto complexo social¹ que exerce complementaridade aos interesses da classe economicamente dominante, amortecendo os conflitos imanentes à contradição em que se funda a sociedade de classes, que se intensifica a partir da relação orgânica do capital.

Assim, nesta primeira seção, intenta-se compreender a complexa problemática do Estado, partindo do pressuposto de que o Estado não é uma categoria autoexplicativa, porque estudar o complexo estatal requer um processo de resgate de sua gênese, recorrendo às condições objetivas que levam à criação desse complexo social de forma a capturar suas configurações e especificações históricas, para que, mediante a apreensão do conhecimento histórico e socialmente construído, possa-se afastar de uma leitura politicista e mecanicista que anula e obstaculiza as determinações ontológicas do Estado.

Desse modo, na investigação sobre o Estado latino-americano através do estudo do processo de formação econômica e política desse continente, tem-se como objetivo compreender os fundamentos do Estado, sua função ontológica, a base material e todo o aparato que o mesmo utiliza para legitimar – poder público, política, exército, leis, impostos – como condição *sine quo non* para o desvelamento da formação de um continente tão diverso e contraditório como a América Latina.

2.1 Determinações ontológicas e históricas do Estado

Desde o surgimento do Estado até as configurações mais contemporâneas, muitas foram as alterações que ocorreram na sociedade e, concomitantemente, no aparelho estatal. Por outro lado, a sua natureza, desde quando surgiu para administrar a relação entre classes irreconciliavelmente inimigas, não desapareceu. O surgimento do Estado tem seu fundamento

¹A categoria complexo social expressa um conjunto de relações sociais que se distingue das outras relações pela função social que exercem no processo reprodutivo. O Estado enquanto complexo social compreende-se como instrumento especial de repressão da classe dominante voltada à realização da exploração do trabalho das classes dominadas. Para uma exposição mais detalhada ver LESSA (2012).

na constituição do ser social².

Assim, para compreender o Estado, enquanto complexo social, entende-se a necessidade de recuperar o ser social na sua historicidade e processualidade. Com base na recuperação histórica de Marx e Engels (2009), há milhões de anos, a esfera do ser social foi demarcada pela constituição e organização dos homens primitivos, aqueles considerados pelos estudos antropológicos e arqueológicos como herdeiros dos primatas – evolução meramente biológica na constituição do ser humano. Essa primeira forma de organização dos homens primitivos caracterizou-se pela formação de bandos nômades, onde os homens, vivendo em grupos e comunidades, dividiam-se entre as tarefas de caçar os animais, coletar os vegetais e preparar os alimentos para, ao fim do processo, distribuir a todos os membros daquela comunidade.

Conforme Engels (2009), as tribos se uniam pelo grau de parentesco e resolviam seus conflitos internos com base no mais velho e experiente do grupo. No entanto, esses conflitos internos ocasionalmente se exteriorizavam e se tornavam conflitos externos entre tribos diferentes. Cabe aqui salientar que o modo como resolviam seus confrontos caracterizava-se pela organização política desenvolvida por eles, a qual não admitia nenhuma relação de dominação, servidão ou mesmo de direitos e deveres.

Em suma, a comunidade primitiva se expressou pela

[...] população extremamente escassa, concentrando-se apenas no local de residência da tribo, ao redor do qual se estende uma vasta região para a caça, onde se segue a zona neutra dos bosques de proteção que separam as tribos entre si. A divisão do trabalho é absolutamente natural, subsistindo apenas entre os dois sexos. O homem vai à guerra, à caça e à pesca, procura as matérias-primas para a alimentação e produz os instrumentos necessários para isso. A mulher cuida da casa, prepara a comida e confecciona as roupas: cozinha, fia e costura. Cada um manda em seu domínio, o homem na floresta e a mulher em casa. Cada um é proprietário do instrumento que confecciona e utiliza. O homem possui as armas e os utensílios de caça e pesca, a mulher é dona dos utensílios domésticos. A economia doméstica é comunista, abrangendo frequentemente muitas famílias. Aquilo que é feito e utilizado em comum é de propriedade comum: a casa, a horta, a canoa (ENGELS, 2009, p. 173).

Isto é, a base social e material da comunidade primitiva foi a coleta de alimentos, através do ato de transformar a natureza, produzindo-se os bens materiais necessários à satisfação das necessidades humanas. Porém essa produção era escassa, porque somente se

² Intenta-se na compreensão do ser social que, “[...] as interações entre os animais e o ambiente podem se desenvolver apenas dentro de limites muito estreitos. Com o ser social, no entanto, temos uma situação ontologicamente distinta” (LESSA, 2012, p. 108) na medida em que o ser social reproduz há sempre o novo através da transformação teleologicamente orientada. Esse é o estatuto ontológico da gênese do ser social.

produzia aquilo que era de necessidade imediata. A única divisão existente, como assinalado na passagem acima, relacionava-se às tarefas realizadas por homens e mulheres sem, no entanto, o estigma da propriedade privada, ou seja, as tarefas eram divididas, mas o resultado, o fruto do trabalho era comum a todos.

O elemento decisivo para compreender a conjuntura primitiva foi a ausência de poder, de desigualdade, de qualquer forma de submissão do homem, mas que logo mudaria em decorrência do aprimoramento obtido através do constante intercâmbio direto do homem com a natureza. Sobretudo, a comunidade de algumas regiões que passaram a se desenvolver mais que outras, como relatam os historiadores Marx (1996) e Engels (2009), que o processo de trabalho nessa etapa inicial era bastante rudimentar e simples tornando o ser social dependente dos fenômenos naturais.

Desta dependência à natureza, resultou que em algumas regiões a criação de gado cresceu permitindo aos membros da tribo fabricar mais peles, lãs, entre outros produtos que passaram a ser estocados, aumentando a quantidade de matéria-prima que possuíam. Através da estocagem desses produtos foi possível, pela primeira vez, realizar trocas entre as tribos, uma vez que até então esse tipo de relação inexistia ou apenas ocorria raramente a troca interna entre os membros de uma mesma tribo. Assim, ocorreu

[...] a primeira grande divisão social do trabalho. Essas tribos de pastores não só produziam mais víveres, mas também víveres diferentes do restante dos bárbaros. Tinham a vantagem de possuir mais leite, laticínios e carnes e, além disso, dispunham de peles, lã, couro de cabra, fios e tecidos, cuja quantidade aumentava na medida em que aumentava a massa das matérias-primas. Isso tornou possível, pela primeira vez, o escambo regular de produtos (ENGELS, 2009, p. 174).

Ou seja, essa primeira divisão social do trabalho foi resultado do aumento na criação de gado que passou a contribuir para que o homem, através da extração da pele, produzisse mais lã, tecido e, dessa forma, desenvolvesse suas habilidades. Mas não só isso, os homens também passaram a desenvolver atividades agrícolas uma vez que antes as terras eram usadas apenas para produzir cereais para os animais, em especial, o gado. Porém, o homem vai aos poucos apreendendo as propriedades da terra e realizando outras plantações que passaram a destinar-se a sua própria alimentação.

De acordo com Engels (2009), a terra cultivada era a *priori* propriedade da tribo, depois das comunidades e famílias e, por fim, tornou-se do indivíduo, em detrimento da atividade individual que o homem realizava. Havia um sentimento de posse sem, no entanto, passar desta condição de sentimento, pelo menos até esse contexto.

A partir do constante intercâmbio do homem com a natureza, este vai adquirindo conhecimentos novos e se apropriando de diferentes ferramentas e técnicas para incidir sobre a natureza com o objetivo de que o bem material pré-idealizado³ pudesse ser alcançado de forma rápida e fácil. Como resultado do desenvolvimento dos instrumentos de trabalho agindo diretamente nas terras e nas atividades domésticas – tear, confeccionar – surgem as atividades da agricultura e pecuária que provocam rapidamente uma produção elevada para além das necessidades imediatas apresentadas no cotidiano das comunidades rudimentares – o excedente.

O surgimento do excedente no processo de produção causa dois efeitos: primeiro a possibilidade de acumular produtos tornou possível e comum a relação de troca, onde se verifica os princípios da relação comercial; segundo, acarretou em uma divisão antagônica entre aqueles que produzem o bem material – os produtores diretos – e os que se apropriam dos bens produzidos. Logo, essa primeira forma de divisão social do trabalho, desencadeou a primeira divisão da sociedade em classes. Dessa forma:

O aumento da produção em todos os ramos – criação de gado, agricultura, artes e ofícios domésticos – tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua subsistência. Aumentou ao mesmo tempo a quantidade de trabalho diário que cabia a cada membro da *gens*, da comunidade doméstica ou da família isolada. Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se conseguiu por meio da guerra. Os prisioneiros de guerra foram transformados em escravos. A primeira grande divisão social do trabalho, ao aumentar a produtividade desse e, em decorrência, a riqueza, e ao alargar o campo de produção, tinha de trazer consigo, nas condições históricas de conjunto, necessariamente a escravidão. Da primeira grande divisão social do trabalho, resultou a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados (ENGELS, 2009, p. 175, grifo do autor).

Sob essas circunstâncias se encerra a comunidade primitiva dando lugar as sociedades antagonicamente divididas em duas classes fundamentais, onde a base social e material também se altera porque antes desse contexto tudo era comum e igual para todos os membros da comunidade. Agora a riqueza produzida pelo trabalho humano é fruto da exploração do homem pelo homem e é apropriada por uma determinada classe. Por consequência, toda a estrutura da sociedade se modifica do plano material ao plano espiritual, por exemplo, os papéis sociais do homem e da mulher na sociedade de classes se redimensionam em novas

³ Conforme a teoria lukacsiana a prévia-ideação é o momento em que “[...] as consequências da ação são antevistas na consciência, de tal maneira que o resultado é idealizado (ou seja, projetado na consciência) antes que seja construído na prática” (LESSA, 2012, p.37).

atribuições, a formação da família torna-se monogâmica⁴ como um requisito da cultura patriarcal estabelecida pelas necessidades produtivas da divisão em classes.

A produção dos bens materiais para satisfação das excessivas necessidades humanas ocorria a partir das descobertas de novas matérias-primas por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas de trabalho realizado pelos produtores diretos – neste contexto o processo de trabalho era realizado por escravos. Na medida em que crescia o *quantum* de trabalho, crescia também a riqueza apropriada por alguns poucos indivíduos. Nesse sentido, a desigualdade entre essas duas classes foi se tornando cada vez mais explícita, pois toda a riqueza social era transferida a um grupo específico de indivíduos que usufruíam dela sem retornar o produto do trabalho ao trabalhador.

Essa contradição entre trabalhadores e os donos do meio de produção é a raiz das diferenças entre as classes fundamentais, descreve Engels (2009, p. 178):

A diferença entre ricos e pobres veio e passou a se igualar à diferença entre homens livres e escravos. A nova divisão do trabalho acarretou uma nova divisão da sociedade em classes. A diferença da riqueza entre os diferentes chefes de família passou as antigas comunidades antigas domésticas comunistas, por toda a parte onde ainda subsistiam ao mesmo tempo acabou o trabalho comum da terra por conta dessas comunidades. A terra cultivada passou para o usufruto das famílias particulares, primeiro provisoriamente, depois para sempre. A transição para a propriedade privada completa realizou-se aos poucos [...] a família individual começou a assumir o papel de unidade econômica da sociedade.

A produção socializada *versus* a apropriação privada gera socialmente a raiz das desigualdades, e se expressa inicialmente pelos elementos de: alteração do padrão e organização das famílias; a transição da terra comum para todos à propriedade privada; a crescente riqueza social fruto da exploração do trabalho. Ao longo do tempo esses elementos desiguais vão desencadeando novas divisões do trabalho, a exemplo, a divisão entre a arte e os ofícios *versus* a agricultura. Nesta separação intensificam-se as atividades produtivas no campo e na cidade, e os escravos enquanto produtores diretos tiveram que ser divididos e subjugados para suprir toda a necessidade de força de trabalho.

Com base em Engels (2009), essa segunda divisão do trabalho provocou uma nova divisão de classes fazendo expandir e ao mesmo tempo estreitando as relações sociais antagônicas. Assim, “[...] uma população com maior densidade exigiu a coesão mais estreita, tanto interna como externamente. [...] desemboca numa democracia militar. E essa

⁴ A monogamia acontece quando um indivíduo só tem um único parceiro durante um determinado período de tempo, exercendo o controle sexual e moral sobre a figura feminina, tendo em vista que se trata do regime patriarcal (ENGELS, 2009).

democracia era militar porque a guerra e a organização para a guerra eram agora funções regulares da vida do povo” (ENGELS, 2009, p. 178).

Ou seja, os confrontos externos que ocasionalmente ocorriam entre as tribos não eram direcionados pela subordinação de uma tribo a outra, mas na medida em que conquistar riqueza tornou-se uma finalidade, as guerras e confrontos converteram-se em um meio de saquear as riquezas de quem as possuía. Nestas condições, em que a ganância provocada por essa base material fundada na exploração do trabalho objetivava auferir riquezas, simultaneamente legitimou-se como necessidade as práticas violentas.

A partir dessas mudanças, verifica-se que o acirramento das desigualdades entre as classes era crescente e colocava como necessidade a existência de algum aparato que pudesse administrar essas diferenças, considerando que a simples organização política da comunidade primitiva já não mais correspondia à realidade concreta. Assim, à medida que o homem, enquanto ser social, se desenvolvia – objetiva e subjetivamente – foram criando-se alguns complexos sociais, que são os mediadores das relações dos homens entre si, uma vez que este vai se complexificando.

Neste ínterim,

O desenvolvimento do ser social não dá origem a uma crescente fragmentação do gênero, mas sim um gênero cada vez mais socialmente articulado e, por isso, portador de uma unidade social cada vez mais rica e articulada. Por esse processo, o ser social se expressa, enquanto gênero, de forma cada vez mais complexa, rica e mediada – humana, enfim. (LESSA, 2012, p. 88).

Isto quer dizer que, na medida em que o ser social vai se desenvolvendo, a relação de intercâmbio com a natureza não é mais a única. A expansão da população modifica a relação entre os homens e dessas relações sociais surgem, para mediar a vida dos homens, os complexos sociais. Diante da divisão de classes apresentou-se como necessidade urgente a existência de um complexo social que pudesse administrar as diferenças antagônicas entre essas classes, principalmente para aquela que se apropriava dos produtos do trabalho explorado, precisando legitimar suas riquezas e evitar um confronto aberto entre as classes sociais.

Emergia assim, o Estado enquanto órgão destinado a preservar os interesses da classe dominante e controlar um eminente confronto entre as classes fundamentais. Nas palavras de Engels (2009, p. 119-120, grifo do autor):

Em resumo, a riqueza passou a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições da *gens* foram pervertidas para justificar a

obtenção de riquezas pelo roubo e pela violência. Só faltava uma coisa: uma instituição que não só protegesse as novas riquezas individuais contras as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e declarasse essa consagração como a finalidade mais elevada da comunidade humana, mas também imprimisse o selo de reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras e, portanto, a acumulação cada vez mais acelerada das riquezas; uma instituição que não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar aquela que pouco ou nada possuía e a dominação da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Foi inventado o Estado.

Desse modo, verifica-se que o Estado não é uma instituição divina, natural, que sempre esteve entre os homens. É produto de um determinado grau de organização da humanidade, que surge para preservar o “direito” de explorar e dominar na sociedade de classes. A antiga organização política baseada no respeito ao mais velho não correspondia ao estatuto ontológico em que a sociedade de classes antagônicas tinha se fundado. O Estado é uma construção humana, é a representação da organização política da sociedade de classes, que tem como objetivo a defesa de interesses e o estabelecimento de direitos e deveres.

Para legitimar a aquisição da propriedade privada e os interesses individuais, o Estado operou através de alguns mecanismos de caráter opressor, subordinador e controlador. O Estado, enquanto instituição mediadora da luta de classes, tem como pilar a repressão. Desse modo, surge o exército e a polícia compondo um conjunto de instrumentos denominados poder público.

Esses instrumentos somando-se aos objetivos do Estado representam a força pública que,

[...] já não se identifica com a população que se organiza por si própria como a força armada. A necessidade dessa força pública especial deriva da divisão da sociedade em classes que impossibilita qualquer organização armada da população, agindo por si. [...] Para manter a ordem entre os cidadãos, porém, era necessário criar também, como dissemos acima, uma força de polícia. Essa força pública existe em todos os Estados, sendo constituída não só por homens armados, mas também por acessórios materiais, cárceres e instituições coercitivas de todo tipo, totalmente desconhecidos pela sociedade gentílica (ENGELS, 2009, p. 185).

Todo esse aparato torna necessária a atuação do Estado, porque trata-se da sociedade de classes em que o produto do trabalho é apropriado por uma parcela minoritária. Resguardar essa condição somente poderia ocorrer por meio da violência. A luta de classes tem sido um fator decisivo no desenvolvimento histórico-social e, por isso, o Estado e a polícia/exército são complexos que servem à ordem vigente de forma repressiva e impositiva.

Cabe também como função do Estado a cobrança de impostos e taxas para a manutenção desses serviços públicos⁵:

Para manter essa força pública são exigidas contribuições dos cidadãos do Estado: impostos. A sociedade gentílica desconhecia totalmente os impostos. Hoje, no entanto, nós os conhecemos muito bem. Com os avanços da civilização, os impostos inclusive deixam de ser suficientes. O Estado emite então letras sobre o futuro, contrai empréstimos, dívidas do Estado. Também a respeito disso, a velha Europa já conhece bem a toada. De posse da força pública e do direito de recolher impostos, os funcionários surgem então como órgãos da sociedade acima da sociedade. [...] precisam impor respeito por meio de leis de exceção, em virtude das quais gozam de uma santidade e uma inviolabilidade especiais. O agente de polícia mais esfarrapado do Estado civilizado tem mais “autoridade” do que todos os órgãos da sociedade gentílica juntos (ENGELS, 2009, p. 185-186).

O Estado como arrecadador de impostos marcou o modo de produção denominado asiático⁶. Nesse cenário, a classe dominante se apropriava das riquezas produzidas nas aldeias através dos impostos cobrados, contavam com a autoridade do Estado que mediante seus instrumentos coercitivos como o exército e a polícia, ameaçavam aqueles que demoravam ou se negavam a pagar os tributos. O respeito que antes na comunidade primitiva se tinha entre os seus membros pela experiência do mais velho do grupo, passou a ser respaldado pelas leis.

As leis e as relações de direitos e deveres antes inexistentes passam a ser a forma predominante de obter respeito de todas as classes para regularizar e controlar os conflitos sociais sob a ordem da classe dominante que encontra no Estado a instância para operar e naturalizar a dominação e exploração do homem pelo homem. Vale ressaltar, que o modo de produção asiático tinha as atividades de agricultura e pecuária como sua base material, contudo, as condições climáticas e geográficas dificultavam o cultivo de alimentos, e em razão da escassez dos bens materiais esse modo de produção não se desenvolveu e logo se findou.

Mesmo nessas sociedades em que predominava a forma simples e rudimentar de trabalho, em detrimento a dependência da natureza, mas que já estavam divididas em classes

⁵ Na comunidade primitiva inexistiam relações de dominação, ao ponto de estabelecer entre seus membros a cobrança de taxas para obtenção de segurança e paz. Entretanto, com a sociedade de classes, como se não fosse suficiente ter o produto do seu trabalho expropriado e serem bruscamente repreendido pela polícia e exército, os explorados tiveram que se submeter à sustentação desses serviços estatais, isto é, pagar, indiretamente através dos chamados impostos, os funcionários que executavam essas funções. Não só isso, essa taxa cobrada aos explorados ocorria mediante o cumprimento de leis estabelecidas pelo poder público estatal.

⁶ Compreende-se que o chamado modo de produção asiático, que teria iniciado por volta do ano 2500 a.C., na Idade Antiga (Antiguidade), caracterizou os primeiros Estados surgidos no Mediterrâneo como o Egito antigo e a Pérsia. Por se tratar da forma mais geral de evolução da sociedade primitiva ou da sociedade civilizada sem classes sociais e econômicas para a sociedade civilizada dividida em classes sociais e econômicas (ENGELS, 2009).

antagônicas, o Estado regulamentava a vida social e ocultava as desigualdades. Para Lenin (2010, p. 30) o Estado incorpora como funcionalidade a obliteração da “[...] cisão da sociedade de classes irreconciliável, inimigas”. Nesse sentido,

[...] o Estado surgiu da necessidade de conter as oposições de classes, mas ao mesmo tempo surgiu no meio do conflito subsistente entre elas, ele é, em regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, converte-se também em classe politicamente dominante, adquirindo assim novos meios para repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 2009, p. 186).

Desse modo, as condições materiais e concretas para a criação social do Estado estavam postas por essa sociedade fundada na exploração do homem pelo homem, onde todos os mecanismos que o Estado se valeu no estágio inicial lhe conferiram a aparência de ser algo fora dos conflitos entre as classes antagônicas. Parece surgir como algo “divino” para remediar as disparidades inerentes à sociedade de classes, quando na verdade, a função ontológica do Estado enquanto instituição da classe dominante é defender e garantir as condições de exploração e dominação sobre os explorados, neutralizando ideologicamente as contradições.

Ao atender a essa função, ao longo da história da humanidade, seus mecanismos se expandiram, se aperfeiçoaram, assumindo novas configurações de acordo com as necessidades de reprodução da sociedade, porque sua natureza deve desenvolver-se em conformidade com os interesses da classe dominante. Então enquanto permanecer a estrutura societária de classes antagônicas, o Estado continuará sendo necessário como aliado dos exploradores, porém no constante processo de reorganização, tal como foi, por exemplo, como Estado antigo próprio do modo de produção escravista.

O escravismo – predomínio com os povos gregos e romanos – emerge na antiguidade como um modo de produção erguido sobre duas classes: senhores (proprietários) e escravos. Os escravos eram responsáveis por produzir o conteúdo material, isto é, os bens materiais necessários à reprodução social; enquanto os senhores se apropriavam de toda riqueza produzida.

Com a escravidão, que atingiu o seu grau mais alto de desenvolvimento na civilização, instaurou-se a primeira grande cisão da sociedade, numa classe exploradora e numa classe explorada. Essa cisão manteve-se durante todo o período civilizado. A escravidão é a primeira forma de exploração, própria do mundo antigo (ENGELS, 2009, p. 190).

Sob essas circunstâncias, o aumento da produtividade não interessava aos escravos, porque não participavam dos lucros da produção. Assim, os instrumentos e técnicas de

trabalho – forças produtivas – não se desenvolveram tornando o aumento de escravos a única alternativa possível para os senhores aumentarem as suas riquezas, pois quanto maior a quantidade de escravos maior a produção, ou seja, a medida de riqueza do escravismo eram os escravos. Todavia, o aumento dos escravos terminou por desencadear problemas sérios como as rebeliões e as revoltas contra os senhores.

Mediante a ameaça escrava à propriedade privada e ao poder econômico dominante, ergue-se o Estado, onde os donos de escravos se utilizaram dos aparatos estatais público para frear e se proteger das revoltas iminentes. Os soldados do exército incumbidos desta tarefa eram muito caros. Um único senhor não dava conta dos gastos da contratação. Logo, vários senhores se unem em um grupo direcionado a assumir o compromisso com as despesas militares.

Por outro lado, também se tornou necessário contratar mais pessoas que pudessem ficar encarregadas de arrecadar o dinheiro dos senhores neste grupo, para evitar a tentativa de “calote” de algum deles. Foram chamadas de funcionários públicos as pessoas que cumpriram essa tarefa de cobrar impostos. No geral, os gastos com esses funcionários do Estado, do exército e na compra de escravos tornaram-se superior em relação à riqueza que estava sendo produzida. Em outros termos, os custos são maiores que os lucros dos senhores. Isto provocou a revolta do exército e dos funcionários públicos, considerando que estes ganhavam cada vez menos.

Todos esses fatores – diminuição dos recursos, crise política e militar – levaram ao fim do escravismo antigo. O processo de esgotamento do escravismo ocorreu pelas contradições existentes neste modo de produção e não pela presença de uma classe revolucionária, porque o conhecimento do ser social na época era incipiente para se pensar acerca da humanidade. Acreditavam que era uma ordem natural e imutável⁷, posto desse modo que os escravos destinavam-se somente a produzir o bem material e a classe dominante a elaborar elementos para garantir a continuação da ordem, por isso, o “[...] Estado antigo era, sobretudo, o Estado dos donos de escravos para manter os escravos subjugados [...]” (ENGELS, 2009, p. 186). Destarte,

⁷ A sistematização do conhecimento nesta época encontrava-se limitada a dependência dos fenômenos naturais e forças transcendentais, por isso, descreviam que, “[...] os mundos grego e medieval se caracterizavam pelo fato – matrizador – de que a produção dos bens materiais necessários à existência se dava sob a forma do trabalho escravo e do trabalho servil, respectivamente. Estes implicavam um estágio bastante precário de desenvolvimento das forças produtivas e, por sua vez, também não estimulavam esse desenvolvimento, uma vez que os escravos e servos não tinham interesse, embora em níveis bastante diferentes, em aumentar a produção. Por outro lado, a existência de escravos e senhores e de servos e nobres parecia fazer parte das leis da natureza, o que lhes conferia um caráter de imutabilidade” (TONET, 2013, p. 23).

A crise do escravismo constituiu um “beco sem saída”. O escravismo, devido às contradições geradas pelo seu próprio desenvolvimento, simplesmente não conseguia mais se reproduzir. Ao mesmo tempo, temos a inexistência de uma classe revolucionária que desse um sentido à crise. Crise do velho sem qualquer prévia-ideação do novo: nisso se constituiu o caráter de “beco sem saída” da derrocada do escravismo (LESSA, 2012, p. 138-139).

Sem a presença de uma classe que intervisse diretamente na transição do escravismo a outro modo de produção, os sujeitos foram deixando que os fatos ocorressem sem ação planejada até mesmo porque naquele momento os homens compreendiam a realidade como algo a-histórico. Vale assinalar que durante os modos de produção escravista e feudal, embora com importantes distinções, sua forma de produzir riqueza, como demonstrado, foi limitada e atrasada, não existindo sistematização do conhecimento da natureza.

O aprendizado ocorria na própria prática, assim como o desenvolvimento das forças produtivas, era escassa a produção do conhecimento também. Nestas condições, as classes fundamentais apareciam como naturais, ou seja, imutáveis, sendo os escravos e servos responsáveis pela produção do bem material e as respectivas classes dominantes ficavam encarregadas de elaborarem uma concepção de mundo entendido como a-histórico.

Portanto, ficavam confinados os homens a se apegarem a ordem cósmica, sem alterar seu destino já predestinado – padrão greco-medieval⁸. Assim, o fim do modo de produção escravista foi marcado por um processo demorado em que toda sua estrutura econômica, política e o próprio Estado estavam estagnados.

No entanto, enquanto algo característico da esfera ontológica do ser social – a produção do novo – as relações sociais antagônicas impulsionam dialeticamente a produção do conhecimento, novas interpretações sobre o mundo surgem a partir da objetividade que através de um processo lento e fragmentado do escravismo, passa a gestar um novo modo de organização econômica do homem. Emergindo assim, no século X, um novo modo de produção que se instaurou nas regiões europeias de maneira distinta, denominando-se feudalismo. A configuração de sua organização social formou-se com base no retrocesso causado pelo escravismo, onde em decorrência da queda do Império Romano, cujas relações de troca – escambo – e a moeda de troca que já eram parcos, desapareceram de vez.

Certamente, esse cenário marcado pela ausência do desenvolvimento das forças produtivas, poderia ser interpretado como algo negativo para o desenvolvimento dessa nova forma de sociabilidade. Por outro lado, a eliminação das barreiras presentes no escravismo foi

⁸ A respeito da discussão do falseamento da produção do conhecimento e sua conexão com objetividade social, indica-se a leitura de Tonet (2013).

bastante pertinente para impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas nesse novo contexto europeu em ascensão econômica. O modo de produção feudal se estruturou em unidades autossuficientes com atividades agrárias no campo, com “[...] o trabalho na terra, cultivando o grão ou guardando o rebanho para utilizar a lã no vestuário. Era o trabalho agrícola, mas tão diferente de hoje que dificilmente reconheceríamos [...]” (HURBERMAN, 1986, p. 4).

Com base na atividade da terra, o feudalismo dividia-se em duas classes: senhores feudais e servos. Os senhores feudais eram os proprietários das terras tornando-as propriedade privada e a ele pertencia a maior parte da riqueza produzida, eram líderes militares, encarregados de defender seus feudos. Os servos viviam nas terras através de pagamentos de tributos e prestação de serviço, onde uma pequena parcela do que era produzido a eles pertencia. Evidentemente a relação entre senhor e servo se distingue do escravismo, porque no feudalismo havia um acordo de que os senhores não poderiam vender ou expulsar das suas terras os servos, e os mesmos não poderiam abandonar as terras do senhor feudal. Ainda no feudalismo além das classes (senhor e escravo), outra instituição que teve muita influência na sociedade, que também é um complexo social criado pelas necessidades concretas dos homens para remediar a relação entre si, justificando as desigualdades do mundo através de ordem transcendental, foi a Igreja católica. Para Huberman (1986, p. 13) “[...] nos primórdios do feudalismo, a igreja foi um elemento dinâmico e progressista [...]”. A Igreja contribui na aquisição das terras, e sendo a terra a atividade em que os servos produziam a riqueza social, era também medida de riqueza da época. O processo de degradação e exploração do escravo e servo foi distinto, na medida em que os escravos nada possuíam e os servos recebiam algo em troca do trabalho na terra. Os servos, mesmo alienados pela mínima participação, passaram a contribuir na aceleração da criação e elaboração de novas técnicas e métodos de trabalho. Dessa maneira, com o desenvolvimento das forças produtivas, a produção floresce e gradativamente modifica os feudos.

O aumento da produção foi tão significativo que acarretou na crise econômica do modo de produção, pois se produzia mais que a capacidade de absorver/consumir. Em decorrência desse excedente os senhores feudais romperam com o acordo *a priori* estabelecido com os servos, expulsando-os de suas terras. A alternativa encontrada pelos servos para sobreviver foi o roubo e a venda desses produtos, implicando diretamente na mudança da organização inicial do feudalismo.

Para Engels (2009) houve uma nova divisão do trabalho, porque surgia uma nova

classe que não era ligada diretamente à produção, mas as trocas – os comerciantes. Como consequência do aumento da relação de troca, as cidades se expandiam e necessitavam de meios que pudessem facilitar essa relação comercial, principalmente pela distância entre as regiões. Assim o dinheiro se materializa como meio de troca.

Ressalva-se até o momento que a sociedade feudal tinha se organizado através de uma ação estatal pouco incisiva, considerando que o confronto entre as classes mascarava-se pela parca participação do servo na produção da terra. No entanto, conforme as forças produtivas foram se desenvolvendo e acirrando a relação entre as classes, tornou-se praticamente impossível conter as diferenças de interesses através da mistificação que foi operada pela ação católica da Igreja ao justificar a pobreza ou a miséria como algo natural e preparatório para outra ordem da vida. Marx e Engels (2009, p. 26, grifo dos autores) sinalizam que,

A divisão do trabalho no interior de uma nação começa por provocar a separação do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola e, com ela, a separação de cidade e campo e a oposição dos interesses de ambos. O seu desenvolvimento posterior leva à separação do trabalho comercial industrial. Ao mesmo tempo, com a divisão do trabalho, desenvolveram-se por sua vez, no seio desses diferentes ramos, diferentes grupos entre os indivíduos que cooperam em determinados trabalhos. A posição de cada um desses grupos face aos outros é condicionada (*bedingt*) pelo modo como é realizado o trabalho agrícola, industrial e comercial (patriarcalismo, escravatura, Estados, classes). As mesmas relações se verificam, com um intercâmbio mais desenvolvido, nas relações de diferentes nações entre si. [...] cada uma das fases da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos entre si no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho.

Essa nova divisão do trabalho alterou substancialmente a sociedade feudal. O feudalismo continuava em vigência, mas seus elementos mais arcaicos estavam sendo superados através da crescente atividade comercial. O modo de produção feudal encontrou-se plenamente estruturado na Europa no século XI e a partir do século XVI em que as modificações comerciais começaram a acontecer, o feudalismo foi gestando os elementos materiais para relação capital⁹, a qual antecede e sustenta todo o capitalismo.

Intenta-se a essas modificações conjunturais gestadas no interior do feudalismo, como pressupostos aos elementos objetivos que outrora colocaram em xeque a incorporação da América Latina. Assim, do modo de produção feudal que realizava simples troca de mercadorias – escambo – sendo, que o comércio nos mercados feudais era apenas local e

⁹ O capital emerge nas entranhas do feudalismo, superando os limites econômicos e sociais das sociedades antecedentes, “[...] não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, ‘totalitário’ – do que o sistema do capital globalmente dominante” (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

pequeno, passou-se através do desenvolvimento das forças produtivas a se produzir mais produtos, que conseqüentemente eram lançados no comércio.

Foi então, a partir do século XI, que o comércio começou a crescer e para este crescimento as cruzadas foram basilares. Escreve Huberman (1986, p.20): “[...] as cidades comerciais italianas encaravam as cruzadas como uma oportunidade de obter vantagens comerciais”. Deste modo, o significado das cruzadas tornava-se secundário em detrimento da abertura comercial. Sob essas condições, as mudanças iniciaram-se através de pequenos mercados locais sendo transformados em grandes feiras, consistindo em um passo relevante não só por ampliar o espaço de troca de mercadorias, mas, sobretudo, por dar início as atividades financeiras, fazendo com que o uso do dinheiro fosse cada vez mais necessário e frequente. Logo,

Depois do século XII, a economia de ausência de mercados modificou para uma economia de muitos mercados; e com o crescimento do comércio, a economia natural do feudo auto-suficiente do início da Idade Média se transformou em economia do dinheiro, num mundo de comércio em expansão (HUBERMAN, 1986, p. 25).

A princípio o dinheiro foi adotado como meio de troca. Considerando a ampliação das relações comerciais, a moeda facilitaria a realização das trocas, uma vez que o dinheiro se torna a forma mais fetichizada de mercadoria. O dinheiro passou a predominar no comércio alterando simultaneamente o valor da mercadoria, pois antes se visava seu valor de uso¹⁰ agora é produzida e comercializada visando seu valor de troca¹¹, portanto, a expressão de equivalente universal.

Ressalta-se que com o desenvolvimento do comércio, o ouro e a prata tornaram-se essenciais como moedas de troca. Nesse sentido, a expansão marítima¹² que introduziu novos continentes como a América Latina, foi fundamental para a formação do capitalismo europeu através do acúmulo de riqueza inicialmente formado pela extração dos metais preciosos.

Frente a essa riqueza que passava a ser acumulada, a classe dominante formada pelos antigos comerciantes, a partir do século XVI, passou a se preocupar em proteger e manter segura as reservas de dinheiro, em que o ouro e a prata também faziam parte. Desse modo,

¹⁰ Nas palavras de Marx (1996, p. 166): “O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”.

¹¹ O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria (*valeur intrinsèque*), portanto uma *contradictio in adjecto* (MARX, 1996, p. 166, grifos do autor).

¹² Foram as navegações continentais, responsáveis pelo forte processo de sucateamento e extração das riquezas naturais e, posteriormente, da exploração da força de trabalho desse continente colonizado.

[...] necessitava-se de uma autoridade central, um Estado nacional. Um poder supremo que pudesse colocar em ordem o caos feudal. Os velhos senhores feudais já não podiam preencher sua função social. Sua época passara. Era chegado o momento oportuno para um poder central forte (HUBERMAN, 1986, p. 71).

Foi o Estado, do período da monarquia clássica ao feudalismo, que atuava na comercialização nacional, rompendo com os monopólios como um poder forte mediante uma necessidade social da classe economicamente dominante para proteger e preservar suas riquezas¹³.

Assim, o desenvolvimento do comércio, a crescente utilização do dinheiro no feudalismo, como se verifica na história, imprimiram novas relações econômicas, portadoras de um novo sentido. Esses elementos em conjunto passaram a impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas que organizando novas formas de produzir – cooperação – foram ampliando-se até desencadear o surgimento das manufaturas. Entende-se que:

Com a manufatura, passa ao mesmo tempo a haver uma relação diferente do trabalhador com quem lhe dá trabalho (*Arbeitgeber*). Nas corporações continuava a existir a relação patriarcal entre os oficiais e o mestre; na manufatura, ocupa o lugar daquela relação de dinheiro entre trabalhador e capitalista (MARX; ENGELS, 2009, p. 83, grifo dos autores).

A manufatura e o comércio na Europa encontram na colonização dos continentes descobertos – África, Ásia, principalmente América Latina – a chave para sustentar e fortalecer sua organização econômica. Dessa forma conflituosa em que tudo, praticamente, se transformou, o feudalismo vivia seu período de transição, sendo marcado, pela assim denominada, acumulação primitiva¹⁴.

Todavia, as mudanças em curso eram incipientes para promover o capital industrial e consolidar o capitalismo, dessa maneira, considerando a fase de acumulação primitiva, Bispo (2015, p.48) aponta as medidas que eram fundamentais para que tal modificação ocorresse genuinamente:

Para que o capital comercial pudesse se converter em industrial tronava-se imperativo quebrar as barreiras que impediam seu pleno desenvolvimento, fazendo-se imprescindível expropriar os camponeses de suas terras e

¹³Para galgar os objetivos de preservação das riquezas, os reis obrigaram a classe burguesa a pagar imposto como maneira de custear todo o gasto do Estado. Os reis haviam perdido todo o lugar de prestígio na sociedade e assim, utilizavam dos impostos pagos pela burguesia ascendente para financiar sua manutenção. Para Huberman (1986, p. 75-76) “[...] colocavam a serviço do Estado monárquico sua influência política e social, inteligência e sua riqueza. Em troca, o Estado multiplicava seus privilégios econômicos e sociais. Subordinava a ela os trabalhadores comuns, mantidos nessa posição e obrigados a uma obediência rigorosa”.

¹⁴Com base nos escritos de Marx (1996) o capital a *priori* não se apresenta como capital industrial e financeiro, este nasce sob o estigma do capital comercial e usurário do qual procede ao modo verdadeiramente capitalista, por isto denomina-se essa fase de acumulação primitiva ou originária.

converter os séquitos feudais em propriedade privada da burguesia, onde os camponeses, destituídos de seus meios de produção e subsistência, passaram à condição de trabalhadores assalariados. Para que a manufatura pudesse se desenvolver, a burguesia mercantil precisou construir seu próprio espaço geográfico longe do controle das corporações instituídas e da legislação feudal.

Na passagem acima é possível destacar a necessidade da criação de uma massa de trabalhadores que destituídos dos meios de produção pudessem se jogar ao mercado, nas palavras de Marx (1996, t. 2) “como pássaros livres”. Mas também, era preciso a expansão geográfica, conquistar e se apoderar de novas terras com o intuito de ampliar a manufatura¹⁵ e o comércio. Nesse aspecto, as conjecturas direcionadas a consolidação do modo capitalista de produção não teriam se concretizado sem a descoberta e colonização dos continentes da África, América e Ásia. Neste caso, a expansão marítima passou a ser a estratégia viável e lucrativa adotada para o avanço do capital mercantil. A intenção em investir nas grandes navegações era acabar com a escassez que, de certo modo, pairava sobre as relações econômicas. Dessa maneira, a expansão marítima impulsionada, buscava soluções para tentar reverter o feudalismo que se encontrava enfraquecido e/ou subsidiar o modo de produção em ascensão – capitalismo. É neste contexto que a

[...] descoberta da América, a circunavegação da África abriram um novo campo de ação à burguesia nascente. Os mercados das Índias orientais e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, a multiplicação dos meios de troca e, em geral, das mercadorias deram ao comércio, à navegação e, em consequência, favoreceram um rápido desenvolvimento do elemento revolucionário na sociedade feudal em decomposição (MARX; ENGELS, 2009, p. 54-55).

Essa foi a conjuntura histórica que marcava o século XV, onde simultaneamente, no ano de 1492, a América foi descoberta. Diversos foram os continentes descobertos por meio das navegações neste período e cada um deles contemplou um processo de colonização particular. Nesse estudo, investigam-se os desdobramentos e peculiaridades deste processo na América Latina, sem evidentemente perder de vista a relação com a totalidade.

No que tange ao Estado, Marx e Engels (2009, p. 29) dizem que:

A essa estrutura feudal da propriedade fundiária correspondia, as cidades, a propriedade corporativa, a organização feudal dos ofícios. A propriedade consistia aqui principalmente no trabalho de cada indivíduo. A necessidade da associação contra a rapina da nobreza associada, a carência de mercados cobertos comuns num tempo em que o industrial era simultaneamente

¹⁵A *priori* as manufaturas eram grandes oficinas onde diversos artesãos realizavam as tarefas manualmente, entretanto subordinados ao proprietário da manufatura. À medida que as forças produtivas se desenvolvem simultaneamente ao comércio, novas técnicas vão-se inserindo e modernizando as manufaturas.

comerciante, a concorrência crescente dos servos fugitivos que confluíam para as cidades florescentes e a estrutura feudal de todo o país deram origem às corporações; os pequenos capitais gradualmente economizados de artesão individuais e o número estável destes na população crescente desenvolveram a relação oficial e aprendiz, que originou nas cidades hierarquia semelhante à do campo. A propriedade principal consistia assim, durante a época feudal, por um lado, na propriedade fundiária e no trabalho do servo a ela preso, e, por outro lado, no próprio trabalho com um pequeno capital a dominar o trabalho dos oficiais.

O caráter propriamente feudal baseado nos feudos autossuficientes tinha cedido lugar à expansão comercial e ao capital na sua forma inicial. Neste cenário, o papel do Estado foi imprescindivelmente crescente e essencial, em que se confirmava o Estado operando através dos aparelhos repressivos e violentos – polícia, exército e leis – condicionando o destino de subalternidade aos explorados. Para Lenin (2007), o Estado mantém a cisão da sociedade em classes irreconciliavelmente inimigas, posto que este complexo social seja basilar para administrar os conflitos inerentes à sociedade de classes.

Sendo o Estado fruto da sociedade de classes, atuará sempre em consonância com os interesses da classe que lhe fundiu, com a função de legitimar a exploração, a desigualdade própria da divisão antagônica entre as classes irreconciliáveis. Entretanto, aponta Engels (2009, p. 188), “[...] o Estado, portanto, não existiu eternamente. Houve sociedades que passaram sem ele, que não tinha a menor ideia do Estado ou do seu poder. Num determinado estágio de desenvolvimento econômico”.

Em outras palavras, o Estado torna-se necessário e, enquanto produto social pode assumir várias configurações sem alterar sua função ontológica. Eis porque a necessidade de retomar os fundamentos da teoria crítica, para estudar o Estado conectado a base material da sociedade. Assim, avalia-se como esse complexo social serviu para legitimar a classe dominante, como também foi apêndice para as imposições internacionais dos países ricos, como inicialmente a Europa, aprisionando a América Latina em um lastro de degradação humano-social dos trabalhadores. É o que será discutido no próximo item.

2.2 Primeira etapa da colonização: sucateamento dos metais preciosos e violência dos povos nativos

A tarefa de apreender os nexos causais da colonização na América Latina e o que representou para esse novo continente a participação na formação do capitalismo europeu, desde sua fase primitiva – capital comercial e usurário – demanda-se compreender que o

processo de colonização encontrou duas maneiras distintas de operar. Em primeiro lugar a colonização da América do Norte marcada pela presença inglesa foi responsável por incitar nas treze colônias do norte da América um processo de povoamento em razão da ausência de riquezas naturais suficientes para um processo de extração. As treze colônias se dedicaram a desenvolver sua população.

O segundo tipo de colonização foi a Ibérica, liderada pela Espanha e Portugal, na América Latina, promovendo a exploração das colônias favorecendo a acumulação primitiva dos países centrais europeus. Galeano (2012, p. 93-94, grifos do autor) oferece um panorama imprescindível sobre a formação social e econômica latino-americana:

Espanha e Portugal contaram, em compensação, com grande abundância de mão-de-obra servil na América Latina. À escravização dos indígenas sucedeu o transplante em massa dos escravos africanos. Ao longo dos séculos, houve sempre uma legião enorme de camponeses desempregados disponíveis para serem transferidos aos centros de produção [...] Mas, além disso, ao contrário dos puritanos do norte, as classes dominantes da sociedade colonial latino-americana não se orientaram jamais para o desenvolvimento econômico interno. Seus ganhos vinham de fora; estavam mais vinculados ao mercado estrangeiro do que à própria comarca. Donos de terras, mineiros e mercadores tinham nascido para cumprir esta função: abastecer a Europa de ouro, prata e alimentos. [...] *As treze colônias do norte tiveram, pode-se bem dizer, a dita da desgraça. Sua experiência histórica mostrou a tremenda importância de não nascer importante. Porque no norte da América não tinha ouro nem prata, nem civilizações indígenas com densas concentrações de população já organizada para o trabalho, nem solos tropicais de fertilidade fabulosa na faixa costeira que os peregrinos ingleses colonizaram.* A natureza tinha-se mostrado avara, e também a história: faltavam metais, e mão-de-obra escrava para arrancar metais do ventre da terra. Foi uma sorte.

Nessa riqueza de detalhes, explicitam-se alguns elementos entre a relação dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos: primeiro a função que a América Latina desempenhou desde seus primórdios; segundo, a utilização de suas riquezas para o progresso alheio através da transferência de valor que passou por diferentes formas históricas na constituição da economia mundial; e terceiro, a transformação dos países centrais em potências econômicas em virtude de pouparem e guardarem suas riquezas, somando simultaneamente às riquezas saqueadas da América Latina. Instaurou-se uma forte dominação política, que por meio do aparelho estatal tornou possível a manipulação da extração dessas riquezas e a segurança e o direito sobre a mesma.

Sendo o conhecimento um processo aproximativo, nesse interine o desvelamento da formação latino-americana e o questionamento das relações de dominação entre Europa e América Latina evidenciam-se no contexto do século XV, no ano de 1492, através das

navegações que descobriram terras não civilizadas, porém abundantes de riquezas naturais.

O ano de 1492 foi marcado também pela reconquista da Espanha, uma vez que enfrentando a instabilidade e a perda de seus domínios passou a utilizar dessas novas terras descobertas para repor seu poder. Para esse fim usou também o poder militar e a Igreja, que se uniram para organizar expedições militares e financiar a busca pela prata na América, tendo em vista que a prata impulsionaria o comércio e solucionaria os problemas de independência da Espanha.

Enquanto no século XV a Europa apresentava os sinais de esgotamento do feudalismo, só agora, neste século, se iniciava tardiamente, na América Latina, seu processo civilizatório. Entretanto, uma colonização nascida sob os interesses europeus e não em benefício do próprio continente. Portanto, a partir da investigação histórica constata-se que as marcas da colonização latino-americana foram a violência, a expropriação dos povos e exploração dos trabalhadores, tendo o Estado europeu como aliado à legalização desses processos necessários ao desenvolvimento do capitalismo.

O primeiro processo deflagrado foi a violência contra os nativos. Sobre este fato a atenção deve ser redobrada, pois é preciso desmistificar a velha história romantizada das trocas de especiarias e presentes aos índios. Chegando a terras latino-americanas, Colombo se defrontou com diversos grupos de índios que, de acordo com cada localidade, eram mais ou menos organizados, utilizavam as riquezas naturais para fins de subsistência. Outros grupos mais desenvolvidos já conheciam o ouro e a prata de suas terras, porém utilizavam para oferecer e cultuar os deuses.

Para os colonizadores a presença dos nativos tornou-se um obstáculo, pois de alguma forma aquelas terras os pertenciam. Nesse sentido, deliberaram um violento processo de extermínio, das mais variadas formas, em que,

Três anos depois do descobrimento, Cristóvão Colombo dirigiu pessoalmente a campanha militar contra os indígenas da Ilha Dominicana. Um punhado de cavaleiros, duzentos infantas e alguns cães especialmente adestrados para o ataque dizimaram os índios. Mais de quinhentos, enviados à Espanha, foram vendidos como escravos em Sevilha e morreram miseravelmente (GALEANO, 2012, p. 11).

Ou seja, os habitantes das colônias foram designados a executar trabalho escravo de acordo com os desejos dos colonizadores ou morrerem de modo miserável. Foi imensurável o sofrimento dos índios, muitos se suicidaram outros sucumbiram diante da escravidão e a maior parte desses que serviram como escravos acabaram derrotados pelas bactérias e vírus

vindos da Europa, uma vez que, em se tratando de povos não civilizados, havia um desnível de desenvolvimento e conhecimento que impedia os índios de reagir a essas doenças.

Ao longo da história houve algumas reações indígenas. Primeiro a Igreja não considerava os índios seres humanos, no entanto, o genocídio nativo alcançou proporções tão grandes que despertou a atenção de uns poucos personagens, a exemplo de Túpac Amaru. Nesse processo a maioria dos índios padeceu, e os que tentaram resistir foram impiedosamente massacrados. O destino do líder que encabeçou a primeira reação em defesa dos índios foi a execução e mutilação juntamente com a sua família em praça pública (GALEANO, 2012).

A reação indígena não foi vitoriosa, apenas conseguiu fazer com que a Igreja passasse a reconhecê-los de maneira enviesada, pois deveriam adorar o Deus sem, entretanto, entrar nos templos. Na verdade, além do extermínio, aos que sobraram foi designado uma sequência de ações a fim de desconstruir a cultura indígena. Eles tiveram que se adaptar ao novo contexto se tornando partícipe da economia através, por exemplo, do vício da cachaça.

Os colonizadores ao tornarem os índios seus escravos nas atividades mineiras *a priori*, lhes davam a cachaça como forma de ludibriar o sofrimento diário incorporando-os aos seus interesses, mas não só isso, o consumo do álcool criava uma falsa dívida, isto é, os índios que ocupam a condição de escravo devem aos seus “donos”. Dessa forma,

Desterrados em sua própria terra, condenados ao êxodo eterno, os indígenas da América Latina foram empurrados para as zonas mais pobres, as montanhas áridas ou o fundo dos desertos, à medida que se estendia a fronteira da civilização dominante. Os índios padeceram e padece – síntese do drama de toda a América Latina – a maldição de sua própria riqueza (GALEANO, 2012, p. 34).

Assim, ao serem descobertos, os povos nativos foram massacrados, violentados e escravizados. Curiosamente o ocultamento desta realidade foi realizado por historiadores brancos, ricos e que, por ventura, participaram deste processo como dominador, transformaram uma história de violência que permanece até hoje, em um relato histórico onde reinou a harmonia entre os colonizadores e os índios. Vale ressaltar que esta apropriação sombria sobre os nativos fora desencadeada articuladamente com os demais aspectos que compõem a colonização da América Latina – a apropriação e exploração.

Apoiado pelo Estado esses atos violentos foram legitimados durando longos séculos, pois estava ausente qualquer preocupação, ou melhor, qualquer proteção social à população, tendo em vista que o Estado latino-americano como complexo responsável pela elaboração dessas medidas apenas recebia inflexão direta do Estado europeu para a preservação no

saqueio dos minerais e amortecimento dos conflitos.

A atividade econômica deliberada em primeira instância foi a busca demasiada pelos metais como o ouro e a prata. As reservas de metais preciosos eram substancialmente importantes para a relação de troca, para a constituição do dinheiro, enfim, para o capital mercantil. Nessa época de grandes navegações e efervescência do capital, os europeus acreditavam que os povos não cristãos e não civilizados poderiam ser dominados e por esta razão usurparam as terras na medida em que fossem descobrindo-as.

Da necessidade de posse começou uma verdadeira disputa entre Espanha e Portugal pela ocupação das terras. Em contrapartida, para evitar as disputas, os governos dos dois países resolveram pedir ao papa que redigisse um documento alegando a divisão de terras descobertas e terras ainda a descobrir. Descreve Galeano (2012) que foi no ano de 1493 que o papa Alexandre VI criou um documento chamado bula, o qual consistia no estabelecimento da divisão das terras situadas até 100 léguas. Todavia, Portugal tendo medo de perder o domínio da conquista, acabou pressionando para que fosse feita uma revisão nos termos da bula, resultando no ano de 1494 no tratado de Tordesilhas, que estendeu o limite de 100 léguas para 370 léguas.

Nessas circunstâncias,

[...] o ouro e a prata eram as chaves que o Renascimento empregava para abrir as portas do paraíso no céu e as portas do mercantilismo na terra. A epopeia dos espanhóis e portugueses na América combinou a propagação da fé cristã com a usurpação e o saqueio das riquezas nativas. O poder europeu estendia-se para abarcar o mundo (GALEANO, 2012, p. 12).

A busca pelo ouro e a prata extrapolou os limites pensados por Espanha e Portugal e as consequências são as mais nefastas, mesmo às riquezas sendo do próprio continente. Eis o ponto que soa contraditório ao leitor: como pode um continente tão rico em fauna e flora enfrentar tantas dificuldades? O que estava ocorrendo com toda aquela riqueza expressa em metais preciosos? Com base em Galeano (2012) é possível demonstrar o que estava acontecendo, para onde estava sendo destinado o ouro e a prata, e qual a função que estavam desempenhando.

O primeiro exemplo que o autor explicita, é a cidade de Potosí na Bolívia, onde se ergueu uma grande civilização em razão da imensa quantidade de prata descoberta. Os espanhóis estavam em êxtase, pois há pouco tempo estiveram perto de perder o poder e toda influência econômica e política que possuíam. Ainda na condição de devedores passaram a empregar a prata ao pagamento das dívidas, das hipotecas e da exportação de mercadorias. Para Huberman (1986, p. 119)

A Espanha foi, no século XVI, talvez o mais rico e poderoso país do mundo. Quando os homens inteligentes de outros países perguntavam, a razão disso julgavam encontrar a resposta nos tesouros que ela recebia das colônias. Ouro e prata. Quanto mais tivesse, tanto mais rico o país seria [...] A posse de ouro e prata, portanto, o total de barras, que um país possuísse, era o índice de sua riqueza e poder.

A Espanha, astuciosamente se apropriou da prata e transferiu a outros países para sanar suas dívidas, aparentemente, e em pequenas situações, a Espanha teria recuperado seu poder econômico destinando o saqueio da prata a função de encaminhamento a outras nações. Esse jogo de interesses só foi possível em detrimento da sustentação alcançada através do ouro e da prata descobertos na América Latina em quantidades nunca antes imaginadas. Os metais preciosos foram a atração dos colonizadores pelas terras “virgens”. Assim,

Em Potosí a prata levantou templos e palácios, mosteiros e cassinos, foi motivo de tragédia e de festa, derramou sangue e vinho, incendiou a cobiça e gerou desperdício e aventura. A espada e a cruz marchavam juntas na conquista e na espoliação colonial. Para arrancar a prata da América, encontravam-se em Potosí os capitães e ascetas, toureiros e apóstolos, soldados e frades. Convertidas em bolas e lingotes, as vísceras da rica montanha alimentaram substancialmente o desenvolvimento da Europa (GALEANO, 2012, p. 16).

O capital mercantil europeu encontrou as saídas para a crise do feudalismo a partir da usurpação das riquezas latino-americanas e na mesma medida determinava o caráter civilizatório deste continente – como no caso de Potosí (Bolívia) – como algo impregnado à expansão do comércio. Todavia, estes processos civilizatórios desencadearam efeitos danosos, pois as grandes cidades erguidas em decorrência da exploração das riquezas cresciam na mesma proporção de sua autodestruição.

Considerando o forte saqueio ao qual Potosí foi condicionada, as cidades, após algum tempo, encontravam-se estagnadas. As marcas da exploração eram tão visíveis que não havia mais possibilidade de desenvolver. Potosí estava condenada à destruição, à miséria. Enquanto se extraía a prata para fins alheios se fazia necessário construir um centro civilizado. No entanto, após a extração demonstrar sinais de desgaste; de esgotamento da riqueza natural, não se tinha mais interesse em sustentar aquela civilização que há pouco tempo foi responsável por viabilizar a maior quantidade de prata já verificada na história da humanidade. Acrescenta Galeano (2012, p. 18):

[...] A prata transportada para a Espanha em pouco mais de um século e meio, excedia três vezes o total das reservas europeias. E é preciso levar em conta que estas cifras oficiais são sempre minimizadas. Os metais arrebatados aos novos domínios coloniais estimularam o desenvolvimento europeu pode-se até mesmo dizer que o tornaram possível. Nem sequer os

efeitos da conquista dos tesouros persas, que Alexandre Magno despejou sobre o mundo helênico, poderiam comparar-se com a magnitude desta formidável contribuição da América ao progresso alheio.

Toda prata saqueada nunca esteve destinada a promover o desenvolvimento das terras de onde eram oriundas, mas abastecer as relações econômicas em florescimento, em que acumular as riquezas era necessário ao estabelecimento do capitalismo na sua fase industrial.

Neste ciclo da prata a Espanha assume a frente do processo, porém a sua parcela é incipiente para restituir seu poder, tendo em vista que a maior parte de seus parceiros econômicos era estrangeira e de forma bastante perspicaz se apropriavam da prata que a Espanha saqueava. Nesse sentido, “[...] esse enorme suprimento de prata, levado da América para a Espanha, ficava ali? De forma alguma. Circulava por toda a Europa tão logo desembarcava” (HURBEMAN, 1986, p. 99). Nesse processo lhe restava apenas a imagem, a aparência de uma Espanha rica¹⁶.

Outro fator que contribuiu para a quebra da Espanha foi defender a Igreja católica que a princípio condenava a riqueza, mas também, a própria limitação que o capital mercantil esbarrou devido a manufatura. Desse modo, a Espanha colocava-se na contramão dos objetivos do capital que era galgar cada vez mais poder econômico, por via de consequência incumbiu-se a Inglaterra a frente deste processo, descreve Galeano (2012, p. 21) a conjuntura da Espanha:

A bancarrota era total. Desemprego crônico, grandes latifúndios, moeda caótica, indústria arruinada, guerras perdidas e tesouros vazios, autoridade central desconhecia nas províncias: a Espanha que defrontou com Felipe V estava “pouco menos defunta que seu amo morto”.

A partir do enfraquecimento espanhol, a Inglaterra começou a fazer uso do mesmo processo, mas o alvo agora consiste no clico do ouro do Brasil, em Minas Gerais. Nesse momento, “a região de Minas Gerais entrou assim, impetuosamente, na história: a maior quantidade de ouro então descoberta no mundo foi extraída no menor espaço de tempo” (GALEANO, 2012, p. 37). Assim, o Brasil começou a estabelecer suas relações econômicas sob o mesmo estigma de subalternidade ao qual todo o continente foi condenado. Não importava quão fosse à abundância de riqueza pertencente ao país, quanto mais ouro maior

¹⁶ O clico de prata na Europa, em especial a Espanha “provocou um aumento sensacional dos preços. Não apenas um tostão ou dois neste ou naquele artigo, mas um aumento espetacular no preço de tudo. Houve uma verdadeira revolução nos preços, tal como ocorrera apenas três ou quatro vezes nos últimos mil anos da história mundial. Os preços das mercadorias em 1600 eram mais de duas vezes superiores ao que foram em 1500, e em 1700 estavam ainda mais altos - mais de três vezes e meio o que haviam sido quando a revolução dos preços teve início”(HURBEMAN, 1986, p. 99).

era o sucateamento realizado. A Inglaterra, por sua vez, extraiu tanta riqueza do Brasil, que foi suficiente para manter intactas suas relações econômicas durante todo o bloqueio continental de Napoleão¹⁷.

Para Donghi (1975), o alinhamento com a Inglaterra provocou pertinentes mudanças no sistema comercial. Assim, Portugal, país que liderou a colonização brasileira, tomado pela ganância, permitiu a abertura à Inglaterra, oferecendo o que lhe interessava em troca dos interesses portugueses. No entanto, Portugal não detinha o mesmo nível de desenvolvimento, sendo que em troca das regalias inglesas oferecia o ouro advindo do Brasil. Esta relação contribuiu para quebrar com o monopólio português e viabilizou total acesso a Inglaterra. Nesse percurso,

Portugal não poderia ocupar papel de primeira grandeza no mercado mundial porque os acordos estabelecidos com a Inglaterra impediam o desenvolvimento de suas atividades manufatureiras. [...] a acumulação portuguesa estava sendo bem mais exitosa para os negócios da burguesia inglesa do que propriamente para a burguesia lusitana. Como não contava com uma dinâmica estrutura econômica e militar, Portugal precisava partilhar o excedente extraído da exploração do trabalho escravo no Brasil com este importante centro econômico (BISPO, 2015, p. 96).

Através do predomínio inglês, a ruína de Ouro Preto estava condicionada ao fim do ciclo do ouro. No primeiro momento, ergueu-se, em virtude da extração do ouro, um centro de riquezas, entretanto, dados os sinais de esgotamento e desgaste das reservas de ouro imediatamente cessa o crescimento dando lugar a uma onda de decadência. Esse foi o resultado de todos os países onde havia a extração dos metais preciosos como uma necessidade do capital mercantil europeu. Para Galeano (2012, p.22):

A Europa necessitava de ouro e prata. Os meios de pagamentos em circulação se multiplicavam sem cessar e era preciso alimentar o movimento do capitalismo na hora do parto: os burgueses se apoderavam das cidades e fundavam bancos, produziam e trocavam mercadorias, conquistavam novos mercados. Ouro, prata, açúcar: a economia colonial, mais abastecedora do que consumidora, estruturou-se em função das necessidades do mercado europeu, e a seu serviço. O valor das exportações latino-americanas de metais preciosos foi, durante prolongados períodos do século XVI, quatro vezes maior que o valor das importações, compostas por escravos, sal e

¹⁷O Bloqueio Continental foi um decreto datado de 21 de novembro de 1806, que consistia em impedir o acesso a portos dos países dominados pelo Império Francês a navios do Reino Unido da Grã Bretanha (Inglaterra) e Irlanda. Com isso, o principal objetivo era isolar economicamente as Ilhas Britânicas, sufocando suas relações comerciais. Napoleão justificou tal violação do direito internacional como uma represália à ação de bloqueio dos portos franceses por navios da Marinha do Reino Unido. Mas, para que o Bloqueio Continental tivesse total eficácia, a França dependia de que todos os países da Europa aderissem à ideia, e para isso era necessária a adesão de todos os portos localizados nos extremos do Continente (GALEANO, 2012).

artigos de luxo. Os recursos fluíam para que os acumulassem as nações europeias emergentes do outro lado do mar. Esta era a missão fundamental que trouxeram os pioneiros, embora, além disso, aplicassem o Evangelho quase tão frequentemente como o chicote, aos índios agonizantes. A estrutura econômica das colônias ibéricas nasceu subordinada ao mercado externo e, em consequência, centralizada em torno do setor exportador, que concentrava renda e poder.

Chegado ao fim da usurpação dos metais preciosos, com grandes conquistas para a Europa, como revela a citação, era preciso encontrar novas formas de continuar explorando as ricas terras latino-americanas. Nestas condições, a solução foi a implementação dos latifúndios agrícolas, contudo, antes de passar a avaliação dos latifúndios, deve-se entender exatamente quais as conquistas que foram proporcionadas à Europa através da exploração dos metais latino-americanos.

Na Europa, o ouro e a prata fizeram a circulação do dinheiro aumentar, crescer as cidades e as casas bancárias, produzindo e circulando mais mercadorias, ou seja, abre-se o mercado mundial tão necessário ao capital comercial em desenvolvimento. Nesse contexto, “[...] o mercado mundial constituiu instrumento fundamental de intensificação das relações assentadas no processo de realização do valor e como mecanismo essencial de reprodução do capital” (BISPO, 2015, p. 44).

Todavia, era necessário ao florescimento do mercado internacional um Estado organizado e direcionado a proteger as suas riquezas extraídas da América Latina, sem, no entanto, atrapalhar as relações comerciais. Observa-se aqui, como o Estado mediava a relação do novo continente com o velho mundo, a Europa, através da constituição da política mercantilista, onde a classe economicamente dominante faz uso do aparelho estatal para legitimar seus interesses. Huberman (1986, p. 128) diz que:

Nessa política, a metrópole e as colônias deviam agir com um todo, unidas na luta contra o estrangeiro intruso. Foi para os colonos americanos uma grande vantagem ter essa defesa contra os interesses marítimos holandeses, mais fortes. [...] Mas havia outros aspectos das Leis de Navegação que não eram vantajosos para as colônias. Fazia parte do pensamento mercantilista a crença de que as colônias eram outra fonte de renda para a metrópole. Baixaram-se, portanto, leis proibindo aos colonos iniciar qualquer indústria que pudesse competir com a indústria da metrópole. Os colonos não podiam fabricar gorros, chapéus, ou artigos de lã ou ferro. A matéria-prima desses produtos existia na América, mas os colonos deviam mandá-la para a Inglaterra, onde seria beneficiada, e comprá-la de volta na forma de produto acabados.

O Estado mercantil atua determinando o comércio e a distribuição de mercadoria. Na Inglaterra torna-se mais evidente o caráter dessa política estatal, em que é preferível importar a exportar suas riquezas. Desse modo, Inglaterra e Espanha saqueavam as riquezas naturais

da América Latina e exportavam mercadorias manufaturadas para consumo. Logo, foram constituindo os seus grandes monopólios, onde limitavam a atividade comercial latino-americana de acordo com seus ganhos. A política mercantilista instalada pelo Estado eliminou as taxas cobradas que impediam e dificultavam o comércio interno e passaram a instituir tarifas para os produtos estrangeiros, tem-se aí o protecionismo estatal.

Portanto, em um primeiro momento após a introdução do continente latino-americano, os principais objetos de exploração foram os metais preciosos, particularmente a prata de Potosí/ Bolívia e o ouro em Ouro Preto/ Brasil. Deflagraram também o extermínio dos povos nativos como requisito ao domínio total do continente, lançando os índios ainda vivos à condição de servidão como trabalhadores das minas para extrair os metais que, posteriormente, seriam pelos europeus saqueados. Dadas as circunstâncias, houve um genuíno processo de saqueio, haja vista que os europeus se apropriavam da riqueza que não os pertencia, utilizando-se delas para favorecer seus países e o desenvolvimento do mercado mundial, ocorrendo uma acumulação de capital nunca antes visto.

Emergem desse cenário, os aspectos primordiais das relações de dependência, em que o Estado operou a dominação política na medida em que fomentou a proteção de toda a riqueza que estava sendo extraída desse continente colonizado. Assim, a organização do Estado que sucedeu seu período clássico, foi a política mercantilista. Para Bispo (2015, p.65)

A colonização configura-se como um conjunto complexo e coeso; não é à toa que se denomina o processo de colonização de empresa colonizadora. Todas as suas atividades foram paulatinamente planejadas e organizadas; a unidade do poder econômico com o poder político absolutista assegurou o monopólio das atividades comerciais realizadas. A colonização foi o ingrediente essencial para que o mercado mundial pudesse se constituir. Sem o sistema colonial inexistiria mercado mundial, pois a metrópole inexistiria sem a colônia.

O Estado absolutista, no mercantilismo, foi fundamental, pois através de uma ação forte e interventora viabilizou a garantia da expropriação das colônias e ao mesmo tempo impediu qualquer desenvolvimento autônomo da América Latina, contribuindo para que esse continente estivesse sempre na condição de subalterno e disponível para explorar suas riquezas, formando as reservas dos países europeus. E também renovou a força pública, estabelecendo uma liberdade constitucional, em que todos perante o estatuto da justiça seriam iguais, entretanto, ocultando a verdadeira função da política estatal, a de apenas proteger a propriedade privada das economias centrais.

Esses processos que gestaram o modo capitalista de produção somente se tornaram possíveis mediante a exploração das colônias, afinal todo o continente latino-americano era

visto como território legitimado pela ação estatal europeia que, amortecendo as desigualdades, naturalizava a relação de subordinação com as colônias, passando estas a serem consideradas como auxiliares do mercado nos países europeus. E essa relação de dominação intensifica-se a partir das atividades agrícolas como se verifica no item a seguir.

2.3 Atividades agrícolas: Escravidão e Estado colonial

Em uma segunda vinda à América Latina, Colombo trouxe consigo a cana-de-açúcar, pois percebendo a riqueza dos solos, compreende que a produção se tornaria muito mais rápida e o tempo para o capitalista é tudo (MARX, 1996). Essas plantações das colônias são financiadas e direcionadas ao estrangeiro, passam a ser denominadas como latifúndios e compõem um dos primeiros aspectos da desigualdade social, pois as matérias-primas eram destinadas a outros países, as quais retornavam em forma de mercadoria com um valor agregado¹⁸, ainda que essas mercadorias sejam extraídas do próprio continente.

A relação de usurpação e exploração dos países centrais em relação à América Latina não se alterou, pelo contrário, buscaram-se novas maneiras de extrair e intensificar a expropriação que a partir dessa conjuntura não seria mais apenas das riquezas naturais – matérias-primas –, mas também conjugada a força de trabalho.

Desse modo, as plantações de cana-de-açúcar destinadas ao mercado internacional desempenharam a função de impulsionar o desenvolvimento industrial europeu. Por outro lado, afirmaram e condicionaram a América Latina ao subdesenvolvimento na medida em que o açúcar, a princípio, depois o cacau, o algodão, o café, entre outras formas de latifúndios, desencadearam um bruto desgaste e devastação do solo latino-americano. Galeano (2012, p. 42-43) explica que:

A plantação colonial subordinada às necessidades estrangeiras e financiadas, em muitos casos, do exterior, provém em linha reta o latifúndio de nossos dias. Este é um dos gargalos da garrafa que estrangulam o desenvolvimento econômico da América Latina e um dos fatores primordiais da

¹⁸ A mercadoria portadora de um valor superior faz referência ao processo no qual o que “separa de antemão ambos os ciclos M-D-M e D-M-D é a sucessão inversa das mesmas fases contrapostas de circulação. A circulação simples de mercadorias começa com a venda e termina com a compra, a circulação do dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda. Lá a mercadoria, aqui o dinheiro constitui ponto de partida e ponto de chegada do movimento. Na primeira forma o dinheiro, no outro, inversamente, é a mercadoria que media o transcurso global” (MARX, 1996, p. 126).

marginalização e da pobreza das massas latino-americanas. [...] Com melhor ou pior sorte cada produto tem-se convertido num destino, muitas vezes fugaz, para os países, regiões e homens. O mesmo itinerário seguiram, certamente, as zonas produtoras de riquezas minerais. Quanto mais cobiçado pelo mercado mundial, maior é a desgraça que o produto traz consigo ao povo latino-americano, com seu sacrifício, o cria.

É sob o estigma da exploração e apropriação que segue seu processo de colonização, tendo como objetivo galgar o progresso do mercado mundial. Por conseguinte, os países latino-americanos que atenderam a necessidade de expansão foram os que mais sentiram os impactos avassaladores do capital que através das atividades agrícolas passaram a esvaziar as riquezas da América Latina. Nessas condições “O Brasil sofreu, durante o século XVIII, transformações maiores que o resto da América Latina” (DONGHI, 1975, p. 50).

Graças à significativa produção do açúcar no Nordeste, o Brasil foi o país que mais se destacou: primeiro porque exportava uma imensa quantidade de açúcar e foram tantos os engenhos erguidos que a coroa portuguesa se apossava das terras e por meio de doações presenteavam outras monarquias. Nesta conjuntura, a independência do Brasil de Portugal já havia sido anunciada¹⁹, isto significou então que a independência foi muito mais formal do que de fato real, uma vez que a história não pode omitir que a coroa portuguesa ainda exercia domínio no país. Para Bispo (2015, p. 78)

Neste contexto, a colônia devia emergir como intermediário do desenvolvimento econômico da metrópole, e sua organização interna e externa destinava-se a servir a esse propósito. Primeiro, era preciso abastecer a metrópole com acentuada quantidade de matéria-prima; para isso, toda sua produção seria orientada na perspectiva de atender às carências do mercado externo; segundo, devia também servir como mercado de consumo dos produtos manufaturados fabricados na metrópole.

O ciclo do açúcar apossado pelos portugueses somente é quebrado quando os holandeses que eram os verdadeiros financiadores das empresas portuguesas desde o processo de plantação até a comercialização do açúcar na Europa, foram expulsos do Brasil. Conforme Galeano (2012), após serem expulsos os holandeses se encarregaram de levar consigo o açúcar e os negros, para que os latifúndios açucareiros fossem fundados em suas próprias terras, que por ventura eram mais próximas da Europa e mesmo não possuindo um solo tão propício, o custo com o transporte seria menor.

Nesta lógica, “[...] o que antes era um monopólio mediterrâneo e, posteriormente, das

¹⁹ O processo de independência dos países latino-americanos do centro europeu estava impregnada pela fantasiosa regulamentação jurídica oficial, mas na verdade a “independência significa, ao contrário, um vínculo mais sólido com as novas metrópoles econômicas, vínculo que só ilusoriamente poderia ser considerado de igualdade. São esses alguns dos problemas colocados pela dissolução do vínculo colonial, mesmo antes de sua ocorrência efetiva” (DONGHI, 1975, p. 69).

ilhas atlânticas hispano-portuguesa e do Brasil espanhol, torna-se agora um elemento da economia colonial da Holanda, da Inglaterra e, por fim, também da França [...]” (DONGHI, 1975, p. 51) aumentando a concorrência do açúcar, e com isso, as exportações do Nordeste caem significativamente, pois a plantação do açúcar já havia deixado seu rastro destrutivo, ressaltando-se os “[...] incêndios que abriram terras canaviais, devastaram a floresta e com ela a fauna; desapareceram os cervos, javalis, as toupeiras, os coelhos, as pacas e os tatus. O tapete vegetal, a flora e fauna foram sacrificadas” (GALEANO, 2012, p. 44).

O Nordeste do Brasil que floresceu por meio do açúcar encontrou-se esgotado com graves problemas, a exemplo do quadro de exploração infantil, que em decorrência da situação falida e desgastada da região pelo latifúndio do açúcar, a exploração de crianças se tornou uma atividade econômica. Todavia, a maldição do açúcar atinge também outros países latino-americanos, como foi o caso de Cuba em que a cultura da cana marcou um cenário de grandes engenhos de terras *versus* as queimadas e incêndios para técnicas do cultivo da cana. Assim, “a economia cubana foi moldada pelas necessidades estrangeiras do açúcar: os escravos produziram a cobiçada mercadoria com destino ao mercado mundial, e sua suculenta mais-valia seria desde então desfrutada pela oligarquia local e pelos interesses imperialistas” (GALEANO, 2012, p. 48).

Cuba possuiu um caráter peculiar, haja vista a revolução cubana em 1959²⁰ onde, mesmo com um quadro de dependência econômica, política e bastante fragilidade social incitaram tentativas de resistência ao rompimento com o poder exercido pelos Estados Unidos (EUA) em sua nação. Este é um caso particular que teve início quando a crise no Haiti²¹ arruinou toda a produção do açúcar, acarretando na sua substituição por Cuba, como novo país produtor.

A produção cubana alcançou números bastante expressivos, se destacando da própria Inglaterra, porém, os custos da plantação se tornaram altos, considerando que provocavam o desgaste da terra, inviabilizando novas plantações e desse modo, fazia decair o número de exportação. A partir deste momento, os EUA intervêm comprando ou financiando os centros açucareiros, sob condição de dependência. Cuba tornou-se vulnerável na medida em que é condicionada pelos desejos norte-americanos, e conseqüentemente sofre os impactos quando

²⁰ Revolução cubana em 1959 foi o movimento e luta que expressou o embate político assumido por Cuba direcionado a soberania e libertação nacional do seu país contra os imperativos espanhol. A emancipação de Cuba do colonialismo espanhol foi questionada e defendida por grande líderes como: os irmãos Fidel e Raul Castro e José Martí.

²¹ A revolução e crise haitiana foi marcada pela coalização internacional, queda da produção e dos preços, as plantações desgastadas pelos conquistadores provocava o afastamento dos mesmos no país, sucumbindo à produção haitiana do açúcar e colocando Cuba no centro desta tarefa. Consultar Galeano (2012).

há momento de baixa nos EUA, assim como ocorreu quando eclodiu a crise de 1929²².

Cuba estava sendo perseguida pelo mesmo processo comum as demais nações latino-americanas – transferir riquezas. Quando eclode a revolução cubana em 1959, as fábricas passavam por um processo de nacionalização como ocorreu em outros países, tal como o Chile. Essas tentativas de nacionalizar representavam uma alternativa para quebrar com a hegemonia do capitalismo tendo como horizonte o socialismo²³.

A iniciativa de Cuba de se livrar do comando dos EUA decorre do entendimento que as plantações de cana-de-açúcar nas suas terras não causavam desigualdades e miséria, mas sim, a incorporação das imposições norte-americanas. De acordo com Galeano (2012), o açúcar, como maior fonte de recursos e meio de crescimento cubano é usado para dominar a economia cubana. Depois de ter compreendido isto, Cuba tentou romper essa subordinação fazendo uso do latifúndio açucareiro para desenvolver a ilha.

Por isso, se constitui um caso particular, pois foi uma iniciativa tão somente ocorrida em Cuba, haja vista que outras nacionalidades tentaram imputar o mesmo processo, no entanto, foram freadas e impedidas pelo poder militar dos norte-americanos, que simultaneamente também tentavam combater Cuba, mas naquele momento não teve êxito.

Além da extração das riquezas naturais houve um segundo aspecto que atendeu diretamente as necessidades do capital comercial europeu – o trabalho escravo. Desde a gênese da colonização na América Latina, na medida em que se aumentava a extração do ouro, mais se demandava força de trabalho, dadas às circunstâncias de que os índios eram insuficientes para atender a demanda, o tráfico negreiro da África mostrou-se como alternativa viável à economia em expansão.

Galeano (2012, p. 39) explicita as condições materiais do trabalho escravo que combinava negros e índios:

Os escravos esgotavam sua força e seus dias na lavagem de ouro. “Ali trabalham – escrevia Luís Gomes Ferreira –, ali comem, e muitas vezes tem que dormir ali, e como quando trabalham se banham em suor, e com dois pés sobre a terra fria, sobre pedras ou na água, quando descansam ou comem, seus poros se fecham e se congelam de tal forma que se tornam vulneráveis a muitas doenças perigosas, como as mui severas pleurisias, apoplexia, convulsões, paralisia, pneumonia, e muitas outras”. A doença era uma benção do céu que aproximava a morte. Os capitães-do-mato de Minas

²² Crise de superprodução ocorrida nos EUA, mas, repercutida em escala mundial, o que foi e seus efeitos são explicitados nas páginas à frente.

²³ Por socialismo compreende-se o “[...] período de transição para uma sociedade emancipada, “em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classes, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos” (MARX; ENGELS, 2009, p. 83).

Gerais cobravam recompensas em ouro em troca das cabeças cortadas dos escravos que evadiam.

A substituição dos metais pelas plantações agrícolas fez o negro se tornar o único escravo em razão da incipiente quantidade de índios e suas poucas destrezas. O tráfico de negros foi extremamente lucrativo e a solução viável para os problemas de continuar explorando o continente latino-americano. Cabia ao Estado reconhecer e legalizar o trabalho escravo, mas não o trabalho escravo característico do império romano²⁴ e sim um escravismo moderno, determinado pelas necessidades de expansão do capital comercial europeu, tendo em vista as peculiaridades da América Latina em que inexistia, a *priori*, o camponês que após o abandono das terras feudais converteram-se em trabalhadores assalariados²⁵ como a única forma de garantir a sobrevivência.

Na América Latina, a passagem do camponês a trabalhador assalariado, como condição de existência do capitalismo, pressupõe o trabalho escravo, visto que o capitalismo em ascensão necessitava cada vez mais do processo de valorização do valor – gerar lucros –, por outro lado, devido essa necessidade ser crescente e imediata, a classe dominante não estava disposta a esperar pelo lento desenvolvimento das forças produtivas na América Latina. Assim, com o apoio do Estado, o escravo tornou-se a única maneira de operacionalizar as demandas postas pelo capital naquela época. Porque

Na pré-história do capitalismo, a coerção estatal foi instrumento imprescindível para a subordinação da força de trabalho aos imperativos de comando do capital. Este se revela como elemento essencial ao processo de produção adotado nas colônias, em que o capital mercantilista precisava recorrer à forma de trabalho escravo. Observa-se que nem mesmo a economia mais desenvolvida do planeta deixou de adotar o trabalho escravo enquanto tentava se estabelecer as condições adequadas ao processo de gestão das relações genuinamente capitalistas (BISPO, 2015, p. 70).

Os processos que envolvem a formação e organização de um modo de produção se generalizam e necessitam que o conjunto societário se modifique na mesma proporção, isto é, de modo combinado, as relações econômicas e políticas se transformam. Porém, respeitando as particularidades de cada nação. Neste cenário, o tráfico humano dos escravos tornou-se um negócio lucrativo no século XVIII e como o capitalismo demandava cada vez mais as

²⁴ A semelhança entre o escravismo moderno e o existente no império romano tem como base a condição subumana do escravo, no entanto, o que difere são os objetivos do escravismo moderno que dizem respeito à geração do capital que os países centrais possam se apropriar.

²⁵ O capitalismo ao se desenvolver torna o camponês “trabalhador livre”, pois “destituídos dos meios de produção os homens aparentemente livres são forçados a vender sua força de trabalho em troca de um valor destinado a comprar os bens necessários a sua reprodução, sendo então determinada a condição de assalariamento. No capitalismo, o salário, como se viu, condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado quantum de trabalho não-pago por parte do trabalhador” (MARX, 1996, Tomo II, p. 251).

condições para sua consolidação nas colônias, foi através do trabalho escravo que o capital comercial se sustentou.

O senhor de escravo respaldado pelo Estado colonial em todo continente contribuiu com a reprodução do capital comercial, pois representava a personificação dos seus interesses na medida em que os mercados centrais emprestavam dinheiro aos senhores de escravos para posteriormente serem cobrados os juros. Marx (1985b, p. 275) descreve como eram tratados os escravos:

O dono deve alimentar seu escravo com pão e água, bebidas fracas e refugos de carne, conforme ache conveniente. Tem o direito de força-lo a qualquer trabalho, mesmo o mais repugnante, por meio do açoite e de correntes. Se o escravo se ausentar por 14 dias será condenado à escravidão por toda a vida e deverá ser marcado a ferro na testa ou face com a letra S; caso fuja pela terceira vez, será executado como traidor do Estado. O dono poderá vendê-lo, como qualquer outro bem móvel ou gado. Se os escravos tentaram alguma coisa contra os senhores, devem ser da mesma forma executados.

Assim, como foi com os índios, os negros eram tratados como se fossem animais, servindo como “burros de carga” em um contexto em que o auferimento de lucro era crescente e em decorrência das peculiares condições objetivas da América Latina, qualquer outra forma de explorar o trabalho não corresponderia. Entre os países latino-americanos, que utilizou força-de-trabalho escrava,

O Brasil foi o maior produtor mundial de açúcar. Simultaneamente, a colônia portuguesa da América era o principal mercado de escravos: a mão-de-obra indígena, muito escassa, extinguiu-se rapidamente nos trabalhos forçados, e o açúcar exigia grandes contingentes de mão-de-obra para limpar e preparar os terrenos, plantar, colher e transportar a cana e, por fim, moê-la e purgá-la (GALEANO, 2012, p. 43).

A substituição dos povos nativos por negros foi determinada pelas relações econômicas europeias, com objetivo de extrair as riquezas naturais através do trabalho escravo. Os negros africanos transportados como mercadorias foram alocados nos latifúndios açucareiros e representaram para os senhores de engenho a força de trabalho disponível a explorar nas plantações de açúcar. O trabalho escravo foi fundamental para movimentar as casas financeiras europeias, principalmente na sua primeira expressão, o capital usurário e comercial, dada à relação de empréstimo.

Dessa maneira, muito mais que produzir o conteúdo material da riqueza social do qual o senhor de engenho estava se apropriando enquanto possível classe dominante da colônia, o escravo foi a “[...] força de trabalho que se irradia na colônia é produto de um movimento delimitado pelos interesses do capitalismo comercial ou dos homens de negócios da Europa”

(BISPO, 2015, p. 77). Pois, eram submetidos a condições subumanas, em que a subjetividade era totalmente obliterada em razão da predominância do lucro. A violência executada contra os negros não foi do tipo massacre e extermínio como o que atingiu os nativos, mas negava as potencialidades do ser social.

Galeano (2012) relata que a história dos escravos demonstra algumas reações, tal como foi o movimento indígena, em que houve alguns momentos em que os negros tentaram resistir fugindo dos senhores. O Brasil aparece como cenário em que a reação dos escravos negros foi a mais marcante, pois nas tentativas de refúgio construíram o que hoje é símbolo de luta, que foram os quilombos e, dentre eles, um dos mais conhecidos: o Quilombo dos Palmares. Essa tentativa de resistência, no Brasil, ficou conhecida como a maior rebelião de escravos.

Nesse momento passaram a desenvolver o cultivo de vários alimentos – policultura –, contraditoriamente, a abundância desses alimentos instigou ainda mais os atos de violência praticados pelas tropas coloniais, orientados por um Estado europeu estritamente repressor, uma vez que nessas condições os escravos possuíam o que precisavam para se reproduzir.

O destino do líder do movimento negro, Zumbi, foi similar ao de Túpac - líder dos indígenas, traído e executado, terminando por enfraquecer o movimento. A alternativa adotada pelos escravos em todo continente foi o suicídio. De acordo com Galeano (2012) os senhores de escravos tentavam impedir a morte em massa de seus escravos por meio da castração dos corpos já mortos, para que ficasse de lição aos que pensavam em se matar, posto que ao ressuscitarem, retornariam com algum órgão faltando, e dessa forma, a imagem serviu de exemplo para conter os suicídios – diferentes formas ideológicas de reprodução da violência.

Todo esse processo na verdade já expressava o caráter do capital e a complementaridade estatal na medida em que o Estado foi capturado pelo capital para imperar e destruir as iminentes ameaças das colônias. Para Bispo (2015, p. 86, grifo do autor):

A violência adotada na prática da escravidão denota que o capital mercantil vem ao mundo semeando barbárie contra as populações nativas. O genocídio foi o *letimotiv* da empresa colonizadora nos distintos continentes. A violência realmente se revela como uma potencia econômica.

Portanto, o trabalho escravo na América Latina foi a primeira forma “oficial” de tratar a força de trabalho como mercadoria, exatamente em benefício das necessidades do mercado mundial em galgar mais-trabalho. Para legitimar essa prática destrutiva à qual os negros estavam submetidos, o Estado – que, embora com sua estrutura ausente do continente,

operava nos primeiros anos coloniais, ou melhor, em meados do século XVIII -, se estabelecia como alicerce fundamental na relação de servidão existente entre os negros em relação aos senhores de engenho. Em síntese, o que aconteceu foi que,

Durante a vigência do estatuto colonial cabia ao Estado latino-americano apropriar-se do excedente produzido na periferia para enviar à metrópole dominante. Por conta dessa artilosa tarefa, os trabalhadores eram submetidos à escravidão ou semiescravidão, de modo que o recurso da regulação social consistia em aberta e sangrenta repressão às lutas, movimentos, revoltas ou qualquer tipo de insubmissão dos trabalhadores aos ditames do estatuto vigente (PAIVA; ROCHA; CARRACO, 2010, p. 163).

Os trabalhadores negros estavam à mercê da repressão praticada por seus senhores que eram amparados pelo Estado. Como relatado nos fundamentos ontológico do Estado, segundo Engels (2009), o aparelho estatal representa a classe dominante de cada época e serve de máquina de repressão para a classe oprimida. Nestas condições, o Estado europeu manipula a realidade econômica e social da América Latina, tornando-a periférica e dependente dos centros, onde o senhor de engenho deteria o domínio dos negros como sua propriedade.

Paradoxalmente, os senhores de engenho permaneceriam dependente do capital comercial europeu, tendo em vista que os seus ganhos eram apenas destinados a manter as plantações de açúcar – monocultura – e consumir as manufaturas advindas da Europa, mas não só isso, os empréstimos adquiridos pelos senhores de engenho fortalecia as casas bancárias na Europa, mesmo que para a realização de todo esse ciclo, o negro sucumbia em uma vida subumana.

Nessas circunstâncias, o capital comercial europeu viu-se contemplado por duas razões: a primeira, já salientada, era o empréstimo que os senhores de escravos realizavam e depois, na forma de juros, devolviam ao banco europeu o valor emprestado mais o acréscimo; a segunda, as viagens marítimas às terras pouco conhecidas exigiam investimentos, exigia muito dinheiro. As empresas colonizadoras precisavam dispor de todo o aparato de descobrimento e colonização dessas terras. Sendo assim:

A atividade colonizadora exigia uma constelação de recursos, e pouquíssimos eram aqueles que dispunham de capital suficiente para se lançar numa aventura arriscada e incerta; para isso era preciso que vários indivíduos portadores de reservas financeiras se unificassem num mesmo propósito. As companhias por ações e empresas mercantis surgiram para atender esses anseios (BISPO, 2015, p. 102).

Emergem as casas financeiras em que os aventureiros e investidores contraem altas taxas de empréstimos com objetivo de financiar todo o processo, uma vez que os gastos com diversos fatores se tornaram crescentes, por exemplo, o complexo militar se tornou

fundamental para evitar novas invasões nas terras latino-americanas colonizadas. Para Huberman (1989, p. 91) “[...] era pela venda de ações a muitas pessoas que se mobilizava o considerável capital necessário às grandes expedições comerciais, marítimas e colonizadoras. Essas companhias por ações foram às precursoras de nossas grandes empresas hoje”.

Toda essa conjuntura possibilitou o surgimento e fortalecimento dos bancos, que conduziu o capital comercial a um “[...] progresso nunca antes imaginado na história da humanidade, e as companhias por ações foram sua mola propulsora” (BISPO, 2015, p. 103). A dinâmica das casas financeiras era uma só: o banqueiro emprestava x quantidade de capital aos mercadores que tinham a obrigação de devolver uma quantia maior que o capital adiantado, como também permitiu a participação nos lucros da atividade empreendida.

Alguns exemplos deste panorama podem ser verificados, na descrição de Galeano (2012, p. 18) quando se refere à situação da Espanha já assinalada no início do texto

A Coroa estava hipotecada. Cedia adiantado quase todos os carregamentos de prata aos banqueiros alemães, genoveses, flamengos e espanhóis. Também os impostos arrecadados dentro da Espanha tinham, em grande parte, esta sorte: em 1543, uns 65% do total das rendas reais eram destinadas ao pagamento das anuidades dos títulos de dívida. Só uma mínima parte da prata americana se incorporava à economia espanhola; embora fosse formalmente registrada em Sevilha, parava em mãos dos Függer, poderosos banqueiros que adiantaram ao Papa os fundos para terminar a catedral de São Pedro, e de outros grandes usurários da época [...].

A Espanha encontrava-se aprisionada aos empréstimos realizados no banco para investir na exploração da América Latina, porém essa não é uma realidade particular à Espanha. Nesta época, os banqueiros foram bastante solicitados e requisitados pela maioria daqueles países que tomaram a frente do processo de expansão marítima – Portugal, Holanda, Espanha, entre outros. Vale ressaltar que, dentro deste contexto, os Függer foram os que se constituíram enquanto maior grupo financeiro. Salienta Huberman (1986, p. 94)

Pouca coisa de importância se passou no século XVI sem que a sombra dos Függer se projetasse, de uma forma ou de outra. Iniciaram seus negócios no século XV com um estabelecimento comercial de lã e especiarias. Mas foi como banqueiros que fizeram fortuna. Empréstavam capital a outros mercadores, a reis e príncipes e, em troca, recebiam proventos de minas, de especulações comerciais, terras da coroa, de praticamente todo tipo de empreendimento que desse lucro. Quando os empréstimos não eram repostos, tornavam-se donos de propriedades, minas e terras – o que tivesse sido dado como garantia. [...] A história que datasse esse período, não como o reinado do rei Fulano de tal, mas como a Idade dos Függer, estaria muito mais próxima da verdade.

Os Függer consistiam no maior grupo financeiro, mas não o único, pois o capital comercial esteve nesse período contemplado na Europa com a intensificação da relação comercial e financeira em decorrência do aumento de contração de dívidas internas de seus próprios países que investiam gananciosamente na colonização da América Latina e também em razão dos senhores de engenhos que no continente colonizado, através do trabalho escravo, encaminhavam seus lucros aos banqueiros europeus. Não só os lucros, mas a própria produção, como o exemplo visto da cana-de-açúcar do Brasil. Em suma:

Essas produções não estavam desarticuladas dos interesses do capital mais desenvolvido da Europa; todas se propagaram como expressão medular dos interesses mercantilistas. O seu desenvolvimento estava completamente determinado pelos interesses das grandes casas financeiras instaladas na Europa. (BISPO, 2015, p. 112).

A usurpação de metais substituída pelos latifúndios, juntamente com o trabalho escravo, foi o “abre alas” da consolidação do capitalismo sob a forma industrial na Europa, na medida em que acumulavam capitais transferidos da periferia para ao centro. Esse processo fortaleceu os Estados nacionais europeus, os quais se aperfeiçoaram em preservar as condições econômicas do capital europeu, eliminando os entraves na relação mercantil e de apropriação, ou seja, em contraposição à Europa onde o Estado garantiu o triunfo do modo de produção capitalista, na América Latina tornou-se o “coveiro” do continente latino-americano.

O século XV marcava o esgotamento do antigo regime e este cenário colocou em xeque o capital comercial. Nesse sentido, o descobrimento da América Latina esteve intrinsecamente ligado às necessidades de subsidiar o comércio em expansão. A partir do crescimento comercial foi possível consolidar um mercado internacional, o qual ampliou as atividades financeiras, aumentou a produção de mercadorias visando seu valor de troca e viabilizou as condições para o desenvolvimento industrial, pois a riqueza social apropriada pela classe dominante foi superior ao esperado. De um quadro de escassez o capitalismo surge trazendo consigo a abundância.

Nesse percurso histórico, o papel elementar do Estado assegurou que os capitais acumulados através das relações comerciais permitissem que na Europa uma parte da classe burguesa passasse a investir na manufatura que uma vez ampliada incitou a emersão e a invenção das máquinas, primeiro a máquina a vapor. A partir daí, foi dado início a uma nova forma de produzir que modificaria não só as forças produtivas, mas também toda a estrutura da sociedade – demandando uma reorganização dos complexos sociais.

Desse modo, as indústrias passam a se tornar predominante e o comércio se converte

em atividade secundária. No entanto, jamais se pode anular a importância do comércio para concretude dessa fase, pois este crescimento econômico foi forjado pelas condições objetivas que o antecedem. E mais, acrescenta Galeano (2012, p. 57-58, grifos do autor) “[...] *o capital acumulado no comércio triangular – manufaturas, escravos, açúcar – tornou possível a invenção da máquina a vapor: James Watt foi subvencionado por mercadores que haviam feito assim suas fortunas. [...]*”.

Isto é, o tráfico de negros juntamente com a comercialização e produção dos latifúndios geraram diretamente as condições para a industrialização dos países centrais, agravando as desigualdades na periferia latino-americana, pois este continente forjou o desenvolvimento da monocultura para exportar cada vez mais para as indústrias europeias e, ao mesmo tempo, tornou-se mercado consumidor porque passou a comprar tudo do mercado internacional.

Encerra-se essa etapa sinalizando o quão fundamental foi e permanece sendo a usurpação da América Latina, em que seu período de colonização foi perpassado do início ao fim pelas necessidades e manipulações do capital mercantil europeu, e por meio dessa relação dialética já exposta tornou possível as condições para impulsionar as atividades industriais no século XVIII, consolidando por vias de fato, o modo de produção capitalista.

A relação entre a América Latina e o capitalismo europeu sempre será destacado, visto que seu processo civilizatório esteve sob o comando do capital central. Destarte, para evitar a reprodução mecanicista e etapista da história, esse movimento que interfere e é interferido deve ser ressaltado nas suas determinações, viabilizando teoricamente a desmistificação do subdesenvolvimento latino-americano enquanto incapacidade própria, pois como poderia uma nação se desenvolver diante das marcas de apropriação, usurpação e violência que lhe foram impostas para o favorecimento do progresso alheio.

Essa divisão desigual, historicamente estabelecida entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a partir do capitalismo industrial, acentuou-se e intensificou-se incorporando uma nova roupagem de exploração à América Latina. Passou a formar seus Estados nacionais aliados e dependentes do capitalismo mundial. Assim, a próxima seção tratará das peculiaridades e condicionalidades da América Latina inscrita no sistema totalizador do capital.

3 O CAPITALISMO NA PERIFERIA LATINO-AMERICANA E O ESTADO MODERNO

A partir das relações averiguadas, o capital industrial europeu se consolidou no século XVIII com o auxílio do sucateamento latino-americano. Era impossível pensar no rompimento desta relação que rendeu tantos frutos aos países centrais, haja vista que a indústria nascente carecia cada vez mais da matéria-prima para a produção das mercadorias. Como exemplo, a indústria têxtil que necessitou incessantemente do algodão produzido no Brasil e na Bolívia²⁶, bem como de um mercado que absorvesse e comercializasse as mercadorias produzidas pela indústria europeia.

Não só no plano econômico alteraria a estrutura societária, mas também as transformações incitadas pelo capital atingiriam toda a esfera social. O capital enquanto relação orgânica que expressa “o poder onipotente da sociedade burguesa” (MÉSZÁROS, 2002, p.711) emerge na história da humanidade muito antes da fase propriamente capitalista, aquele “progressivamente adquire “poder soberano” para dominar todas as facetas do processo de reprodução societário” (Ibid., p.711), ou seja, deve dominar em sua totalidade a realidade social. Por isto, o advento do capitalismo industrial modifica o conjunto das relações societárias para torná-lo propício a uma nova forma de sociabilidade que pressupõe o Estado livre ²⁷ como mediação ao mercado internacional.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo contextualizar a relação dos países centrais com a América Latina, reconfigurada em razão das determinações do capitalismo industrial, pois quer seja na esfera da produção ou no âmbito político, o vínculo já condicionado – servidão – precisava corresponder às novas exigências do capital. Foi a partir do desenvolvimento das relações genuinamente capitalistas no continente que o Estado colonial, tendo como caráter inicial a tarefa de assegurar o excedente para o capitalismo central como necessidade das transformações em curso, também passou por um processo de decomposição do estatuto colonial, o qual ocorreu gradativamente em detrimento da ingressão ao modo de produção capitalista, na América Latina, em meados do século XIX.

Nessas linhas introdutórias, sumariam-se os elementos característicos do continente latino-americano abordados, tendo em vista a sequência dialética dos séculos XIX ao XX à luz das determinações internacionais, e considerando a condição de subalternidade em que foi

²⁶ Outros exemplos: o petróleo, na Argentina; o açúcar, em Cuba; têxtil também no México. Consultar Galeano (2012).

²⁷ Os fins previstos pelo Estado liberal são: autodeterminação nacional, livre atividade individual, atitude negativa da ação social, tradição/costumes eram ataques aos direitos individuais (LASKI, 1973).

inserido o continente. O caminho percorrido nesta seção busca explicitar a conjuntura histórica da lógica de expansão e acumulação inerente ao capital, refletindo a partir da teoria crítica sobre as condições objetivas em que o continente latino-americano integra-se ao sistema mundial do capital, somando elementos de um desenvolvimento desigual e combinado.

Esboçam-se também as raízes em que o Estado moderno latino-americano nasce sob o estigma da ideologia burguesa latino-americana imbricada com a burguesia internacional. Com base nessas circunstâncias a serem elucidadas, o Estado enquanto complexo social para o funcionamento do sistema capitalista, segue sendo mapeado em suas singularidades e relações imprescindíveis na eliminação de barreiras e complementaridade à base material do desenvolvimento do capitalismo latino-americano.

3.1 A agricultura latino-americana: produtos basilares ao desenvolvimento do capitalismo europeu

Na América Latina as atividades agrícolas foram reservadas ao centro europeu através de uma crescente e exacerbada extração de riquezas naturais que viabilizou o processo de concreção do modo de produção capitalista através do salto no desenvolvimento das forças produtivas. O desenvolvimento do centro industrial europeu compromete o desenvolvimento latino-americano. O centro da produção industrial teve na Inglaterra o seu ápice, todavia,

A Inglaterra tornou-se a pátria da Revolução Industrial porque se apropriou de maneira objetiva dos avanços produzidos pela humanidade no campo científico e tecnológico e da acumulação primitiva do capital. O capital inglês soube aplicar ao mundo da produção as descobertas científicas e tecnológicas que outros povos e nações haviam realizados [...] (BISPO, 2015, p. 147).

Em outras palavras, o nível de apropriação da riqueza de outras nações, como no caso a América Latina, foi tanto que possibilitou à Inglaterra a se preocupar somente com o desenvolvimento técnico e científico, o que, por sua vez, viabilizou o aperfeiçoamento das máquinas a ponto de revolucionar todo este período do século XVIII. Neste cenário, as colônias latino-americanas continuaram cumprindo a função de transferir suas matérias-primas para o desenvolvimento industrial inglês. Portanto,

A criação da grande indústria moderna teria sido fortemente obstaculizada se não houvesse contato com os países dependentes e tido que se realizar sobre uma base estreitamente nacional. De fato, o desenvolvimento

industrial supõe uma grande disponibilidade de bens agrícolas que permita a especialização, por parte da sociedade, na atividade especificamente industrial (MARINI, 2000, p. 111).

As atividades agrícolas desempenhadas são destinadas à indústria europeia. Galeano (2012) assinala vários exemplos: o primeiro deles foi o algodão. A exportação de algodão era crescente para confeccionar os tecidos que retornavam às colônias em forma de produtos acabados com um valor superior, desse modo o excedente econômico adquirido através da indústria têxtil foi substancialmente alto, pois a produção do algodão na colônia não requeria grandes investimentos nas forças produtivas. Assim, a América Latina se tornou o maior produtor de algodão, exportando o produto por um valor mínimo. Descreve Galeano (2012, p. 66):

O Brasil ocupa o quarto lugar no mundo como produtor de algodão; o México, o quinto. Em conjunto, da América Latina provem mais da quinta parte do algodão que a indústria têxtil consome no planeta inteiro. No fim do século XVIII, o algodão havia-se convertido na matéria-prima mais importante dos viveiros industriais da Europa; a Inglaterra multiplicou por cinco, em trinta anos, suas compras desta fibra natural.

A passagem descrita representa um dos panoramas típicos do século XVIII em que os países centrais se apropriavam das matérias-primas oriundas das colônias latino-americanas como condição ao desenvolvimento de sua indústria. Outro exemplo foi o progresso da indústria do cacau, que deu impulso às plantações de cacau no Brasil, Venezuela e Equador, enriquecendo na mesma proporção os oligarcas, agiotas e comerciantes do cacau.

Essas relações de transferência das matérias-primas intensificavam o mercado mundial, garantindo por um lado que a América Latina permanecesse na condição de exportadora de bens primários. Por outro lado, criando um mercado consumidor, ou seja, embora a população latino-americana dispusesse de tudo o que era necessário para garantir a reprodução humana, só conseguia fazer uso restrito desses bens quando transformados pela indústria europeia retornavam sob forma de mercadoria. Avalia Donghi (1975, p.181)

Esse novo pacto transforma a América Latina em produtora de matérias-primas para os centros da nova economia industrial e de gêneros alimentícios para os países metropolitanos; além disso, atribui ao continente a função de consumidor dos produtos industriais daquelas zonas, o que traz consigo uma transformação, vinculada à estrutura produtiva metropolitana.

Essas transações de exportação e importação entre os países se tornaram ainda mais comum com o capitalismo industrial, porque a liberdade econômica que surge como pressuposto do Estado liberal condenava as limitações que circundavam o mercado mundial. Laski (1973, p.130) informa que:

[...] Adam Smith é o crítico decidido da grande maioria das regulamentações industriais em voga no seu tempo. Ele é contra as tarifas protecionistas, contra os acordos de comércio, contra as combinações quer de capital quer de trabalho, contra as subvenções, a legislação trabalhista e monopólios. Vê a indústria como uma massa de ações inter-relacionadas, levadas a cabo por indivíduos que prosperarão sem dificuldades maiores desde que as promessas sejam respeitadas e a violência proibida; e que quanto maior for a concorrência entre eles, maior será a vantagem do público. Onde o sistema de liberdade vigora cada homem tem o máximo incentivo para trabalhar, visto que tem então a certeza de colher a máxima recompensa do seu esforço.

Conforme o capitalismo industrial se consolida no século XVIII, aponta-se como necessidade concreta e necessária ao capitalismo industrial a reorganização do papel estatal. A Revolução Industrial (1776-1830), enquanto movimento econômico e a Revolução Francesa (1789), na esfera política fixaram as condições à passagem para o modo de produção capitalista, e assim, como as demais sociedades de classes, esta se constitui a partir da divisão antagônica entre burguesia e proletariado.

Para a burguesia, o Estado mercantil²⁸ impedia que se materializassem os interesses de acordo com suas respectivas vontades, porque galgar e acumular riqueza passava diretamente pela limitação estatal. Sendo assim, essa forma de Estado, ainda que direcionado ao progresso, não respondia às condições materiais da consolidação do capitalismo, haja vista que o capital antecede o modo capitalista. Nesse sentido, “[...] o mercantilismo desmoronou porque os princípios de liberdade ofereciam mais amplas perspectivas de exploração a homens cujos interesses estavam estreitamente vinculados às implicações de uma produção sem entrave” (LASKI, 1973, p. 47).

A burguesia precisou banir o Estado mercantil dos vários equívocos que estavam sendo cometidos e que freava a circulação das mercadorias e o avanço do comércio mundial. Assim,

Um número cada vez maior de pessoas não concordava com a teoria nem com a prática mercantilista. Não concordava porque sofria com elas. Os comerciantes queriam uma parte dos enormes lucros das companhias, monopolizadoras privilegiadas. Quando tentaram participar delas, foram excluídos como intrusos. Os homens que tinham dinheiro desejavam usá-lo como, quando e onde lhes aprouvesse. Queriam aproveitar todas as oportunidades proporcionadas pela expansão da indústria e do comércio. Sabiam o poder que lhes dava o capital e desejavam exercê-lo livremente. Estavam cansados do “podem fazer isso, não podem fazer aquilo”. Estavam

²⁸ Estado até a entrada do século XVIII organizava-se de forma protecionista, isto é, elaborava medidas que protegia as riquezas das nações centrais, impedindo o surgimento de qualquer obstáculo a sua economia. Intenta-se que “o mercantilismo não é um sistema no atual sentido da palavra, mas antes um número de teorias econômicas aplicadas ao Estado em um momento ou outro, num esforço de conseguir riqueza e poder” (HUBERMAN, 1986, p.118).

enjoados das “Leis contra... Impostos sobre...”. Queriam o comércio livre (HUBERMAN, 1986, p. 132).

O resultado dessas inquietações foi à organização de um movimento liderado pelos fisiocratas²⁹ denominado *laissez-faire*, ou seja, deixem-nos em paz, para que a burguesia pudesse explorar de acordo com seus desejos. Assim, se esgotava o Estado na sua forma mercantil, impulsionando de fato a forma liberal, pois agora existiam as condições objetivas ao seu florescimento, apoiado na figura de Adam Smith, seu maior expoente, considerado o “pai” do liberalismo econômico. Para Laski (1973, p.128), Smith interpretava que:

Essa é a verdadeira tarefa de um homem afortunado se, ao cuidar de suas próprias necessidades, for conduzido por mão invisível que leve a promover um fim que não fazia parte de suas intuições. [...] ações espontâneas dos indivíduos realizadas em benefício particular, resulta, graças, a uma misteriosa alquimia, em um bem social.

O liberalismo smithiano condenou o mercantilismo porque sua limitação econômica impedia que os indivíduos desenvolvessem as taxas de lucros; suas transações eram diminuídas; a posse da terra entendida como bem natural ficava restrita. Assim, em decorrência dessas condições, o Estado deveria ser livre, pois somente desse jeito os direitos individuais seriam garantidos: a autodeterminação nacional; negação de qualquer responsabilização da pobreza social, uma vez que a miséria e a pobreza crescem concomitantemente à riqueza. Esses traços liberais convertem-se na América Latina em um facilitador dos países centrais subtrair suas riquezas, diferente de um respaldo protecionista que permaneceu sobre a Europa. Dessa forma,

A liberdade tornou-se, por conseguinte a obrigação do governo de abster-se de interferências com os direitos de propriedade de que os seus detentores pudessem ressentir-se. As leis poderão ‘regulamentar o direito de propriedade’ a posse da terra poderá ser ‘determinada por constituições positivas’, mas essas leis, por seu turno, serão moldadas pelos homens de propriedade (LASKI, 1973, p. 116).

Este era o caráter do Estado, para Smith, consolidado no século XVIII, o qual foi conveniente com as necessidades de ascensão do capitalismo industrial, porque resguardava a total liberdade econômica e as iniciativas privadas, sem a intervenção estatal. Para essa organização estatal a concorrência entre os grandes comerciantes e as casas bancárias – representantes do capital comercial e usurário – regularia o mercado, provocando a queda dos

²⁹ Os fisiocratas representam um grupo de teóricos cujo sistema econômico era visto como um organismo regido por leis inerentes ao cosmo. Nesta escola econômica desenvolveu-se a ideia da terra como fonte de toda a riqueza, os maiores destes teóricos foram Smith e Ricardo: “Ao contrário dos economistas que continuavam a identificar o sobreproduto com uma das suas aparências fenomenais— a renda da terra, no caso dos fisiocratas, ou o lucro, no caso de Smith e Ricardo” (MARX, 1996, p. 38).

preços e impulsionaria as inovações tecnológicas necessárias para fundir o capitalismo industrial, na medida em que ocorreria uma melhoria na qualidade dos produtos e aumento do ritmo de trabalho.

Desse modo, o papel protecionista do Estado foi progressivamente sendo substituído pelo Estado livre, aquele que pressupõe a livre comercialização, onde os interesses individuais devem se sobrepor ao da comunidade. O indivíduo, nesta perspectiva, deve ser plenamente livre – para o comércio – para acumular suas riquezas conforme sua capacidade. Entendendo que este era o caminho para ampliar a nação, Laski (1973, p. 131) diz que:

O liberalismo dispõe agora de uma missão econômica plenamente analisada. Deixem o homem de negócios libertar-se e ele libertará a humanidade. Mas, para libertar-se, ele deve estar na posse do Estado; isso já ele fez em grande medida. E descobre agora que, para empregá-lo a serviço de suas mais ambiciosas finalidades, não lhe resta outra tarefa senão obrigar o Estado a aceitar a concepção mais limitada possível de suas funções. O trabalhador poderá queixar-se; ou, mais tarde, esse espoliado monopolista que é o agricultor. Nenhum deles viu o significado dessa grandiosa lei do progresso que nos diz que ‘o melhor governo é aquele que menos governa’.

Dois fatores da citação devem ser ressaltados: o primeiro, que as premissas liberais smithianas eram convenientes com a consolidação do modo de produção capitalista, fruto das condições objetivas forjadas na fase antecedente em que se tem como pressuposto o homem como indivíduo que, livre no mercado, poderia gozar de todas as oportunidades conforme seu esforço e capacidade para adquirir riquezas e desenvolver sua nação. Nesse sentido, o Estado deveria garantir através dos seus aparatos coercitivos – complexo militar e polícia – e os administrativos – constituições –, a segurança e a paz entre os indivíduos sem interferir na condução da sua atividade econômica – na exploração do homem pelo homem.

O Estado, em sua fase liberal, desempenhou tarefas cruciais na configuração mundial. Passou a aumentar a capacidade de consumo das colônias através do empréstimo de dinheiro. O aumento do consumo era e é um pilar na sociedade capitalista, uma vez que precisava escoar as mercadorias que estavam sendo produzidas em abundância. Dessa forma, intensifica-se o mercado mundial, onde as colônias que ingressaram no capitalismo tardiamente não detinham todos os bens necessários à reprodução.

Nas colônias a atividade econômica que estava imbricada nas atividades agrícolas, fornecia as matérias-primas e, posteriormente, os bens primários que tornaram possível, séculos depois, a idealização de um Estado de Bem-Estar³⁰. Os latifundiários constituíam a

³⁰Aqui não é o contexto para problematizar o Estado de Bem-Estar. Esta discussão está contida no final deste terceiro capítulo.

classe dominante e eram eles que auferiam os empréstimos para possuir o poder de compra dos produtos estrangeiros europeus, porém, em contrapartida, adquiriram um endividamento que comprometeu a história desse continente até os dias atuais. Em suma, o Estado liberal consubstanciou as estratégias do mercado mundial com vista a garantir a relação de subordinação dessas colônias e o fortalecimento do sistema econômico em vigor nos países centrais.

Observa-se que o princípio da dívida pública externa foi estabelecido no século XVIII, em que as indústrias capitalistas precisavam escoar os seus produtos para realização do lucro. Por outro lado, as colônias latino-americanas não detinham capacidade financeira de consumo. Foi então que a relação de empréstimos entre os países centrais e periféricos se acentuou, “agora o mundo inteiro consumia os tecidos produzidos pelos ingleses, especialmente - os mercados colonial e semicolonial, por muito tempo os maiores pontos de vazão para os produtos britânicos triunfaram” (HOBBSAWM, 2009, p.69).

Essas iniciativas de empréstimos, presente desde o capital comercial, em nada atrapalhava o desenvolvimento do capitalismo, pelo contrário, o modo de produção capitalista é totalizador, penetra em todas as partes, portanto, promover a capacidade de consumo na América Latina foi uma estratégia de consolidação do sistema econômico. Entretanto, as taxas de empréstimos demonstraram-se incipientes, pois o único público consumidor eram apenas os senhores latifundiários, uma vez que estava em vigência o regime de servidão e, nesta condição, o escravo nada recebia para poder comprar a mercadoria.

O trabalho escravo, que tempo atrás foi à única forma de operacionalizar as demandas do capital, terminou sendo supostamente abolido³¹. O “fim” desse regime ocorreu na América Latina por interesses estritamente econômicos, porque o trabalho escravo se tornou um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas bem como os impossibilitava de participar do consumo das mercadorias.

Para o capitalista que precisava fortalecer seu mercado mundial e, posteriormente, engrenar na própria América Latina, essa condição de servidão não era favorável, pois o custo de manutenção do escravo tornou-se maior que dos trabalhadores livres³² presentes nos países centrais. Em virtude dessa necessidade, “o regime de trabalho escravo, salvo condições excepcionais do mercado de trabalho, é incompatível com a *superexploração* do trabalho”

³¹ Vale acrescentar que a abolição do regime escravocrata não ocorreu por questões éticas e humanas, pois “os negros emancipados não serão reconhecidos como iguais à população branca e nem mesmo à mestiça; mas a posição deles será profundamente diferente numa sociedade que, não é igualitária” (DONGHI, 1975, p. 117).

³² Trabalhadores livres são considerados aqueles que estão fora dos estamentos feudais, e por isso tornavam-se livres para vender a sua força de trabalho (HUBERMAN, 1986).

(MARINI, 2000, p. 127, grifo do autor), sendo, portanto, decretado o fim do escravismo.

O fim dessa prática foi muito mais formal e oficial do que real, uma vez que “o significado da escravidão se modificou: os novos Estados não se demonstram dispostos a aboli-la (escolhem, ao contrário, situações de compromisso, proibição do comércio e a liberdade para os filhos dos escravos” (DONGHI, 1975, p. 116). Isto é, o Estado latino-americano preza para que a venda de escravos permaneça sob novos moldes, mas tão violenta quanto antes. A título de exemplo, verifica-se no Brasil que mesmo com a escravatura abolida estabelece-se relações análogas ao escravismo em decorrência da venda de camponeses como escravos, principalmente para o Sudeste e Sul em decorrência das condições precárias.

Com esse falseamento necessário da abolição da escravatura, no Brasil, em 1888, os escravos nordestinos fugindo da seca que os marcavam, passaram para a Amazônia em busca de trabalho no ciclo da borracha. Porém, não demorou muito para que esse contingente de trabalhadores se deslocasse para o Centro e o Sul do Brasil. Na verdade, essa população que agora se denomina camponeses, representa a força de trabalho empregada para o ciclo da borracha e, posteriormente, para as plantações de café. Através desses latifúndios, os camponeses são absorvidos pelo governo como mão-de-obra barata. É nesse contexto, em função da seca que,

O sistema misto de servidão e de trabalho assalariado que se estabelece no Brasil, ao desenvolver-se a economia de exportação para o mercado mundial, é uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo. [...] Em outras situações, que se dão, sobretudo no processo de subordinação do interior às zonas de exportação, as relações de exploração podem apresentar-se mais nitidamente com relações servis, sem que isso impeça que, mediante a extorsão do produto excedente ao trabalhador pela ação do capital comercial ou usurário, o trabalhador se veja implicado em uma exploração direta pelo capital, que tende inclusive a assumir um caráter de superexploração (MARINI, 2000, p. 130).

O trabalho assalariado³³, assim como a produção da mais-valia³⁴, entre outros elementos, são fundamentais para a existência do modo de produção capitalista, mesmo que seu processo ocorra substancialmente distinto nos países periféricos. Dessa forma, a América

³³ Para se reproduzir, o homem é obrigado a vender a única mercadoria que possui, a sua força de trabalho. Nas palavras de Marx (1996, t.2, p. 251) “Destituídos dos meios de produção os homens aparentemente livres são forçados a vender sua força de trabalho em troca de um valor destino a comprar os bens necessários a sua reprodução, sendo então determinada a condição de assalariamento. No capitalismo, o salário, como se viu, condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado quantum de trabalho não-pago por parte do trabalhador”.

³⁴ A mais-valia refere-se ao trabalho não pago ao trabalhador. Trata-se do processo de incrementar a extração do excedente que pode ocorrer de forma absoluta, ou seja, altas jornadas de trabalho como maneira de produzir muitas mercadorias; ou relativa consistindo na redução da jornada de trabalho e a intensificação no ritmo de produção (MARX, 1996).

Latina explorada pelas relações capitalistas centrais somente possuiu condições objetivas para engrenagem do capitalismo a partir da abolição do trabalho escravo, quando se tornou possível desenvolver as forças produtivas, ainda que dependentes dos centros, cria um grupo de consumidores e tem disponível uma força de trabalho alienada pelo assalariamento.

Foi com o fim do escravismo que passou-se a mesclar em todo continente, formas de trabalho servis, sendo os camponeses os principais alvos como trabalhadores assalariados. Nestas circunstâncias, estava posto em xeque a dissolução do regime colonial, o qual desde sua descoberta foi formando sua organização populacional: o governo; a ordem econômica, cultural e social em detrimento das demandas do desenvolvimento do capital mercantil.

Através da dissolução do regime colonial o Estado latino-americano foi se constituindo, mas por outro lado, já contraindo dívidas na medida em que precisou investir nos aparatos repressivos para conter os trabalhadores latino-americanos e as milícias rurais que resistiam à mudança de ordem. Assim, “[...] os Estados recém-formados terminam por gastar mais do que arrecadam” (DONGHI, 1975, p. 115).

O Estado, na América Latina, surge aprisionado e administrado por governos independentes da burguesia local porque sua burguesia latifundiária não possui autonomia, nem identidade de classe. Assinala Galeano (2012, p.82):

[...] a América Latina logo teve suas constituições burguesa, muito enraizadas de liberalismo, mas não teve, em compensação, uma burguesia criadora, no estilo europeu ou norte-americano, que se preocupasse à missão histórica do desenvolvimento de um capitalismo nacional pujante. As burguesias dessas terras nasceram como simples instrumento do capitalismo internacional, prósperas peças da engrenagem mundial que sangrava as colônias e semicolônias.

Dessa maneira, toda a organização política foi forjada pelas oligarquias, onde o seu berço era formado para servir aos grandes centros. Isto é, a burguesia nascente funda-se com o liberalismo correspondente aos interesses dos países centrais, “[...] a burguesia nacional foi sempre sócia fiel da burguesia internacional, e como em todas as partes do planeta ela somente poderia se manifestar como acumuladora de mais-trabalho” (BISPO, 2015, p. 243). Acrescenta-se a isso, o fato que,

Na América Latina, ao contrário do que ocorreu nas nações desenvolvidas, o Estado foi concebido pelo poder oligárquico e imposto ao resto da sociedade. Em um primeiro momento, sob a égide do poder da elite primário-exportadora, o Estado utiliza as políticas sociais com intuito de afirmar a identidade nacional e propiciar condições mínimas de trabalho para os contingentes de imigrantes que chegavam para viabilizar as empresas exportadoras de bens primários (PINHEIRO, 1995, p. 65).

Isto é, o Estado latino-americano, desde o período colonial, tinha sido formado com intuito de direcionar o excedente produzido através do trabalho escravo para os países centrais. Nestas condições, os trabalhadores não detinham nenhum tipo de proteção social, ficavam, por outro lado, a mercê da repressão e opressão. Quando as medidas sociais, enquanto ramificação do aparelho social, aparecem com o estigma de acesso ao trabalhador formalmente reconhecido, revela seu caráter de complementaridade à sustentação da base material que se instaurava respeitando as particularidades latino-americanas.

A função primeira do Estado era assegurar o repasse do excedente para o capitalismo central, no entanto, a partir da decomposição do estatuto colonial, a qual ocorria em detrimento da ingressão ao capitalismo, seu caráter assume organizações mais sofisticadas em meados do século XIX. O Estado formado na América Latina servia para preparar o terreno para o capital internacional por meio das atividades de exportação e importação, assegurando condições mínimas ao contingente imigrante de trabalhadores a fim de sua manutenção produtiva.

Desenvolvido e consolidado o capitalismo em escala mundial, a realidade latino-americana precisava também se desenvolver, como modo direto de continuar operando o capital em suas diferentes fases. Foi então que se colocaram em evidência a engrenagem da América Latina ao capitalismo mundial na segunda metade do século XIX. Uma parte dos homens “livres” da servidão escrava foi integrada como trabalhadores assalariados³⁵, sendo jogados aos montes como imigrantes nos países centrais, representando força de trabalho barata. Por outro lado, os que permaneceram na condição de camponeses, haja vista que a base produtiva eram as atividades agrícolas, passaram a ocupar as terras, mas não as terras dos latifúndios e sim aquelas que ainda não haviam sido devastadas.

Essa ocupação de boa parte dos camponeses foi deliberada por uma ação governamental, denominada Reforma Agrária³⁶. Nota-se que o propósito do governo era ampliar o latifúndio do continente com vista a promover o desenvolvimento da economia latino-americana. Conquanto, essa medida governamental não visava o oferecimento de condições de reprodução dos camponeses e sim a ampliação das relações internacionais, que além de desiguais tornam-se combinadas. Observa Galeano (2012, p. 62)

³⁵ Verifica-se que “a crise do sistema colonial revela a necessidade de instauração duma nova forma de reconfiguração do trabalho segundo os preceitos essencialmente capitalista. Além do Estado, o capital carecia do trabalho assalariado para poder se autoreproduzir em larga escala. Evidentemente que sem expropriação de mais-trabalho inexiste o capital”. (BISPO, 2015, p. 158).

³⁶ O objetivo desse estudo não é tratar da Reforma Agrária, mas ao passo que se torna uma medida estratégica da política estatal na América Latina, essa deve ser pontuada sumariamente no que toca ao conteúdo (GALEANO, 2012).

Sem capital, sem meios de trabalho, que significam dez hectares a dois ou três mil quilômetros de distância dos centros de consumo? Muito diferentes são, deduz-se, os propósitos reais do governo: proporcionar mão-de-obra aos latifundiários norte-americanos, que compraram ou usurparam a metade das terras ao norte do rio Negro, e também à United States Steel Co., que recebeu do governo as enormes jazidas de ferro e manganês da Amazônia.

O autor destaca que ao mesmo tempo em que se liberava a ocupação das terras para o desenvolvimento das atividades agrícolas, o governo não disponibilizava nenhum meio de produção, deixando desse modo, os camponeses a mercê dos capitalistas europeus. Novamente, aqui se reafirma o caráter de subalternidade em que foi ocupada a América Latina em relação aos países centrais, pois essas terras e a força de trabalho sem recurso passavam a ser coordenadas pelas empresas capitalistas europeias e norte-americana.

A empresa norte-americana *United States* passa, no século XIX, a ingressar fisicamente no solo latino-americano, obtendo diretamente a exploração da força de trabalho, das riquezas naturais e ao mesmo tempo reduzindo os gastos com transportes de mercadorias. Ressalta-se que neste período, século XIX, o capitalismo central encontra-se na fase concorrencial em que o mercado mundial é priorizado, estimulando a concorrência entre as empresas como maneira de dinamizar a economia. Na medida em que impulsionava as empresas a qualificar e produzir cada vez mais, garantia sua parcela de altos lucros.

No que tange a América Latina, seu destino estava sendo comprometido pelas condições e interesses do capital central, pois como assinalado, o capital ergue-se sobre a estrutura totalizadora de que tudo deve dominar e incorporar ao seu funcionamento. Para Mézáros (2002), o capital controla imperativamente todas as dimensões: comércio, saúde, educação, arte, indústria, exercendo o controle sociometabólico, isto é, a América Latina como um todo precisava se adaptar ao novo cenário como ação combinada sem, no entanto, anular sua serventia aos grandes centros mundiais (Europa e Estados Unidos). Assim,

Uma vez convertida em centro produtor de capital, a América Latina deverá criar, então, seu próprio modo de circulação, que não pode ser o mesmo que foi engendrado pelo capitalismo industrial e deu lugar à dependência. Para constituir um complexo, é preciso apelar para elementos simples combináveis entre si, mas não iguais. Compreender a especificidade do ciclo do capital na economia da dependência latino-americana significa, portanto iluminar o próprio fundamento da dependência em relação à economia capitalista mundial (MARINI, 2000, p. 131).

Nestas circunstâncias, a América Latina, em meados do século XIX, ingressava tardiamente no modo de produção capitalista em um mundo totalmente inundado pelo seu caráter destrutivo, pois para o capitalismo central, combinar a exploração e as desigualdades era o meio para galgar sua consolidação. Como aliado, a formação dos Estados latino-

americanos sob essas condições foi forjada pela classe dominante do continente, que por sua vez eram as oligarquias submetidas aos princípios liberais com o objetivo de transferir excedente aos países centrais.

A classe dominante do continente latino-americano não possuía autonomia e autenticidade, portanto, somente poderia constituir um Estado apêndice que refletia as demandas do capitalismo mundial. Assim, o Estado, na América Latina, emerge sob o estigma de aliado à oligarquia, utilizado como forma de consolidar o poder central às economias nacionais. Afinal, é característico do Estado moderno para poder existir, “exercer o controle abrangente sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado” (MÉSZÁROS, 2002, p. 107).

A apropriação e manipulação das atividades agrícolas tornaram-se basilares para o desenvolvimento industrial do capitalismo. No entanto, a exploração da América Latina não serviu somente ao surgimento do modo capitalista de produção, também se torna imprescindível a sua manutenção. Nesse sentido, a incorporação do continente ao modo capitalista de produção não possuía as condições materiais para atingir o mesmo nível de desenvolvimento, eis então as peculiaridades da formação capitalista latino-americana, examinadas a seguir.

3.2 Capitalismo e Estado latino-americano: Configurações tardias³⁷

O controle sociometabólico do capital já dominava em escala mundial e, a emersão do capitalismo na América Latina foi arquitetada pelo próprio capitalismo, na medida em que atualizava as relações econômicas de todo o restante do mundo, como condição decisiva para atender às distintas alterações que o capitalismo imprimiria na humanidade. A partir do século XIX, o capitalismo, nos países centrais, ingressava na fase concorrencial, onde a competição entre indústrias do mesmo mercado crescia aceleradamente, e nessa incessante busca de manter a lucratividade dos negócios, as indústrias investiam na produção de todas as formas,

³⁷ O termo tardio é aqui utilizado no estrito sentido cronológico, em que pese às problemáticas atualmente suscitadas por debates em que alegam que quando utilizado este termo, o autor despreza as determinações da relação desigual e combinada imanente à lógica expansionista do capital. Desse modo, a pretensão deste termo aqui é ilustrar que no quadro temporal comparativo com a Europa, onde o capitalismo já estava consolidado, a América Latina se inseria vagarosamente ao modo de produção capitalista, sem anular as determinações que a torna uma economia dependente e sua funcionalidade dentro da totalidade social do capital.

seja se apropriando das matérias-primas da América Latina ou instalando suas indústrias no continente.

Nota-se que a avidez e a ganância dos industriais europeus se realizaram mediante a dominação do continente, visto que assim, podia-se garantir: extração das matérias-primas; força de trabalho e mercado consumidor. É sob este solo que nasce, ou melhor, são implementadas as indústrias na América Latina, na segunda metade do século XIX. Verifica-se

No que se refere às relações internacionais da América Latina, se, como observamos, esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente em sua produção de metais preciosos nos séculos XVI e XVII, mas, sobretudo no XVIII, graças à coincidências entre a descoberta do ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês), só no curso do século XIX e especificamente depois de 1840 sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente (MARINI, 2000, p. 110).

Neste contexto deve-se considerar o caráter tardio em comparação aos países centrais, pois, é possível observar que o atraso para ingressar no modo de produção capitalista provoca um desnível de desenvolvimento que marcará por gerações um pensamento etapista em que a América Latina poderia evoluir e atingir o mesmo nível de crescimento tendo em vista ser esse um processo natural de todos os países existentes. No entanto, essas são interpretações equivocadas, uma vez que todo o processo de engrenagem do capitalismo, tal como foi com a colonização, é combinado para manter os interesses do capitalismo central e de maneira necessariamente desigual.

Nesta relação verificam-se as indústrias da borracha que se erguem devido à alta demanda dessa substância elástica e resistente para ser utilizada nas indústrias de automóvel na Europa. A era do fordismo³⁸ que tinha como pressuposto a produção e consumo em massa, tinha no automóvel o símbolo máximo de riqueza, e necessitava da borracha para fabricá-lo. Assim, surge nos países latino-americanos, com destaque para o Brasil, o ciclo da borracha, que elevou as taxas de lucro da economia local. Porém, essa riqueza local era usufruída pela elite internacional porque, embora os seringueiros fossem responsáveis pela produção da borracha, não a desfrutavam porque não tinham o domínio da produção.

Através da criação das indústrias, o trabalhador assalariado, ora servil, ora livre, que era destinado à indústria moderna europeia para tornar-se operário, agora passa a ocupar esta posição de assalariado no próprio continente. Foi se apoiando na exploração dos trabalhadores do Nordeste e do Norte do Brasil que a indústria da borracha construiu um centro de riqueza,

³⁸ Modelo norte-americano de gestão indústria surgido aproximadamente em 1910 para organizar a produção em massa (ANTUNES, 2006).

que teria o mesmo destino de Ouro Preto, em Minas Gerais, no Brasil e Potosí na Bolívia.

As nações que mais se encontram desenvolvidas são aquelas que estão sendo em maior grau usurpadas. Tanto é que, a partir do momento em que determinado interesse cessa, simultaneamente cessa o crescimento de determinada região. Em razão disso,

A prosperidade amazônica virou fumaça. A selva voltou a fechar-se sobre si mesma. Os caçadores de fortunas emigraram para outras bandas; o luxuoso acampamento desintegrou-se. Ficaram, sim, sobrevivendo como podiam, os trabalhadores, que tinha sido trazidos de muito longe para serem postos a serviço da aventura alheia. Alheia, inclusive, para o próprio Brasil, que não tinha feito outra coisa senão responder aos cantos de sereia da demanda mundial de matéria-prima, mas sem participar na menor parcela do verdadeiro negócio da borracha: o financiamento, a comercialização, a industrialização e a distribuição (GALEANO, 2012, p. 64).

Através dessa realidade, detecta-se que a industrialização já estava deixando suas consequências, e paulatinamente confirmando que o modo de produção capitalista não mudou a estrutura de subordinação necessária aos países centrais, a quem a América Latina estava condicionada. Pelo contrário, o continente que já tinha viabilizado todas as condições para o desenvolvimento da indústria europeia, quando precisou desenvolver suas indústrias nacionais, não detinha nenhum suporte, pois o desgaste era preponderante sobre o continente. Desse modo,

A formidável concentração internacional da riqueza em benefício da Europa impediu, nas regiões saqueadas, o salto para a acumulação de capital industrial. A dupla tragédia dos países em desenvolvimento consiste em que não só foram vítimas deste processo de concentração internacional, mas também, posteriormente, tiveram que compensar o atraso industrial (GALEANO, 2012, p. 23).

Isto é, depois de todo o saqueio de suas riquezas, que subsidiou o crescimento dos grandes centros, a América Latina foi obrigada tardiamente, a também progredir sem ajuda externa. Na verdade, a estratégia adotada pela América Latina para se tornar apta ao desenvolvimento capitalista, foi exatamente saqueando ainda mais seu continente, mas não suas riquezas naturais e sim explorando, sucumbindo a força de trabalho, ou seja, superexplorando-a. A chave para capturar a formação do capitalismo na América Latina é a *superexploração*³⁹ da força de trabalho.

³⁹A categoria *superexploração* aparecerá ao longo de todo texto como fundamento primordial na Teoria da Dependência sistematizada por Ruy Mauro Marini e aqui utilizada para fundamentar a síntese de múltiplas determinações da formação econômica e política da América Latina. [...] “O caráter central da superexploração da força de trabalho como característica específica dessas economias, argumenta-se que esse caráter só é inteligível quando entendido como a resposta do capitalismo dependente às diferentes formas de transferência de valor para as economias centrais” (CARCANHOLO, 2013, p.191).

Para Marini (2000, p. 132), a América Latina, “chamada a coadjuvar a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, teve que fazê-lo mediante a acumulação fundada na *superexploração* do trabalhador”. Nesta contradição, radica-se a essência da dependência latino-americana. Em detrimento do seu processo de formação, localiza-se dentre as economias periféricas responsáveis por sustentar os ganhos capitalistas em escala mundial, a força de trabalho superexplorada resulta igualmente na crescente desigualdade social do continente⁴⁰.

A exploração e degradação da força de trabalho não são particulares ao continente, são inerentes à ordem econômica. No entanto, o grau que atinge este continente é substancialmente maior e mais intenso e foi o subsídio encontrado para incorporar a América Latina na esteira do desenvolvimento econômico do capitalismo mundial. Entre tantas outras medidas foi sucumbindo o trabalhador à natureza do capitalismo na periferia. Para Donghi (1975, p. 178) “[...] a América Latina ostenta signos exteriores de um progresso que mal começa a atingi-la”.

No exemplo da indústria da borracha, é possível verificar essa relação através de dois fatores cruciais: o parco desenvolvimento da industrialização nacional, pois a indústria serviu e pertencia aos centros capitalistas europeus; segundo, que o trabalhador na condição de assalariado é quem sustenta a produção, não só por ser o que realiza o trabalho, mas também por não haver condições de reprodução. Para Marini (2000, p. 122)

O que aparece claramente, então é, que as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio de preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria num esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas compensar a perda da renda gerada pelo comércio internacional, através do recurso a uma maior exploração do trabalhador.

A *superexploração* dos trabalhadores e a pobreza no cenário latino-americano foram agravadas porque combinou a remuneração abaixo do valor necessário para se reproduzirem, porque nesse contexto inicial estavam os trabalhadores desprovidos de quaisquer políticas sociais⁴¹ do Estado. Através dos baixos salários, intensificação e longas jornadas de trabalho desejam-se “[...] explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em

⁴⁰ Nas palavras de Galeano (2012, p. 04) “há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que as especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta”.

⁴¹ Medidas sociais entendidas enquanto políticas sociais implementadas pelo Estado para responder às demandas da classe trabalhadora, mas também controlar a organização dessa classe, somente aparecerá enquanto estatuto de política na década de 1980 com a seguridade social, até então o que se observa é a ausência ou limitados benefícios direcionados apenas aos trabalhadores urbanos e formalmente legalizados.

criar as condições para que este a reponha [...]” (MARINI, 2000, p. 134).

Através desses elementos é reservada à América Latina o lugar onde se produz a maior parte da riqueza, que posteriormente segue a outros países deixando o seu rastro de pobreza. Portanto, apostando no grau de exploração intensa da força de trabalho, o capital industrial, na América Latina, encontrou o sustento e, concomitantemente, demonstrou que a engrenagem ao capitalismo não poderia dar respostas às desigualdades sociais, pelo contrário, foi responsável por acentuar as disparidades como forma de garantir seu funcionamento externo. Revela-se que mesmo que a exploração tenha sido intensa, enxergá-la não era tarefa fácil, pois houve várias maneiras de mascaramento dessa condição, como no caso da ação governamental de “oferecer” pedaços de terras aos camponeses.

Embora o continente estivesse se industrializando, as bases dessa indústria nascem sobre as atividades agrícolas, portanto, o setor agrário servirá ao capital de duas formas: primeiro a indústria através da extração das matérias-primas e segundo como manobra política do Estado, porque ao disponibilizar as terras também impulsionava o capital, como será tratado mais a frente.

Deste cenário, verifica-se, por exemplo, o retorno do latifúndio do açúcar na forma de indústria. Para Galeano (2012, p. 46) a “[...] indústria açucareira modernizou-se consideravelmente com a criação dos moinhos centrais, e então a absorção das terras pelos latino-americanos progrediu de modo alarmante, acentuando a miséria alimentícia”. Esse foi um processo comum a todos os gêneros alimentícios, em destaque também o café, tendo em vista que a “[...] América Latina abastecia as quatro quintas partes do café que se consumia no mundo [...]” (Ibid., p. 68).

A produção de café na América Latina, viabilizava os excedentes agrícolas aos países centrais através do Estado liberal, porque o saqueio das produções era legítimo como demanda da nova conjuntura em que o continente foi forçado a ingressar. Descreve Donghi (1975, p. 182)

As novas funções da América Latina na economia mundial são facilitadas pela adoção da política de livre-câmbio, que agora se firma por toda parte. Essa política tinha como auréola de prestígio excepcional, já que garantia aos países metropolitanos, como se comprazem em recordar amargamente os estudiosos das zonas marginais, um maravilhoso instrumento ideológico de penetração econômica.

Ou seja, o capitalismo central necessitava da produção agrícola latino-americana que por meio da atividade estatal liberal expandia sua propriedade sobre as terras. Entretanto, a rapidez com que os latifúndios tinham que se repor trouxe consequências ao continente latino-

americano, desencadeando o devaste das terras. O continente que possuía e produzia tanta mercadoria, por outro lado, padecia com a falta de alimentos, entre outros bens. A “[...] industrialização não cria, portanto, como nas economias clássicas, suas próprias demandas, mas nascem para atender a uma demanda já constituída e se estrutura em função das exigências de mercados procedentes dos países avançados” (MARINI, 2000, p. 140).

Na mesma medida em que os países latino-americanos correspondem à demanda dos países centrais, tornam-se o “coveiro” do seu próprio continente, pois o Estado liberal impulsiona o comércio livre desde que seja em favor do capitalismo central, mas também se converte em protecionismo econômico para assegurar que as riquezas e as produções do continente latino-americano permaneçam intrinsicamente sob o comando do capital central. Na América Latina, o livre-câmbio reina somente para transferir as riquezas extraídas.

Sob essas condições, a produção do café vai impondo os efeitos mais nefastos sobre o continente. Descreve Galeano (2012, p. 69):

Para a economia de El Salvador, pequeno país em mãos de um punhado de famílias oligárquicas, o café tem uma importância fundamental: a monocultura obriga a comprar no exterior feijões – única fonte de proteína para a alimentação popular –, milho, hortaliça e outros alimentos que tradicionalmente o país produzia. A quarta parte dos salvadorenos morre vítima de avitaminose. Em relação ao Haiti, tem a taxa de mortalidade mais alta da América Latina; mais da metade da sua população infantil padece de anemia.

Os latifúndios que *a priori* já haviam provocado esses efeitos desastrosos, encontraram na industrialização uma nova forma de acentuar as contradições sociais impondo a valorização do café em detrimento da desvalorização do continente, e este foi um movimento que se alastrou em todos os países latino-americanos como é o caso da Colômbia. As fábricas na Colômbia nasceram sob o estigma do café, acarretando euforia para a classe dominante e longas revoltas sanguinárias⁴².

O café beneficia muito mais a quem consome do que a quem produz. Nos Estados Unidos e na Europa, gera rendas e empregos e mobiliza grandes capitais; na América Latina paga salários de fome e acentua a deformação econômica dos países postos a seu serviço. Nos Estados Unidos o café proporciona trabalho a mais de 600 mil pessoas: os norte-americanos que distribuem e vendem café latino-americano ganham salários infinitamente mais altos do que os brasileiros, colombianos, guatemaltecos, salvadorenos ou haitianos que semeiam e colhem o grão nas plantações (GALEANO, 2012, p. 71).

⁴² Longos confrontos violentos entre os conservadores – governos colombianos – e liberais – estrangeiros – (GALEANO, 2012).

O café, como se observa, teve destaque, porém, esse é um caráter que perpassa toda a produção realizada no continente em que assume a condição de fornecedor e, paradoxalmente, como vítima. Fornecedor, porque o processo de industrialização deu continuidade à apropriação das riquezas da América Latina, que agora se destinam em forma de produto; e vítima porque em nada participa das riquezas produzidas, degradando ainda mais a condição de reprodução de sua população.

O fato de não participar das riquezas atinge até mesmo a classe dominante latino-americana, ou seja, as oligarquias, em dimensões bem distintas. A questão é que até mesmo a burguesia nacional não se apodera de todos os lucros da produção, uma vez que é subalterna aos interesses do mercado internacional. A classe dominante deste continente não foi portadora de autonomia, tendo em vista sua raiz/formação correspondente à estrutura central. Assim, é possível constatar que não existiria e nem existe nada que esteja fora do comando do capitalismo central.

O controle sociometabólico do capitalismo exerce seu domínio tanto sobre a burguesia nacional quanto sobre o trabalhador assalariado. Na América Latina não há espaço para iniciativas desligadas das funções fornecedoras aos países centrais, nem mesmo quando o capitalismo começou a enfrentar suas crises cíclicas⁴³, pois na ocorrência dessas crises os governos dos países latino-americanos tentaram frear as consequências através de um desenvolvimento endógeno, isto é, investir na industrialização para dentro. Contudo, tornou-se uma tentativa já “predestinada” ao fracasso, pois a relação de dependência dominava o continente como um todo.

Mais especificamente na passagem do século XIX ao XX na Europa, como resultado do movimento dialético da própria lei geral do capital⁴⁴, deflagraram-se diversas crises causadas pela alta concorrência da fase anterior. Na incidência dessas crises, principalmente na crise cíclica de 1870 a 1871, as pequenas, médias indústrias e negócios foram sendo rapidamente absorvidos pelo grande capital, constituindo-se monopólios, tendo em vista que um pequeno e seletivo grupo de capitalistas começou a concentrar e centralizar os capitais existentes. Em uma nova fase do capitalismo,

⁴³ Crises periódicas causadas na maioria das vezes pela superprodução, tornando-se inerente ao modo de produção capitalista (HURBEMAN, 1986; LASCKI, 1973).

⁴⁴ A lei geral da acumulação capitalista, se expressa na medida em que se acumula riqueza, se produz na mesma proporção ou maior a acumulação da pobreza. Portanto, o capitalismo se apropria do trabalho humano excedente para extrair seu lucro objetivando sua expansão e acumulação (MARX, 1984).

O capital monopolista possui uma capacidade de investimento, de manipulação dos mercados, e um poder de pressão política sobre o Estado, incomparáveis a qualquer fortuna burguesa anterior; os cartéis e monopólios passam, virtualmente, a controlar a política econômica e a política externa dos seus Estados nacionais (LESSA, 2013, p. 189).

Assim, o capitalismo monopolista se expandiu em três fases conforme Mandel (1982): fase clássica (1890-1940); “anos dourados” (fins de 1945 a 1970) e o capitalismo financeiro dos tempos hodiernos. Logo na fase inicial, após a primeira Guerra Mundial⁴⁵, os EUA se tornaram potência econômica, monopolizando a produção do café na periferia. Segundo Galeano (2012, p. 71) “[...] seis empresas norte-americanas dispõem de mais da terça parte do café que entra nos Estados Unidos: são firmas dominantes em ambos os extremos de operação”. Os EUA⁴⁶ tornaram-se um centro econômico propício a investimentos, onde muitos empresários passaram a apostar na economia norte-americana que se apoiava na extração das matérias-primas dos países periféricos. Converteu-se no maior produtor de automóvel, entre outros produtos, que levaram a alta na bolsa de valores até 1929 quando eclodiu a crise da superprodução. Os produtos não escoavam em razão da diminuição do consumo, uma vez que predominava a anarquia de produção e como efeito direto ocorreu a quebra da bolsa de valores. Esse período é conhecido como “*Grande Depressão*”.

Com a “*Grande Depressão*” veio suas consequências, e como a América Latina encontrava-se subordinada à exportação de seus produtos como o café e a borracha, os efeitos da quebra das ações de valores fez imediatamente diminuir a compra de produtos. Os efeitos dessas crises cíclicas para os países centrais são danosos e, para as economias subordinadas são ainda mais perversos, porque se encontram condicionados e determinados pelo ritmo do capitalismo central. Para Galeano (2012, p. 78, grifo do autor)

O café dependia do mercado norte-americano, de sua capacidade de consumo e de seus preços: as bananas eram um negócio norte-americano e para norte-americanos. Veio, de repente, a crise de 1929. O *crack* da Bolsa de Nova Iorque, que fez rachar os cimentos do capitalismo mundial, caiu no Caribe como um gigantesco bloco de pedra numa poça d’água. Baixaram verticalmente os preços do café e das bananas, e não menos verticalmente desceu o volume de vendas. As expulsões de camponeses recrudesceram com uma violência febril, o desemprego propagou-se no campo e nas cidades, levantou-se uma maré de greves; desapareceram bruscamente os créditos, as inversões e os gastos públicos, os salários dos funcionários do Estado reduziram-se a quase metade em Honduras, Guatemala e Nicaraguá.

⁴⁵A partilha territorial, a exploração das colônias, a alta concorrencial, enfim a divergência de interesses e insatisfação motivou o confronto entre as nações assumindo proporções enormes, sendo conhecida na história como a primeira guerra mundial de 1914 a 1918 (LENIN, 2010).

⁴⁶ A priori a Europa e depois os EUA. O imperialismo nos EUA faz da América Latina sua fornecedora de produtos para garantir a segurança nacional, reforça a relação de dependência (MARINI, 2000).

A crise de 1929 provocou a desvalorização dos produtos fornecidos pela América Latina. Alguns governos, como no Brasil, tentaram abaixar o preço do café⁴⁷ para que as relações não fossem totalmente rompidas. Esse foi um esforço realizado em vão, pois toda a produção latino-americana estava perdida e não possuía valor. Por outro lado, os países centrais estavam empenhados em se recuperar da crise e neste exato momento apresentaram ao continente latino-americano, duas impressões: a produção sem destino deveria ser queimada ou jogada fora. É claro que os alimentos poderiam ter sido dados a quem verdadeiramente pertencia – aos trabalhadores – mas, isto não faz parte da lógica destrutiva do capital.

O segundo impacto foi a organização dos governos nacionais ao interpretar que aquele era o momento de romper com a subalternidade dos países centrais e procurar a partir do próprio desenvolvimento das forças produtivas desenvolverem o continente. Consideravam que o crescimento da América Latina poderia se equiparar aos países centrais por meio do investimento da industrialização para dentro – *continuo evolutivo*. Essa forma de interpretação das transformações estruturais que no século XX acomete a América Latina como inflexão da crise nos países centrais foi denominada Teoria Desenvolvimentista⁴⁸,

As distintas correntes chamadas de desenvolvimentistas, que supunham que os problemas econômicos e sociais que afetavam a formação social latino-americana eram devido a uma insuficiência de seu desenvolvimento capitalista e que a aceleração desta bastaria para fazê-lo desaparecer (MARINI, 2000, p. 137).

Com base nesta perspectiva de um desenvolvimento industrial para dentro, o Estado latino-americano foi o facilitador da industrialização com forte apelo nacionalista, acreditando os pensadores da Teoria Desenvolvimentista, ser essa a fórmula para promover a independência econômica e o crescimento latino-americano a ponto de se equiparar as nações desenvolvidas. Para seus defensores, o único impasse para que essas ideias ocorressem era o atraso das forças produtivas. A solução então foi comprar uma quantidade significativa de máquinas do exterior, uma vez que nos países centrais o maquinário estava em permanente processo de aperfeiçoamento, assim, buscou-se empregar o “[...] recurso à tecnologia externa,

⁴⁷ De fato, em muitos países latino-americanos, a exemplo, no Brasil: “O capital industrial emerge como extensão do capital cafeeiro, e uma fração da classe dos empresários do café passa a investir uma parte do capital excedente emanado deste setor juntamente com representantes da burguesia europeia que se deslocam para essas praças” (BISPO, 2015, p.202).

⁴⁸ A Teoria Desenvolvimentista surgiu aproximadamente na década de 1930, na América Latina tinha como proposta orientar os governos através de uma visão positiva, de que o continente a partir de mudanças internas, mais precisamente na indústria poderia sair de estágios menos avançados até chegar ao panorama dos países centrais (CARCANHOLO, 2013).

destinado a elevar a capacidade produtiva do trabalho” (MARINI, 2000, p. 143).

Todavia, essa forma de interpretar a realidade latino-americana requisita a análise de três fatores: o primeiro deles é que, todo o maquinário trazido dos países centrais foi permitido pelo país não somente pela relação de troca, mas como estratégia capitalista, tendo em vista que o progresso técnico era crescente e, dessa forma, a substituição das máquinas por outros tipos de tecnologias se dava em ritmo acelerado, resultando que “o avanço conseguido pela concentração de capital em escala mundial coloca então, em mãos das grandes corporações imperialistas, uma abundância de recursos que necessitam buscar aplicações no exterior” (MARINI, 2000, p.144). Assim,

A redução do prazo de renovação do capital fixo nas economias avançadas, como consequência do ritmo incrivelmente rápido de inovações tecnológicas, leva essas economias a experimentarem uma necessidade premente de exportar seus equipamentos obsoletos para as nações em fase de industrialização. (Id., p.54)

Isto significa que os países centrais, continuamente, têm disponíveis tecnologias mais sofisticadas para ampliar e qualificar a sua produção, e as máquinas mais atrasadas são destinadas aos países periféricos provocando um evidente desnível de produção. Na América Latina, a consequência mais longa e danosa deste desnível foi a forma com que o continente incorporou a saída para este problema. A questão chave para compreender a formação capitalista na América Latina foi a *superexploração* da força de trabalho. Neste sentido, para compensar o atraso das forças produtivas, se acrescenta uma maior exploração do trabalho. Entenda:

É dessa forma que, incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico tornou possível ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar a sua produtividade e, simultaneamente, manter a tendência a remunerá-la em proporção inferior a seu valor real (MARINI, 2000, p.147).

O segundo fator a ser considerado acerca desta tentativa endógena de desenvolvimento latino-americano foi a questão da dívida externa, já iniciada no período de colonização pelos senhores de engenhos, e neste contexto, através do empréstimo de capital solicitado pelos Estados latino-americanos, possuir condições de comprar essas máquinas atrasadas. Assim, o processo de industrialização que pretendia promover a independência econômica estava sendo financiado pelo próprio capital internacional. Não houve sequer a quebra do vínculo com o capitalismo avançado nem o rompimento com a subordinação que o continente foi

condicionado desde a sua gênese.

Assinala Bispo (2015, p. 242-243):

A unidade de interesses no processo de apropriação de mais-trabalho estava muito bem delimitada para a burguesia nacional contrapor-se aos interesses do imperialismo norte-americano; mesmo que houvesse essa possibilidade, seria tão somente na perspectiva de ampliar a taxa de mais-valia expropriada do trabalho assalariado. A burguesia nacional havia sido forjada na aliança de interesses com o mercado mundial, e toda a sua existência havia sido constituída sob o primado da subordinação e da dependência das economias capitalistas centrais.

Compreenda que a burguesia nacional não possuía a liderança para assumir um processo como este, pois suas raízes estão fixadas no capital internacional. Logo, qualquer iniciativa de desenvolvimento só podia ocorrer imbricada com os países centrais. O efeito imediato dessa subordinação é a dívida externa crescente, considerada uma “nova” estratégia capitalista sob o controle do poder econômico dos países centrais, que tornava o continente devedor, quando na verdade era fornecedor⁴⁹ de matéria-prima e trabalho humano.

O terceiro e último fator que perpassa a via desenvolvimentista já apontado em linhas atrás, foi à Reforma Agrária que contribuiu diretamente para a apropriação do capitalismo sob nova fase na agricultura. Por isso, “[...] o sentido essencial desta reforma agrária consistia em assentar sobre as terras os pobres do campo [...]” (GALEANO, 2012, p. 83), porque não se visava a reprodução desse contingente populacional e sim, buscava-se assegurar sua participação na atividade econômica, inserindo-os de alguma forma na lucratividade do sistema e na mesma medida promovendo um intenso processo de capitalização do campo.

A Reforma Agrária, enquanto medida estatal, gerou a impressão de um governo democrático/popular latino-americano pensada para evitar a influência do capital internacional, que logo esbarrou nos limites parlamentares, pois se tornou inviável oferecer a cada pobre um pedaço de terra, porque o capitalismo já havia invadido com a agricultura, o latifúndio e a monocultura. Algumas características da Reforma Agrária, conforme Galeano (2012, p. 91-92):

⁴⁹ Em linhas gerais, a percepção era a de que o modo de produção capitalista é intrinsecamente desigual e excludente e que o desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos antagônicos – por se tratarem de situações distintas dentro de uma mesma lógica de acumulação – e, ao mesmo tempo, complementares. “Isto se justifica pelo fato de que a lógica mundial de acumulação capitalista possui características que produzem o desenvolvimento de determinadas economias na mesma medida em que produzem o subdesenvolvimento de outras. Daí, conclui-se que dependência é uma característica estruturante das economias periféricas, ou seja, à medida que prevalece a lógica de acumulação capitalista, uma vez que um país ou região se mostra dependente, será sempre dependente” (AMARAL; DUARTE, 2010, p. 113).

O governo só distribuiu terras improdutivas, facilitando, ao mesmo tempo, a concentração das terras de melhor qualidade em mãos dos grandes latifundiários. A metade das terras distribuídas pela reforma agrária da Venezuela, a partir de 1960, eram de propriedade pública; as grandes plantações comerciais não foram tocadas e os latifundiários expropriados receberam indenizações tão altas que obtiveram esplêndidos lucros e compraram novas terras em outras zonas. [...] Na Bolívia, graças à reforma agrária de 1952, melhorou visivelmente a alimentação em vastas zonas rurais do altiplano, tanto que até se comprovaram mudanças de estatura dos camponeses. Todavia, o conjunto da população boliviana consome ainda apenas uns 60% das proteínas e a quinta parte do cálcio necessário na dieta mínima; nas áreas rurais, o déficit é ainda mais agudo que estas médias.

Desse modo, o reconhecimento da Reforma Agrária pelo Estado latino-americano foi dotado de dois pesos e duas medidas: provocar a ligeira impressão de uma preocupação ética com a população pobre e desempregada; e confirmar o capitalismo na medida em que os que produzem perdem o direito e acesso do que produziu, pois, de qualquer forma, nada lhe pertence já que essas terras desprovidas de qualquer meio de produção recebiam o investimento direto do capitalismo central – alienação. Enfim, esses três fatores que consubstanciaram a teoria Desenvolvimentista durante a década de 1930, nada mais fizeram que ratificar sua subalternidade em relação aos países centrais, pois a industrialização promovida foi insuficiente para se pensar em sua independência econômica. Para Marini (2000, p. 51)

Sempre é verdade, no entanto, que a expansão do capitalismo mundial e a acentuação do processo monopolista mantiveram constante a tendência integracionista, que se expressa hoje de maneira mais evidente na internacionalização da exportação de capitais e na subordinação tecnológica dos países mais fracos.

Essa irrisória industrialização para dentro foi elaborada como uma tática de integração, uma vez que o principal órgão econômico que eram as indústrias estava nas mãos do capital internacional, pois, as máquinas compradas pelo Estado latino-americano não apresentava lucratividade na produção europeia, então serviriam ao continente para maior exploração dos trabalhadores, o que por sua vez fazia aumentar a relação de dependência por meio da dívida externa, mas também, permitia que o capitalismo central disfarçado de capital nacionalizado se apoderasse dos bens agrícolas.

Essas questões da fase Desenvolvimentista encontram no Estado “[...] o pré-requisito necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital como um sistema viável, e o quadro geral para a completa articulação e manutenção” (MÉSZÁROS, 2002, p.107). Considerando a particularidade monopolista em vigor, o Estado, como “agente totalizador da circulação global”, (Ibid., p.113) direcionava as ações internacionais para inibir

qualquer obstáculo à expansão monopolista, facilitando a dominação exterior do capitalismo sobre a América Latina.

Em consonância com a base material do capital latino-americano, as ações internas do Estado moderno visavam meios compatíveis com a dinâmica de expansão monopolista, tornando o terreno nacional adequado à sustentação da economia central em períodos de baixa. Foi exatamente desse modo, com o desenrolar de todo esse processo, que se viabilizaram as condições objetivas para a recuperação econômica dos EUA, que usurpando do crescimento das indústrias latino-americanas foi adquirindo novos mercados exportadores, mas também, importadores. Marini (2000, p. 20), explica:

A crescente progressão da acumulação capitalista na economia norte-americana e no processo de trustização que se apresentou ali, neste século, como uma conquista, tem como resultado a concentração sempre crescente de uma riqueza cada vez mais considerável. [...] A lógica capitalista, que subordinou o investimento à expectativa de lucro, leva esses capitais às regiões e setores que parecem mais promissores. A consequência é, através da repatriação de capitais, um aumento suplementar do excedente, que impulsiona a novos investimentos no exterior, recomeçando o ciclo em nível mais alto. Ampliaram-se assim incessantemente as fronteiras econômicas norte-americanas.

Ressalta-se que o nível de riqueza novamente formado e transferido à economia norte-americana foi duas vezes maior, tanto que em caso de uma nova crise como a de 1929 os efeitos seriam muito mais violentos e devastadores. Assim, reafirmando uma integração combinada entre centro e periferia que por si só já é desigual.

Em síntese, a entrada do século XX na América Latina é marcada pela crescente industrialização, que após os impactos advindos da primeira Guerra e da crise de 1929, o capitalismo latino-americano defrontou-se com obstáculos na atividade exportadora, deliberando como alternativa, com base na *superexploração* da força de trabalho, um processo industrial para dentro, ou seja, para promover uma atividade econômica autônoma que através das indústrias nacionais pudessem auferir lucro e riquezas suficientes para frear os impactos mundiais e, por via de consequência, desenvolver o continente – fase Desenvolvimentista. Assim:

[...] o Estado assume as rédeas do processo de desenvolvimento interno, protegendo a atividade econômica nacional, promovendo a acumulação de capital, fornecendo a infra-estrutura e planejando o modelo substitutivo. Surge o Estado desenvolvimentista trazendo consigo o centralismo, o autoritarismo, o nacionalismo e o populismo (PINHEIRO, 1995, p. 73).

Em contraposição aos países centrais que viviam a generalização das políticas sociais, a América Latina tentava se fechar em um desenvolvimento nacional, pois os impactos mundiais fez enfraquecer as atividades exportadoras colocando em evidência uma nova estratégia que pudesse viabilizar o crescimento do capitalismo periférico. Esse apelo ao nacionalismo impulsionou também uma frente popular, a qual não era formada unicamente por trabalhadores, mas também por governos que se diziam popular por viabilizar algum tipo de medida social.

Assim, a reorganização do aparelho estatal na década de 1930 ocorre estreitamente conectada as funções econômicas adotadas em decorrência da interpretação do desenvolvimentismo que emergia no bojo de alternativas nacionalista de desenvolvimento capitalista. Neste contexto, “[...] o aparelho estatal adquire novas dimensões, como força produtiva. Mais do que apenas disciplinar e fazer respeitar as normas econômicas, ele atua como agente econômico” (IANNI, 1991, p. 134).

Este é o Estado populista, que na América Latina tem sua formação diversificada em conformidade com seus países, pois sua organização ocorria por relações institucionais já estabelecidas, isto é, não se formou como poder autônomo, mas sim, abaixo das correlações de força preexistentes. Desse modo, a natureza do Estado populista latino-americano caracteriza-se pela ditadura populista⁵⁰, a exemplo, o golpe de Estado no governo de Vargas entre 1934-1945; e/ou pela democracia populista⁵¹ como foram os casos de Cárdenas no México entre 1934-1940 e de Perón na Argentina em 1973.

O governo de Getúlio Vargas, no Brasil foi marcado pela revolução de 1930⁵², representando o processo de surgimento de novas oligarquias, reflexo direto da crise de 1929 ao esgotar a produção do café. Através do governo de Vargas o cenário brasileiro passou por grandes mudanças, entre elas a constituição de um Estado social autoritário, pois na medida em que se estabeleciam estratégias para organizar a relação capital-trabalho, também se impulsionava a industrialização. Assim,

⁵⁰ Por ditadura populista explica Ianni (1991, p.128): “não implica na ditadura da burguesia ou dos assalariados, e muito menos na classe operária. Ela mantém o caráter policlassista, ainda que não em todos os níveis do poder. O Estado é apresentado pelas forças que se acham no poder como se representasse, ao mesmo tempo, todas as classes e grupos sociais, mas vistos como ‘povo’, como uma coletividade para qual a tarefa do nacionalismo desenvolvimentista pacificam e harmonizam os interesses e os ideais”.

⁵¹ A democracia populista se expressa pela coalização dos partidos.

⁵² Foi um movimento de revolta armado ocorrido no Brasil em 1930, no qual tirou do poder por meio de um golpe de Estado, o presidente Washington Luís, rompendo de vez com as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Com o apoio de chefes militares, Vargas chegou à presidência do país (GALEANO, 2012).

Neste esquema, o proletariado seria beneficiado por toda uma série de concessões sociais (concretizadas, sobretudo, na legislação trabalhista do Estado Novo) e, de outra parte, enquadrado em uma organização sindical rígida, que o subordinou ao governo, dentro de um modelo tipo corporativista (MARINI, 2000, p. 13).

Entretanto, essas medidas sociais não revelavam a verdadeira essência de sua existência, que consistia no incentivo tanto físico como ideológico da *superexploração* da força de trabalho para o crescimento das indústrias nacionais. Era um Estado com medidas de cunho regulatório e assistencialista conjugado a um projeto autoritário para sustentar o período de modernização vivido no Brasil. Logo, se investiam nas ações voltadas às medidas sociais como meio de facilitar a industrialização do país.

Esse mesmo controle estatal provocou a queda do governo de Vargas, porque o Estado autoritário e repressivo foi se revelando, uma vez que as legislações trabalhistas⁵³ eram empregadas tão somente com intuito de promover o desenvolvimento do setor industrial. Marini (2000) diz que, este período histórico latino-americano foi visto como verdadeiro bonapartismo, em que os governos, obscurecendo seus interesses, se aproveitaram de uma luta extremamente aguda dos partidos assumidamente capitalistas. Esses governos ludibriam mais que quaisquer outros, através de promessas e medidas mínimas convenceram os trabalhadores a defender a bandeira de colaboração das classes, quando na verdade obliteravam e controlavam a organização dos trabalhadores contra o Estado. No que tange o Estado populista respaldado pela democracia populista diferente do golpe de Estado, esse se realizou por meio da combinação Estado-partido-sindicato, em que “[...] apóia-se na aliança de classes, sob égide direta ou mediatizada da burguesia” (IANNI, 1991, p.126). Como exemplo no México com o cardenismo, explica Ianni (1991, p.126) que,

Cárdenas assume o poder, em 1934, o campesinato e operariado estavam sob controle, isto é, a burguesia, os militares a classe média já haviam controlado o poder e dado ao aparelho estatal uma feição conveniente aos interesses de classe. Como o seu poder não era suficientemente forte, adotaram políticas de cunho populista.

Em outras palavras, durante o cardenismo o aparelho estatal mantinha, ideologicamente, a preocupação em harmonização das classes e o reconhecimento legal das estruturas políticas através do estabelecimento de paliativos institucionais para os trabalhadores. Essa estratégia de estatização da organização trabalhista se expressa como uma conquista e segurança ao trabalhador mexicano dentro do governo de Cárdenas.

Nesse mesmo íterim, também, se torna pertinente apontar o governo de Péron, na

⁵³ Como a Consolidação de Leis Trabalhista (CLT).

Argentina, uma vez que se considera um “[...] regime peculiar, no qual se combinavam algumas normas formais da democracia representativa e a hipertrofia do Executivo, este altamente identificado como chefe de governo” (IANNI, 1991, p.130).

O Estado populista, na época de Péron, deflagrou um verdadeiro crescimento sindical, na medida em que burocratizou os membros do sindicato. Tornando-se funcionários passaram a ocupar funções administrativas a fim de gerir o sindicato em conformidade com o aparelho estatal peronista. Assim,

A burocratização do sindicalismo, segundo as razões do Estado populista, obviamente acarreta uma delimitação bastante nítida das condições de atuação política das classes assalariadas. Na medida que a cúpula sindical se constitui uma como uma burocracia vinculada ou dependente do aparelho estatal, delimitam-se as suas possibilidades de organização, iniciativa, liderança e mesmo interpretação dos interesses da classe por ela representada. Essa burocratização implica na “despolitização” da atividade sindical. Isto é, o sindicalismo estatal politiza o proletariado segundo as diretrizes e limites estabelecidos pelo regime populista (IANNI, 1991, p. 132).

A configuração do Estado populista na América Latina – democrático ou ditatorial – denota mais uma vez a capacidade de reorganização estatal em complementaridade a base material, absorvendo as singularidades latino-americanas vivenciada neste período de nacionalização das empresas, da reformulação e limitação estabelecida para entrada e saída de capital externo.

De modo geral, por todos os fatores assinalados, a fase Desenvolvimentista demonstrava-se incipiente. Cada vez mais esbarrava nas limitações objetivas sobre o que pretendia e o que de fato ocorria. É certo afirmar que até determinado ponto o desenvolvimento nacional floresceu, mas sua raiz estava condicionada ao comando do capital central. Além disso, o Estado populista representou a organização das relações de produção na era Desenvolvimentista latino-americana, porque acreditavam que o resultado seria a superação da condição periférica e dependente. Na contramão dessa objetivação, a produção nacionalizada e o Estado populista apreciado ao longo das décadas pela industrialização cepalina⁵⁴ foi demonstrando-se equivocada, pois as indústrias não poderiam ir se desenvolvendo conforme avançasse etapas. Além do mais, as indústrias já estavam nas mãos do capital estrangeiro. Por tudo isso,

⁵⁴ A Comissão Organizadora de países para a América Latina e o Caribe (CEPAL) surgiu na época de 1930, sendo o mais importante formulador de ideias que orientasse os governos e Estados latino-americanos a essa escala evolutiva e etapista que defendia a Teoria Desenvolvimentista.

[...] a burguesia industrial tomava uma posição frente à crise que havia surgido no setor externo. Pressionada pela escassez de divisas, que ameaçava com um colapso de todo o sistema industrial, a burguesia aceitava a concessão de divisas necessárias à superação dessa crise por parte dos grupos estrangeiros, concedendo-lhes em troca uma ampla liberdade de ingresso e de ação e renunciando, portanto, à política nacionalista que se havia esboçado por Getúlio. As condições especiais da economia norte-americana, mais do que nunca necessitava de novos campos de investimento, garantiam o acordo (MARINI, 2000, p. 19).

Dessa maneira, é possível analisar que o continente latino-americano já havia esgotado todas as possibilidades da teoria Desenvolvimentista, tendo em vista que as máquinas eram o investimento vivo do capital central que tinha novo objetivo: desenvolver a economia nacional a serviço da segunda fase do capitalismo monopolista⁵⁵. Todavia, em razão de algumas experiências, ainda que enviesadas pela a ideologia propagada pelo nacionalismo populista, a ascendência popular foi desencadeando mobilizações que *a priori* foram isoladas, mas gradativamente tornaram-se reivindicações coletivas dos trabalhadores, passando a questionar diretamente a entrada do capital externo como uma afronta.

O entrave a essa organização popular foi o Estado liberalista e/ou Estado moderno concebido e estruturado como supracitado para tratar dos objetivos dos proprietários. Destacando que, talvez o principal e mais danoso efeito desse Estado tenha sido a cisão criada ideologicamente entre a esfera econômica e política. A burguesia, enquanto personificação do capital, para conservar a ordem econômica, obscurece a essência do processo de desigualdade social e econômica, posto que a exploração tem início no processo de produção.

Em decorrência desta “separação” entre a economia e a política, os indivíduos tendem a apontar a política como a esfera da resolução dos problemas sociais⁵⁶ tal como foi nos primórdios da sociedade de classes quando se atribui ao Estado o papel de amortecedor de conflitos sociais entre as classes antagonicamente constituídas. Esse é um caráter que tem sido fortalecido no capitalismo como algo vital ao seu funcionamento (ENGELS, 2009).

O resultado dessa realidade alienada e contraditória foi que, em meados da década de 1960, após muitas mudanças de presidente no Brasil, por exemplo, assumiu João Goulart como governo orientado à representação da ascensão dos movimentos sociais. Os trabalhadores acreditavam no Estado defensor dos interesses da população, posto que as

⁵⁵ Os denominados “Anos dourados” ou três décadas gloriosas teve início em fins de 1945 a aproximadamente 1970.

⁵⁶ Mészáros (2002) diz que as condições necessárias à relação capitalista são: o processo de alienação do próprio trabalhador, a personificação do capital que infiltra na subjetividade humana os valores de egoísmo, a imposição de tais condições objetivas e alienadas ao trabalhador. “O Estado moderno imensamente poderoso – e igualmente totalizador – se ergue sobre a base do metabolismo socioeconômico que a tudo engole” (MESZAROS, 2002, p. 98).

propostas do Estado brasileiro no campo das políticas sociais, assim sistematizadas, mostraram a trajetória de criação de uma estrutura institucional voltada a atender, prioritariamente, as demandas do urbano-industrial, mediando, assim, a relação capital *versus* trabalho. Nesse sentido,

[...] o projeto nacional devia estabelecer um grande pacto entre setores industriais e os trabalhadores urbanos, que constituíam a mola mestra do sistema produtivo e da formação do mercado interno, definindo o caráter populista do Estado desenvolvimentista (PINHEIRO, 1995, p. 74).

Com isso, o autor salienta que o Estado, em determinados momentos, pode se utilizar de medidas sociais para amortecer os conflitos sociais⁵⁷ direcionando-se a consolidação e a manutenção da economia capitalista, tal como fora observado no contexto brasileiro. A questão é que, todo esse politicismo e a falta de apreensão do real, conduziram os trabalhadores ao enfrentamento de diferentes formas de governos, organizando mobilizações em oposição à personificação do capital externo e não enquanto sistema global. Avaliavam que o movimento de retomada do capital estrangeiro destituiria os avanços sociais ideologicamente alcançados. Todavia,

O fato de que a burguesia brasileira, finalmente, aceitou o papel de sócio menor em sua aliança com os capitais estrangeiros e decidiu intensificar a capitalização, rebaixando ainda mais o nível de vida popular e concentrando, em suas mãos, o capital disperso na pequena e média burguesia, tem sérias implicações políticas (MARINI, 2000, p. 27).

A obliteração das contradições desse sistema orgânico conduz a sérias implicações em que os trabalhadores não sabiam contra quem lutavam. Dessa maneira, passaram a organizar uma frente popular que instalou no governo de Goulart, a representação enviesada de uma ameaça socialista/comunista⁵⁸ ao sistema capitalista não só no país, mas para as relações internacionais. Cabe ressaltar, que o nacionalismo impulsionado na conjuntura brasileira tinha

⁵⁷ Conforme as particularidades históricas, o Estado elabora legislações ora mais parcas, ora mais avançadas, correspondendo às necessidades de reprodução do capital. “O Estado moderno, seja qual for sua forma, é máquina essencialmente capitalista, é o Estado capitalista” (ENGELS, 1975, p. 93).

⁵⁸ Essa representação foi enviesada porque não possuía de fato a aproximação ao socialismo real nem tampouco ao comunismo como modo de produção. Salienta-se que por socialismo entende-se, “o socialismo aparecia agora, por conseguinte, já não como a descoberta casual desta ou daquela cabeça de um gênio, mas como o produto necessário da luta entre as duas classes nascidas da história, o proletariado e a burguesia. A sua tarefa já não era a de fabricar um sistema de sociedade o mais perfeito possível, mas sim a de estudar o curso dos acontecimentos histórico-econômicos de quem nasceram, necessariamente, aquelas classes e seus antagonismos, e descobrir na situação econômica assim criada os meios para resolver o conflito (ENGELS, 1975, p. 77). O comunismo com base no método marxista consiste em um modo de produção que supera a relação de exploração do homem pelo homem: Quando a sociedade se apodera dos meios de produção desaparece a produção de mercadoria. A anarquia no seio da produção social é substituída pela organização consciente e planificada. Acaba a luta pela existência individual. Só então o homem, em certo sentido, se separa definitivamente do reino animal, sai de condições animais e entra em condições realmente humana (Ibid., p. 99).

como proposta o objetivo de impedir o acirramento da divisão internacional do trabalho, por isso, o projeto nacional Desenvolvimentista visava apenas padronizar as diferenças regionais para somar forças ao interesse nacional. Logo, a entrada massiva do capital externo ameaçava o desenvolvimento endogenista que acreditavam existir.

Assim, as medidas elaboradas por Goulart e seu governo defendiam uma diminuição do papel do Estado. Seus ideais, mesmo imaturos, demonstravam sua ligação ao comunismo. Porém, os partidos de cunho liberal representado pela oligarquia rural e pelo exército organizaram uma reação não só a frente popular, mas como uma nova estratégia necessária a modernização do capitalismo latino-americano.

Como resultado a ascensão popular, ocorreu o golpe militar em abril de 1964. Esse acontecimento colocou o Brasil em um novo cenário marcado pela opressão, repressão, autoritarismo e censura. Foram cinco os militares que assumiram o poder neste período – Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo –, apreciando um desenvolvimento estritamente econômico, conhecido como milagre econômico⁵⁹.

Outro exemplo de organização popular na América Latina que teve como resposta direta a intervenção governamental ditatorial foi o caso chileno. As dimensões desse acontecimento no Chile foram um pouco mais intensas, tendo na figura de Allende o representante do povo, da frente popular chilena. Por isso,

El acuerdo *implícito* de urbanización e industrialización, en Chile, estaba roto. En tanto el empresariado chileno buscaba aliados externos para extender sus *circuitos de acumulación* de capital, productos, tecnología y mercados, se producía paralelamente un *proceso objetivo* de acercamiento entre las masas campesinas, arrastradas a la periferia de pequeños pueblos y ciudades, con un proletariado urbano que era heredero de grandes luchas sociales en la ciudad y las minas (KRIES, 2011, p. 5).

O retorno explícito do comando do capital externo desencadeia no governo de Allende uma pressão para que o Estado pudesse, além de garantir as medidas sociais aos trabalhadores, também mantivesse o controle sobre a maior parte dos monopólios no país. Na verdade, o desejo era que a ampla frente popular rompesse não só com a invasão dos países centrais, mas, sobretudo com a organização do próprio modo de produção capitalista.

Allende organiza e direciona os trabalhadores a assumirem o comando das indústrias por dentro do Estado, pois, de acordo com sua interpretação, na medida em que o Estado

⁵⁹ Esse quadro histórico apresentou altos índices econômicos no Brasil, um considerável aumento da produção industrial o que por sua vez desencadeou o crescimento da exportação, tendo em vista a utilização do capital estrangeiro. Alguns estudos apontam que o produto interno bruto (PIB) do Brasil cresceu cerca de 11% ao ano (MARINI, 2000).

continuasse a garantir a nacionalização das empresas chilenas mais seriam os trabalhadores que deteriam e produziram de acordo com a jornada de trabalho estabelecida por eles. A indecisão infiltra nos partidos e influencia a constituir representatividades e defesa de ações cooperativas, como uma das formas socialistas na sociedade capitalista.

Em contrapartida, a oposição interna dificulta as estratégias do governo popular de Allende através da parada na agricultura e também na produção de bens de primeira necessidade, criando uma situação de escassez, ou seja, a oposição manobrava as vias de fortalecimento que os trabalhadores chilenos se valiam mediante a tomada de decisões populares. Aqui estavam sendo colocados os elementos que levariam o governo popular ao seu colapso econômico.

Os fatores externos e internos que implicaram na derrota do presidente Allende, não podem ser analisados desconectados da conjuntura da época, início dos anos 1970, em que os golpes de Estado ocorridos na Bolívia (1971), no Uruguai (1973) e no Peru (1975), bem como aos acontecimentos no Brasil, em 1964, configuravam um fenômeno de guerra fria, considerando as peculiaridades existentes em cada um desses países. A simultaneidade de acontecimentos do mesmo caráter, em diferentes países, em uma época, decorre do processo de internacionalização da política, em que fatores internos e externos se combinam.

Assim, o Chile é um exemplo da “La implantación del capitalismo monopolista de Estado en América Latina está además cargado de una enorme ambigüedad com respecto al desarrollo del sector económico estatal” (CUEVA, 1979, p. 39), uma vez que o Estado, ao nacionalizar as empresas, não impediu a exploração dos trabalhadores, e não alcançou o objetivo do governo popular de socializar as riquezas.

O Estado, como já sinalizado, tem em suas condições históricas e ontológicas a imagem de mediador de conflitos destinado a promover o equilíbrio e o atendimento das necessidades das classes antagonicamente irreconciliáveis, não sendo este um aspecto particular da sociedade moderna, porque na sua forma fenomênica o Estado sempre foi concebido como órgão responsável pela igualdade entre as classes, por isso a máquina estatal não pode realizar as mudanças societárias. De fato:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado apareceu onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis (LENIN, 2010, p. 27).

Em oposição à natureza do Estado, o governo popular de Allende tentou fazer do Estado um espaço para mediações conciliantes em defesa dos trabalhadores, desprezando a

natureza do Estado enquanto complexo social da sociedade de classes antagônicas e, também, enquanto Estado latino-americano que sempre foi direcionado a valorização do capitalismo central, sob diferentes configurações. Como resultado deste movimento, a forma de frear as frentes populares e ameaças ao processo de modernização que foi determinado para a periferia latino-americana como requisito às necessidades do comando central, ocorreu o golpe militar no Chile.

O golpe de Pinochet na história do Chile tem, no entanto, um elemento singular em toda história da América Latina, pois foi o primeiro golpe que explicitamente foi subsidiado pelas ideias neoliberais⁶⁰ em que a violação dos direitos humanos foi uma política de Estado sob o regime autocrático de Pinochet. Na economia impunha-se a desregulamentação e privatização de mercados e serviços públicos. Para Cueva (1979, p. 39)

Em algunos casos, la tendencia a su parcial desmantelamiento es muy clara, como en Chile, Argentina o Uruguay. Aquí se han producido procesos masivos de «privatización» de la economía, como passo previo a sutrasnacionalización. Em realidad se trata del desmantelamiento de todos aquellos niveles que en rigor no se habian cononnado como expresión anticipada del capitalismo monopolista de Estado, sino más bien como una manifestación del capitalismo de Estado a secas, de orientación nacional, populista como en la Argentina, como embrión de economía social, como en 'Chile. Em otros casos, como el del Brasil, el sector de economía estatal más bien se robustece y 'en este sentido parece haber continuidad entre la fase actual y la anterior. Pero tal continuidad es sólo aparente, ya que, más alla de ella se produce una refuncionalización de dicho sector en razón de las necesidades de desarrollo del capital monopólico.

Os países latino-americanos incitaram, ainda que sem sucesso, inquietações e provocações no preciso sentido de romper com o capitalismo, ou mesmo tentar quebrar a entrada do capital externo. Foram várias as experiências no continente do impulso e efervescência popular, contudo, os golpes militares que sucederam esses governos populares no continente antecedem, ou melhor, instauraram as ditaduras fundamentais e basilares à manutenção do capitalismo central que ingressava em uma diferente fase monopólica. Portanto, os golpes de Estado na América Latina tiveram a tarefa de refuncionalizar sua dependência em detrimento das determinações econômicas e políticas do capitalismo monopolista central.

Em termos gerais essas iniciativas traduzem que,

⁶⁰ Neoliberalismo adotado como uma das estratégias de superação à crise estrutural de 1970. Tem como base o ajuste fiscal por meio do ataque ao atendimento aos direitos sociais, através do corte e redução nas políticas sociais, ou seja, a inibição do papel do Estado a partir de um forte processo de privatização e regressão dos direitos sociais. A avaliação dessa estratégia de desenvolvimento característica do século XXI será pormenorizada no quarto capítulo.

A derrota do reformismo “populista” revela que o Estado se configura como o comitê dos interesses da burguesia internacional e nacional. A tentativa de resistir à ofensiva imperialista não poderia ser operada pelo aparato institucional, porquanto não expressava os interesses das classes dominantes e esta não podia constituir nenhum mecanismo de resistência aos interesses do imperialismo norte-americano. [...] O proletariado nacional era ainda muito débil para ser capaz de apresentar uma ofensiva contra o capital (BISPO, 2015, p. 242).

Assim, a fase Desenvolvimentista foi inconsistente porque estava fadada ao esgotamento pelas próprias táticas de manipulação que são inerentes ao capital, e como todo este processo foi sendo condicionado de acordo com as necessidades de acumulação do capitalismo central, ou seja, as relações econômicas e políticas latino-americanas estavam e continuam sendo inscritas mediante o desenvolvimento do capitalismo global, mesmo que em alguns momentos precise utilizar do autoritarismo e da opressão para operar, tal como impôs ao continente latino-americano. Nesse sentido,

Lo expuesto hasta aqui permite comprender por que el Estado latinoamericano posee um desarrollo histórico particular, en la medida en que la acumulación de contradicciones de la sociedad civil determina una correlativa acumulación de tareas reguladoras para la instancia política, que en última instancia puede asegurar. La reproducción ampliada del sistema recurriendo a una dosis extremadamente grande de autoritarismo (CUEVA, 1979, p. 41).

Além disso, a chave de toda essa questão encontra-se fundamentada nas alternativas buscadas pelo continente para engrenagem ao capitalismo, como a *superexploração* da força de trabalho. Conforme Carcanholo (2013, p. 201).

Independentemente das oscilações cíclicas da conjuntura externa, os condicionantes estruturais da dependência obrigam o capitalismo dependente a superexplorar a força de trabalho como única alternativa para um desenvolvimento do capitalismo interno. Essa resposta do capitalismo dependente à crescente transferência de seu (mais) valor produzido gera, como consequência, a distribuição regressiva de renda e riqueza, assim como o agravamento dos problemas sociais.

A América Latina que serviu como apêndice ao desenvolvimento econômico das relações internacionais tornou-se um reflexo de que, para galgar parco desenvolvimento deveria apostar na exploração humana até as últimas consequências. Sendo que o proletariado⁶¹ compõe a maior parte da população e produz o conteúdo material da riqueza social, sucumbir às relações desumanas do modo de produção capitalista teve como agravante

⁶¹ Imigrantes, negros e nativos.

na América Latina: as relações de dependência econômica, política e ideológica, levando a condição subumana em seu grau mais intenso⁶².

3.3 A Relação de Dependência e o Estado: Os “anos dourados” *versus* regime militar

No bojo da ascensão popular com forte apelo à nacionalização houve o esgotamento da via desenvolvimentista que teve como objetivo progredir tecnicamente através de uma industrialização endógena que contribuiu para a emergência das ditaduras latino-americanas. Com os regimes ditatoriais teve-se o protecionismo do Estado militar para garantir a modernização necessária aos países centrais, mas também desempenhando um papel político para frear as ameaças populares em ascensão.

Salienta-se que o Estado, neste contexto, foi se fortalecendo e incorporando em sua forma uma falsa legalidade através do exercício normativo e manipulador, legitimando instrumentos nada ético nem tampouco humanitário, a fim de identificar e eliminar quaisquer organizações entendidas como perigo e obstáculo aos investimentos do capital externo na aceleração da produção nacional em todo continente.

Essas novas relações que marcariam as décadas de 1960 e 1970 na América Latina expressaram os elementos que confirmava a dependência em que o continente estava aprisionado. Para Carcanholo (2013, p. 200) estavam em evidência os componentes da relação de dependência latino-americana:

- a) superexploração da força de trabalho; b) transferência de valor para as economias centrais no plano do comércio internacional (troca desigual); c) remessa de (mais) valor para as economias centrais, sob formas (pagamento de juros e amortizações de dívidas, transferências de lucros e dividendos, pagamento de royalties etc.); d) alta concentração de renda e riqueza; e e) agravamento dos problemas sociais.

Os elementos elucidados pelo autor encontram-se fundamentados na dependência a que Marini (2000) se referiu como uma estrutura sócio-política e em que o crescimento econômico de uma região encontra-se determinado e condicionado pelo desenvolvimento das relações comerciais, financeiras e tecnológicas com outras regiões. Primeiro a Europa e depois os EUA. A dependência latino-americana, desde primórdios de sua colonização, foi sendo gerada, mas atingiu sua forma genuína com a internacionalização do modo de produção

⁶² Ainda que a África, em especial a África Subsaariana, e a Ásia guardem bolsões de pobreza na atualidade.

capitalista, principalmente em sua fase monopolista que aponta como tendência concentrar e centralizar os excedentes extraídos da periferia para a acumulação mundial dos centros dinâmicos do sistema mundial.

A internacionalização do século XV ao XIX, na América Latina, ocorreu sob o comando do capital comercial e usurário até que em meados do século XIX as condições objetivas para engrenagem ao capitalismo propriamente dito foram tornadas possíveis e desde então a internacionalização está sob o comando do capitalismo produtivo. Assim, corporifica-se a relação de dependência com as tendências econômicas do desenvolvimento capitalista mundial, através da absorção do componente tecnológico não mais produtivo para os países centrais.

Cabe destacar que os instrumentos técnicos advindos dos grandes centros se tornam gradativamente a forma de apropriação de mais-valia das economias dependentes, mas não a única:

Como resultado da inserção subordinada das economias dependentes na lógica mundial da acumulação capitalista se definem mecanismos estruturais de transferência de valor produzido nessas economias, mas que, na verdade, é realizado e acumulado no clico do capital das economias centrais. E, em função dessa transferência estrutural de valor, o desenvolvimento do capitalismo dependente requer algum tipo de mecanismo de compensação (CARCONHOLO, 2013, p. 198).

Isto é, os países dependentes, com o objetivo de transferir valores aos centros econômicos, se integram ao mercado mundial a partir de grandes desníveis tecnológicos, não poderão responder da mesma forma em termos capitalista, senão recorrendo à *superexploração* da força de trabalho, o qual possui três mecanismos conjugados: aumento da jornada de trabalho e aumento da intensidade da produção, sem, no entanto, haver elevação do salário e por último, a redução da capacidade de consumo do trabalhador, ou seja, a degradação da sua reprodução humana. Para Marini (2000, p. 125)

Os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isto é, congruente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que se realizam nela.

A *superexploração* da força de trabalho a que se remete Marini como alternativa ou ainda, a compensação para desenvolver em termos capitalistas – *superexploração* do

trabalhador – a América Latina encontra subsídios nesses três mecanismos que também existem no processo de acumulação do capitalismo em nível global, respeitando as especificidades do momento histórico que o modo de produção se apresenta. No caso latino-americano esses três instrumentos não ocorrem isolados e sim combinados.

Ou seja, a elevação da produtividade por meio de um incipiente aparato tecnológico conduz a uma aceleração da produção e desgaste da força de trabalho, a *superexploração* do trabalhador gera na “[...] economia dependente, uma distribuição regressiva tanto de renda quanto da riqueza, bem como a intensificação das mazelas sociais” (CARCONHOLO, 2013, p. 200). A dependência é uma veia que articula toda a totalidade em que está imersa a economia dependente latino-americana, desde fatores da colonização até suas mais diversas transformações conjunturais. Portanto, Marini (2000) expressa que os países dependentes são fornecedores dos elementos materiais para a especialização do centro através de sua integração à divisão internacional do trabalho.

Essa integração é combinada e frequentemente reconfigurada pela economia central de acordo com as necessidades do crescimento mundial da composição técnica e orgânica do capital, por isso prevalece um desenvolvimento desigual e combinado sustentado, sobretudo, pelos Estados nacionais, pois, o Estado, na América Latina, deve ajustar e reorganizar em consonância a manter em equilíbrio os precários elementos heterógenos e divergentes que compõem o desenvolvimento desigual e combinado.

Isto é, o Estado latino-americano, na medida em que o modo de produção capitalista amadurece no continente, ao invés de erguer suas próprias bases, uma vez que não teve origens próprias, foi se intensificando como apêndice político essencial à economia central. A este coube a tarefa de legitimar a transferência de valor, criando uma imagem que a divisão internacional do trabalho seria uma construção a-histórica e por via de consequência tornando também algo comum e natural a troca econômica desigual.

Assim, o Estado latino-americano permanece com a mesma natureza ontológica, mas em organizações divergentes até mesmo pela riqueza das singularidades que o continente apresenta na formação de seus países. Seu papel é dirigir a estrutura e funcionamento da atividade econômica e do sistema social para permitir e assegurar a relação de dependência, obscurecendo que a relação da dependência sustenta o *status quo* e obliterando a compreensão que mudar a estrutura estatal não é o mesmo que subvertê-lo.

Principalmente no que tange ao contexto tratado do século XX, ou ainda, o período ditatorial que sucedeu o processo de industrialização, que acentuou o papel diretivo do Estado através da incrementação com gastos militares e viabilizando a concentração de renda e

riqueza, ou pelos menos a que restava do processo de drenagem aos países centrais.

O excedente que permanece na América Latina é absorvido pela burguesia nacional convertendo-se em lucro para investir novamente no processo de reprodução ampliada⁶³ do capital, e por outro lado converte-se na forma de consumo de luxo. Vale ressaltar que são mercadorias advindas em sua forma acabada do centro capitalista, ou seja, repondo e recolocando a dependência latino-americana por meio de uma justificação e legalidade dentro dos Estados nacionais.

Dessa forma, o Estado latino-americano, aliado ao oligopólio, se mantém omissos acerca da depreciação da força de trabalho que se tornou o instrumento principal para tentar reequilibrar as taxas de mais-valia e os lucros transferidos aos grandes centros econômicos. Todavia, essa relação de dependência latino-americana dos Estados remete também ao *subimperialismo* que corresponde ao movimento do capital monopolista que se origina,

a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que se deriva da nova divisão internacional do trabalho e b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho, o divórcio entre as fases dos ciclos do capital, a monopolização extrema em favor da indústria suntuária, a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores) (MARINI, 1974, p. 19).

O *subimperialismo* investigado por Marini (1974) revela o processo de reprodução do capital central exigindo, na mesma proporção, um desenvolvimento combinado da América Latina como forma peculiar que assume a economia industrial no marco do capitalismo dependente. Para Marini (1992, p.137-138)

O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapõe ao esquema simples da divisão do trabalho – cristalizado na relação centro-periferia, que preocupava a Cepal – um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital, isto é, a relação existente entre meios de produção e força de trabalho, dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros.

Ou seja, a categoria *subimperialismo* representa uma necessidade posta pela fase monopolista, ou melhor, o exame mais detalhado e rigoroso desta categoria pressupõe

⁶³ Reprodução ampliada consiste no processo em que parte da mais-valia retorna a produção para que haja a ampliação na escala produtiva, porém esse capital é empregado e direcionado em maior grau a contratação do capital constante, desencadeando a intensificação e degradação da exploração da força de trabalho – capital variável. (MARX, 1996).

primeiro a avaliação do próprio imperialismo⁶⁴ que consiste no estágio da fase monopolista do capital central em que houve o início da fusão entre os monopólios e o capital financeiro. A aglomeração do capital industrial com o capital bancário que se solidifica no século XXI, já havia deixado seus indícios de que a partir da fase imperialista ampliar-se-iam a busca por colônias. Os grandes monopólios desejavam mais e mais colônias a fim de subordiná-las como extensões territoriais do poderio econômico e político do capitalismo central. Aponta Lenin (2012, p. 116) que,

A posse por colônias por si só traz aos monopólios garantia completa de êxito contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a falta de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias.

O Estado legitima o poder dos monopólios capitalistas e viabiliza as exportações de capitais em direção às novas regiões com o propósito de ter sua parcela no mercado mundial. Nesse sentido surgem os subcentros econômicos e políticos indicados na passagem acima. Esses subcentros no continente latino-americano significam que alguns países receberam em maior grau o capital externo para que houvesse investimento e modernização para aceleração e o crescimento da produção de bens de primeira necessidade e bens duráveis.

Portanto, em menor grau e com específicos elementos, o funcionamento do capitalismo dependente latino-americano ingressa também em momentos de fusão entre monopólios e capital financeiro. Para Marini (2000) este processo sintetiza-se na categoria *subimperialismo*.

Contudo, sendo o *subimperialismo* fundado na estrutura de dependência latino-americana, ancora-se na *superexploração* da força de trabalho como um fenômeno histórico determinado pelas modificações conjunturais ocorridas em detrimento das experiências em bojo a partir da Grande Depressão, mais especificamente com a passagem do capitalismo monopolista na Europa para sua segunda fase denominada por diversos autores como os “trintas anos dourados” do capitalismo.

Aquele Estado liberal que condenava a intervenção na economia impondo que fossem

⁶⁴A respeito da problemática do imperialismo: “[...] se for necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-á dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de grandes bancos monopolistas fundido com associação de capitalista monopolistas industriais e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos a regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido” (LENIN, 1984, p. 60).

totalmente livres as relações econômicas, a partir da crise de 1929, passou a ser questionado. A ordem social requisitava uma nova atuação em que o Estado deveria ser regulador e interventor, sem retirar a liberdade do mercado na produção. Deveria também, atuar no âmbito social através de políticas sociais para estimular assim, a capacidade produtiva dos trabalhadores. Para Lessa (2013, p. 189):

Para nosso objeto de análise, o fundamental é que, agora, há a possibilidade de se empregar o Estado de modo muito mais imediato que no capitalismo concorrencial para atender às necessidades de reprodução do grande capital. Crescem a intervenção do Estado na economia e o emprego do poderio militar nacional para decidir a concorrência internacional entre os grandes cartéis e monopólios.

Essa mudança política no papel do Estado, uma vez que não altera seu caráter ontológico, foi proposta como solução para saída e para evitar novas crises cíclicas, mediante as teorias de Keynes⁶⁵ que se tornou o representante do Estado regulador e interventor, que foi denominado como Estado de Bem-Estar Social em alguns países europeus. Graças aos subsídios estatais, esse período apresentou uma dinâmica expansiva do lucro, aprimorando a produção de bens de luxo enquanto os subcentros latino-americanos voltavam sua produção aos bens primários reafirmando a transferência da mais-valia.

Sob o Estado de Bem-Estar Social⁶⁶ diversos estudos respaldados pela centralidade política do debate apontam que sua ação reguladora e interventora foi responsável pelo melhor momento do capitalismo, assim como atribuem ter sido o período das “três décadas gloriosas”. De modo sucinto, muitas interpretações atribuem a esse Estado o resultado do protagonismo da classe trabalhadora que, através de suas mobilizações, passaram a pressionar o Estado, uma vez que o grau de conscientização dos trabalhadores nos países centrais era bem maior. Nesse sentido, pressionado pelo poder de fomentação da classe trabalhadora, o Estado passou a elaborar medidas que atendessem as demandas colocadas em xeque pelos trabalhadores. Portanto, seriam as políticas sociais “conquistas” da/para classe trabalhadora, a

⁶⁵ O mais importante economista da primeira metade do século XX foi Keynes, que teve papel imprescindível na elaboração das ideias de um Estado regulador e interventor (HURBEMAN, 1986).

⁶⁶ Superando essas interpretações fenomênicas, os conceitos destinados ao Estado de Bem-Estar nenhum dão conta de aspectos fundamentais do que realmente representou essa organização estatal denominada tão particular na história do capitalismo: 1. Ironicamente a política pública mais investida durante os trinta “anos dourados” foram os gastos com o complexo industrial-militar; 2. Também as políticas públicas longe de serem ganhos para os trabalhadores foram se convertendo em bom negócio para o capital; 3. A pronunciada democracia no Estado de Bem-Estar não ocorreu, e como poderia ocorrer diante da forte cooptação dos sindicatos pelo Estado, a burocratização do Estado que conseqüentemente quebrou a luta de classes e paradoxalmente incentivava novas técnicas de tortura e repressão; 4. Outro aspecto que passa despercebido por esses teóricos é a intensificação da exploração e extração das riquezas dos países periféricos, porque além das riquezas naturais se explora também a força de trabalho, portanto, ao invés de romper com todo o passado, o Estado de Bem-Estar apresenta muito mais continuidades (LESSA, 2013).

priori nos países europeus.

Na medida em que as necessidades de reprodução do capital demandam novas estratégias e novas roupagens, a atuação do Estado, concomitantemente, modifica-se, pois a função ontológica do Estado é que o instrumento de dominação de classe deve ser direcionado a gerenciar e administrar os negócios da burguesia (Marx, 1996). Então, por mais que o Estado aparente equilibrar capital e trabalho, não passa de uma relação fenomênica. Dessa forma,

O Estado de Bem-Estar não foi á expressão de uma nova configuração das classes sociais e nem de outra função do Estado. Dadas às peculiaridades históricas do pós-guerra, as necessidades inerentes á reprodução do capital exigiram a conjugação do binômio do Estado de Bem-Estar nos países imperialistas e ditaduras e regimes autoritários no Terceiro Mundo (LESSA, 2013, p. 191).

Ou seja, essa segunda fase do capitalismo monopolista existente em alguns países europeus foi tornada possível através de uma nova rodada de extração de riquezas da América Latina. Evidentemente que o caráter tardio de formação do continente impossibilitou de se vivenciar essas transformações societárias, entretanto, não o impediu de contribuir diretamente para sua materialização. Na América Latina, todo aquele processo de desenvolvimento endógeno garantiu uma maior intensificação da *superexploração* da força de trabalho, mas também o aumento da produção de bens de primeira necessidade por meio da abertura ao capital externo para as indústrias, constituindo uma economia subimperialista. Acrescenta Marini (2000, p. 117) que,

[...] é mediante o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional, que a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas contribui a que se superem os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão.

A América Latina inundada pela produção de primeira necessidade – alimentos, roupa, – passou a exportar os bens por um valor muito baixo em comparação aos produzidos dentro dos países centrais. Isto acarretou, para os países centrais, que estando os bens necessários à reprodução do trabalhador mais barato no mercado para consumo, o capitalista poderia diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário realizado pelos trabalhadores dos países centrais. Isto é, se esse trabalhador pode consumir determinada mercadoria no mercado por um valor mais barato, o tempo socialmente necessário é reduzido pelo capitalista.

Ao mesmo tempo em que o capitalista diminui o tempo de trabalho socialmente

necessário direcionado para condição de reprodução de vida do trabalhador, ele amplia o trabalho excedente, ou seja, amplia o tempo de trabalho destinado à produção da mais-valia, concomitantemente amplia o grau de exploração do trabalhador. Desse modo,

As funções que a América Latina desempenha na economia capitalista mundial transcendem à simples resposta aos requerimentos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo de acumulação na economia industrial se desloque da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, isto é, que acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente a exploração do trabalho (MARINI, 2000, p. 112).

Diante dessa inversão, alguns países centrais apresentaram um período em que a economia cresceu primeiro; em razão do aumento do tempo excedente; segundo, pelo aumento do consumo por parte dos trabalhadores em decorrência do baixo valor das mercadorias advindo da produção latino-americana e terceiro, a generalização de políticas sociais que atribuiu ao Estado uma fantasiosa proteção aos trabalhadores ao mesmo tempo em que estimulava as condições para consumo. Portanto, os “anos dourados” do capitalismo foram sustentados por uma maior exploração da força de trabalho latino-americana e maior apropriação de sua produção. Em suma,

[...] A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribui a criar e que alcança seu auge na segunda metade do século XIX, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência. O efeito dessa oferta (ampliado pela depressão dos preços dos produtos primários no mercado mundial) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em cotas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outras palavras, mediante sua incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais (MARINI, 2000, p. 115-116).

Salienta-se a importância de apreender os nexos causais que estão imbricados nesse período, em que, mesmo os países centrais sendo portadores de tecnologias avançadas, de última geração, não conseguiram substituir as riquezas naturais que a América Latina poderia disponibilizar em abundância. Descreve Galeano (2012, p. 95), “[...] esta dependência crescente, em relação aos fornecimentos externos, determina uma identificação também crescente dos interesses capitalistas norte-americanos na América Latina com a segurança nacional dos Estados Unidos”.

Isto significa que a extração das riquezas, na América Latina, é sempre crescente dada a dependência que os países centrais possuem de suas matérias e que existe uma preocupação

em que o continente esteja sempre aberto às condicionalidades do capitalismo desenvolvido. Portanto, o êxito dos “anos dourados” para o capitalismo central foi respaldado pelas mudanças condicionadas à América Latina, que também nos seus aspectos políticos e econômicos modificou-se.

Foram os resultados incipientes da tentativa Desenvolvimentista que serviu para essa fase de altos excedentes contribuindo para a necessidade dos países centrais que obrigaram que houvesse a modernização do continente latino-americano como combinação aos interesses do capitalismo central, que requisitava uma produção crescente.

Assim, se alastrou na América Latina os regimes ditatoriais cujos objetivos já apontados foram facilitar e fomentar as indústrias transnacionais, através de um Estado militarista que criaria um ambiente propício ao período de expansão central, que logo levou alguns países do continente, a exemplo do Brasil, a uma condição de *subimperialismo* em decorrência de ter se tornado um dos subcentros que mais recebia o capital externo. Por outro lado, também acentuou as contradições sociais, através de um ilusório desenvolvimento econômico acompanhado da opressão dos trabalhadores. Para Cueva (1979, p. 40)

Em la fase actual, la implantación del capitalismo monopolista de Estado tampoco podía llevarse a cabo de manera democrática, aunque sólo fuese por el hecho de que la reorganización social que para ello ha tenido que operarse ha implicado no una atenuación de las contradicciones de clase, sino más bien su extrema exasperación. Además, claro está, de que la transnacionalización de los sectores de punta de nuestras economías, y por lo tanto su modernización, no supone un proceso de homogeneización de la sociedad latinoamericana toda, sino al contrario, la acentuación de su heterogeneidad. Por más que en el curso de esta etapa se hayan creado algunos eslabones relativamente fuertes, el área en su conjunto sigue siendo un eslabón débil de la cadena imperialista. Todo esto crea para América Latina una situación muy particular.

Isto significa que esse conjunto de medidas patrocinadas pelos EUA e implementada pelos governos ditatoriais, instauram-se como maneira de assegurar a aceitação do processo de modernização, os quais buscam repreender de forma opressora e violenta qualquer movimento de questionamento da ordem capitalista, porque ainda que isoladas e imaturas ocorreram algumas reações, por exemplo, a reação dos camponeses ao processo de modernização reivindicando respostas por parte do governo. Salienta-se que os trabalhadores latino-americanos permanecem desprovidos de direitos sociais até a década de 1980, porque as mínimas ações sociais direcionavam-se aos trabalhadores legalizados e urbanizados.

Todavia, esse confronto de interesse de classes é utilizado para justificar os golpes militares, ocultando uma ideologia politicista que não evidência, por exemplo, o que de fato

estava em xeque não era interromper uma ameaça popular que poderia destruir o sistema capitalista, mas em primeiro lugar, estabelecer e fortalecer os vínculos do capital externo como uma demanda advinda da expansão dos “anos dourados” europeus. Para Marini (1974, p. 191-192):

Em 1964, a situação é diferente: a elite militar que encabeça o golpe não só intervém na luta de classes, mas também apresenta todo um esquema econômico-político, o qual consagra definitivamente a fusão de interesses entre ela e o grande capital. Esse esquema é o subimperialismo, a forma que assume o capitalismo dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro.

As ditaduras latino-americanas sob a insígnia do *subimperialismo* consagraram o definhamento do continente. Conforme Marini (2000), o continente desenvolve um processo dinâmico de capitalismo nacional que sob a ditadura cívico-militar se expande de acordo com os interesses do capitalismo internacional nas economias regionais sob o limite do monopólio mundial.

Desse modo, a crescente implementação das indústrias transnacionais proporcionou não só a exportação de mercadorias com custo de produção barateado, mas também a própria degradação da força de trabalho. A exemplo do que ocorre na empresa de automóvel, que o mesmo trabalhador para fazer determinado carro na Alemanha recebe 3,000 dólares, já no Brasil o mesmo carro compra a força de trabalho pelo salário de R\$ 1,500 reais, justificando o *subimperialismo e superexploração* da classe trabalhadora (MARINI, 2000).

Além disso, as transnacionais na medida em que qualificam a industrialização na América Latina também provocam o desemprego em massa, como observa Galeano (2012, p. 90)

Incrementaram-se os lucros dos donos de terra, quando incorporam meios de produção mais modernos na exploração de suas propriedades, porém mais braços ficam sem atividade e se torna maior a brecha que separa ricos e pobres. A introdução de equipamentos motorizados, por exemplo, elimina mais empregos rurais do que os cria. Os latino-americanos que produzem, em jornadas de sol a sol, os alimentos, sofrem normalmente de desnutrição: suas rendas são miseráveis, a renda que o cargo gera gasta-se nas cidades ou emigra para o exterior. As melhores técnicas, que aumenta os magros rendimentos do solo deixam intacto o regime de propriedade vigente, não são, decerto, embora contribuam para o progresso geral, uma benção para os camponeses. O campo irradia a pobreza para muitos e a riqueza para muito pouco.

Esse cenário é resultado da industrialização pesada, que expulsa os trabalhadores impulsionando o desemprego massivo. A América Latina enfrenta esses impasses como representação dos objetivos da política externa dos países centrais, pois “a política externa dos

países que conheceram o Estado de bem-estar continuou a mesma, com a idêntica finalidade: retirar do restante do mundo a maior quantidade possível de riqueza” (LESSA, 2013, p. 143).
Salienta-se também que,

A expressão “multinacional” é frequentemente usada de modo completamente equivocado, ocultando a verdadeira questão do domínio de empresas capitalista de uma nação mais poderosa sobre as economias locais – em perfeita sintonia com as determinações e os antagonismos do sistema do capital global. De modo geral, as nações capitalistas dominantes defendem seus interesses com todos os meios à sua disposição – pacíficos enquanto possível, mas recorrendo à guerra se não houver outra forma (MÉSZÁROS, 2002, p. 229).

Assim, os processos de modernização e industrialização da economia não significaram o rompimento da dependência latino-americana, pelo contrário, acentuou a exploração da força de trabalho, tendo em vista que foi o meio encontrado para sustentar todo o processo de industrialização mundial. E, concomitantemente, aumentou a dívida externa, pois mesmo que alguns indicativos apontem que durante os regimes militares o valor da dívida diminuiu em decorrência de um significativo desenvolvimento econômico da nação, como no caso do Brasil com o milagre econômico, isto não ocorreu.

Contudo, esse cenário não passou de mais uma estratégia capitalista para promover a degradação e o sucateamento da força de trabalho. “[...] o Estado de Bem-Estar não deixou de ser um passo importante na maior integração subordinada das economias da periferia às dos países centrais, o que significou uma ampliação da capacidade dos países imperialistas explorarem o resto do planeta” (LESSA, 2011, p. 290), ou seja, a relação de dependência foi reconfigurada, fundada na presença das grandes empresas multinacionais, e uma nova configuração para a dívida externa, transformando os países latino-americanos em subcentros do imperialismo mundial.

Sobre o *subimperialismo* na América Latina, o Estado militarista teve como função:

[...] promover os ajustes estruturais na nova ordem econômica, necessários à integração plena da região ao imperialismo mundial; e, por outro lado, reprimir as aspirações das massas, expressas nos movimentos de reformulação política que eclodiam no período (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 164).

De um lado a intervenção estatal através de um caráter ditador direcionou-se a execução de um conjunto de mudanças que buscavam auferir o desenvolvimento econômico e social mundial, ainda que seja totalmente oposto ao Estado de Bem-Estar europeu. O Estado ditatorial latino-americano tornou-se basilar a manutenção dos trintas “anos dourados”, porque fomentou a industrialização dos bens primários a custo inferior ao produzido e

comercializado na Europa, investiu na infraestrutura gerando dívida pública externa para garantir a eficiência da produção e a exportação ao mercado mundial.

Por outro lado, o Estado latino-americano, durante toda ditadura, teve o incisivo papel de reprimir, através dos atos institucionais, a liberdade, as lutas, as mobilizações da classe trabalhadora, e em troca predominavam a censura, a violência e tortura como foram os casos do Brasil, da Argentina e do Chile. Logo em seguida ao enfraquecimento das ditaduras, o continente passou por uma retomada da efervescência de frentes populares que através das lutas teve como resultado a consolidação e a implementação de políticas sociais públicas, como no caso o Brasil, por meio da Constituição Federal de 1988⁶⁷, que instituía a seguridade social em um tripé das políticas de saúde; assistência social e previdência social, as quais também já se instauram comprometidas pelas inflexões mundiais.

Em síntese, o retorno da ascensão popular, o reconhecimento das demandas sociais pelo aparelho estatal na América Latina não ocorreram isoladamente, mas, em um movimento contraditório, pois as generalizações das políticas sociais europeias que antecedeu este período passavam por diversas regressões. O continente latino-americano, com o enfraquecimento das ditaduras, transitava para a abertura democrática de seus governos. No entanto, este processo correspondeu às consequências de uma nova crise capitalista, a crise estrutural de 1970.

Assim, o período “glorioso” do capitalismo central não duraria mais que três décadas, e seu esgotamento foi marcado pela crise estrutural de 1970, que repercutiu de maneira danosa em todo o mundo, principalmente na periferia do capital. Antunes (2006) aponta alguns dos fatores que levaram a cabo o esgotamento do Estado intervencionista: queda da taxa de lucro; enfraquecimento do modelo de produção fordista-taylorista; hipertrofia financeira; queda do Estado de Bem-Estar Social; entre outros. No geral, evidenciava-se o caráter contraditório do capital.

Diante deste quadro crítico, o capitalismo personificado na classe burguesa precisou adotar medidas emergenciais para superar a crise estrutural. Dessa maneira, foram adotadas estratégias como: a reestruturação produtiva; o processo de financeirização e o receituário neoliberal. O processo de reestruturação produtiva consiste no conjunto de mudanças que atinge a esfera produtiva através do novo modelo de acumulação: o toyotismo.

Este, por sua vez, emerge como estratégia de contenção dos impactos advindos da crise estrutural, como forma de gerir a produção em substituição ao taylorismo/fordismo.

⁶⁷ Década de 1980 marca a redemocratização em toda a América Latina.

Decerto, tem se observado uma relação de continuidade entre os dois modelos, pois combinando as duas formas é possível potencializar a exploração do trabalho. Alves (1999, p. 76, grifos do autor) afirma:

Foi a nova crise do capital, caracterizada como uma *crise de superprodução* que atingiu os países capitalistas centrais a partir de 1973, que tendeu a impulsionar, principalmente a partir dos anos 80, uma série de transformações sócio-históricas que atingiram as mais diversas esferas do ser social. Desenvolveu-se *mundialização do capital*, que tende a impulsionar um *novo complexo de reestruturação produtiva*, uma ofensiva do capital na produção, que busca constituir um novo patamar de acumulação capitalista em escala planetária e que tende a debilitar o mundo do trabalho, promovendo alterações importantes na forma de ser (e subjetividade) da classe dos trabalhadores assalariados.

A reestruturação produtiva eleva a exploração do trabalho ao auge, mas, além do âmbito da produção onde se realiza a mais-valia, força motora do modo de produção capitalista, as relações financeiras também se modificam, na tentativa de manter o capital sob o domínio de todas as dimensões que possam gerar as riquezas. Este é o processo de financeirização do capital considerado como o elemento mais importante dessas modificações societárias, porque visa gerar dinheiro sem necessariamente interferir no âmbito produtivo.

Todo o processo de financeirização acontece com o aumento do capital fictício, o qual se constitui em um instrumento representado pelos títulos, bolsa de valores e ações que em sua essência não têm valor, porém, apresenta uma possibilidade de rendimento. É um jogo de interesses tático do capitalismo avançado, que consiste em adquirir o lucro no curto espaço de tempo, uma vez que não perpassa pela produção, pelo menos aparentemente. De fato,

Com a financeirização, o capital procura se valorizar, cada vez mais, sem passar pelo complexo de produção de mercadorias. Com ela, atingimos o último grau na fetichização das relações de propriedade capitalista uma homologia estrutural ocorre no campo da produção, com o toyotismo, que pode ser considerado o último grau na fetichização do antagonismo entre capital e trabalho assalariado (ALVES, 1999, p. 126).

E por último, a ideologia neoliberal que interrompe a fantasiosa organização social do Estado de Bem-Estar, constituindo-se como uma ofensiva que busca incentivar o investimento privado em contrapartida, privatizando as empresas públicas e cortando ou reduzindo os gastos sociais. Essas novas reformas estatais se basearam nas estratégias de buscar superlucros mediante a privatização de setores públicos do Estado latino-americano.

Todas essas medidas conjugadas operam a mundialização do capital, renovando todo o cenário econômico e político de acordo com as necessidades do capitalismo contemporâneo.

Logo, a repercussão desse processo acomete todo o globo, intensificando as desigualdades entre os países desenvolvidos e periféricos. Observa-se

[...] nos países do Terceiro Mundo industrializado como o Brasil, a classe operária ainda mantém, pelo menos até os anos 80, uma presença significativa nas indústrias. Entretanto, em virtude da mundialização do capital, as empresas, conglomerados e corporações transnacionais no Terceiro Mundo, como é o caso da indústria automobilística, tendem a adotar, cada vez mais, em maior ou menor proporção, os mesmos padrões tecnológico-organizacionais do centro capitalista. O complexo de reestruturação produtiva que atinge o Terceiro Mundo tende a debilitar o mundo do trabalho, (re) constituindo – ou meramente extinguindo – através da desindustrialização, os pólos de modernidade industrial, instaurados na época da industrialização emergente. Os imperativos da competitividade mundial exigem das corporações transnacionais, os verdadeiros agentes da mundialização do capital, seja nos países capitalistas centrais, seja nos países do Terceiro Mundo (ALVES, 1999, p. 141-142)

Cada uma das estratégias aqui ressaltadas, a partir da crise estrutural na década de 1970, tem como objetivo conectar as mudanças que, simultaneamente irão ocorrer com a América Latina, como já sinalizadas na passagem acima. Assim, encerra-se o período “glorioso” do capital que encontrou na América Latina as condições para sua realização e durante as três décadas de vigência forçou um processo de modernização através de violentos regimes militares.

Entretanto, o fruto desse esgotamento foi uma danosa crise que perpassa sobre toda a estrutura societária desencadeando novas transformações, com base na apropriação do continente latino-americano, tendo em vista que este absorve as determinações do capitalismo de forma combinada e desigual. Portanto, a *superexploração* e o *subimperialismo* da América Latina encontram seu esquema de realização através do mercado externo; da mais-valia absoluta extraída dos trabalhadores periféricos em substituição da mais-valia relativa nos países centrais; do aumento da participação industrial no produto interno através da modernização e por fim, como maior facilitador dessas incisões mundiais sobre o continente latino-americano, o Estado, que, gradativamente absorve as necessidades de reprodução do capital central mediante as singularidades em que a América Latina está imersa.

Por isso, para corresponder às novas relações históricas, o Estado ditatorial sede lugar a um Estado democrático⁶⁸ como um efeito às novas demandas oriundas do capitalismo

⁶⁸ Em consonância com a base material, a democracia que sucede ao autoritarismo latino-americano não emerge como sinal de igualdade, pelo contrário, demarca o poder da burguesia nacional, aliadas a empresas e grupos externos. Marcou convenientemente a aliança entre valores democráticos e o neoliberalismo.

contemporâneo após as repercussões danosas da crise estrutural de 1970, que será melhor esboçada no capítulo seguinte.

4 GLOBALIZAÇÃO, FINANCEIRIZAÇÃO E ESTADO NEOLIBERAL: “NOVA” FORMA HISTÓRICA DA DEPENDÊNCIA

Elucidadas as interações históricas e dialeticamente estabelecidas ao longo dos anos na América Latina, ressaltando a intrínseca relação econômica e política neste continente, cabe, neste quarto capítulo, analisar as dimensões contemporâneas latino-americanas que o capitalismo encontrou como alternativa à superação da crise estrutural de 1970, ou seja, como esses traços da economia mundial recolocaram as desigualdades e impuseram uma “nova” forma histórica de dependência à periferia latino-americana.

A crise de 1970 apresentou-se de modo danoso e distintamente das crises cíclicas⁶⁹, uma vez que a estrutura societária foi afetada por novos componentes, a exemplo do declínio econômico combinado à inflação crescente em que houve a redução da taxa de lucro. A crise estrutural por outro lado, não ocorreu em função somente da superprodução como de costume, então, diversas justificativas econômicas, políticas e sociais surgiram para demandar também diferentes medidas e alternativas à crise.

Explicitar cada estratégia de retomada do capital exige o esforço teórico de mapear articuladamente suas ações e efeitos, e como cada uma delas interfere ou força na América Latina a atualização da sua condição dependente, pois a desregulamentação do mercado financeiro pelo processo de reestruturação produtiva desregulamentou o mercado de trabalho e imprimiu ao continente uma dialética do capital fictício⁷⁰. Enquanto a América Latina continua a produzir crescentes excedentes através da *superexploração* da força de trabalho, a apropriação central agora se direciona pela lógica da financeirização – supressão do setor produtivo pelo financeiro. Isto significa que não se reinveste na produção, por via de consequência, coloca-se limites ao crescimento econômico e a intensificação do endividamento externo.

⁶⁹ No que tange as crises: “Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global” (MÉSZÁROS, 2002, p. 797, grifo do autor).

⁷⁰ Expressão utilizada por Carcanholo que faz menção ao seguinte processo: “A ideia de capital fictício permite que se coloque em prática a contradição máxima do modo de produção capitalista calcada no caráter social da produção e no caráter privado da apropriação, sendo que a primeira lógica é preterida a esta última. E é aí que a lógica especulativa sobrepuja a lógica produtiva, levando ao limite a autovalorização do dinheiro, sem compromisso algum com a produção capitalista e com a geração de mais valor. O dinheiro pretende se valorizar por si mesmo, naquele que seria para o capital o seu movimento ideal, D - D’, a geração do lucro pura e simples, sem nenhuma intermediação. Desse modo, “uma parcela cada vez maior do capital global procurará apropriar-se de um valor que está sendo produzido cada vez menos” (CARCANHOLO, 2004a, p. 17).

Além disso, a restauração do papel do Estado através do neoliberalismo⁷¹ proposto como alternativa pós-crise estrutural nos países centrais (Inglaterra, depois EUA), também se encontrava presente nos países periféricos desde a experiência chilena na década de 1970. A organização do Estado interventor e regulador do século XX passou a ser criticada como vilã pelas taxas decrescente de lucro e enfraquecimento econômico. Assim, o neoliberalismo associado à inflexão da mundialização do capital, sob a égide do capital financeiro, desencadeou aos Estados nacionais um conjunto de *contrarreformas* para contornar e sustentar os países capitalistas centrais.

A compreensão dos elementos contemporâneos apresentados nesta secção, articulados aos fundamentos recuperados, permite capturar, com base na realidade concreta, que as amarras capitalistas manipulam a abundância latino-americana no século XXI na mesma medida que condiciona a uma insuficiência de desenvolvimento. Superar as justificativas politicistas e mecanicistas que anulam a exploração do continente latino-americano ocorre na apreensão desses nexos causais.

4.1 Análise de conjuntura: desdobramentos da crise estrutural na América Latina

A reprodução do capital apresenta-se em uma nova fase em que mais do que nunca se pretende englobar, tornar o mundo uma cadeia interligada pelos determinantes centrais, operando de maneira acelerada e atualizada conforme as novas necessidades de rotação do capital. Dessa forma,

[...] no processo de mundialização, acelerando ritmos, generalizando articulações, abrindo novas possibilidades de dinamização das forças produtivas, criando meios rápidos, instantâneos e abrangentes de produção e reprodução material e cultural. A mesma dispersão mundial dos processos produtivos é acompanhada pelo desenvolvimento de recursos informáticos de integração, também em escala mundial, de tal modo que o mundo adquire características de uma imensa fábrica, acoplada com um vasto *shopping center* e colorido por uma enorme disneylândia. Tudo isso polarizado na rede de cidades globais desenhando o mapa do mundo (IANNI, 1999, p. 55, grifo do autor).

⁷¹ Compreende-se a organização estatal neoliberal: “como um conjunto de medidas políticas, econômicas e sociais que visam tirar o capitalismo da crise e criar as condições necessárias para a recuperação da lucratividade da ordem global do capital em queda. Essas mesmas medidas intentam realizar objetivos diversos, a depender de quais interesses de classe procuram proteger. De um lado, observa-se uma série de medidas voltadas para a recuperação do lucro dos capitalistas, e de outro, imposições restritivas e autoritárias sobre a classe trabalhadora, cujo resultado é a degradação da sua qualidade de vida e trabalho” (PANIAGO, 2012, p. 59).

Nesses termos o capitalismo contemporâneo é tomado pela mundialização⁷² do capital como processo necessário à sua recuperação, isto é, o controle do tempo e movimento do trabalho para a produção em massa e consumo de massa, próprios do fordismo-taylorismo tornou-se um problema que obrigou a aceleração do círculo de produção de modo flexível, ou seja, ao invés de uma produção em massa agora se tem uma produção diversificada de acordo com a demanda – toyotismo.

Todavia, para que haja essas novas e diversificadas demandas, o capitalismo precisou forjar o seu cenário, tendo em vista que o objetivo era romper com a rigidez e padronização do passado. Sendo assim, o capitalismo, nos países centrais, promoveu um “velho” e reconfigurado processo de desterritorialização, que deslocou suas unidades produtivas para as nações periféricas onde o grau de exploração da força de trabalho é muito mais intenso. Descreve Marini (2000, p. 269, grifo do autor)

O processo mundial em que ingressamos a partir da década de 80 e que se convencionou chamar de *globalização* caracteriza-se pela superação progressiva das fronteiras nacionais no marco do mercado mundial, no que se refere às estruturas de produção, circulação e consumo de bens e serviços, assim como por alterar a geografia política e as relações internacionais, a organização social, as escalas de valores e as configurações ideológicas próprias de cada país. Trata-se, sem dúvida, da transição para uma nova etapa histórica, cujos resultados apenas começam a ser vislumbrados e de um modo certamente insuficiente, com mais razão, dado que apenas começa, deixando ainda de fora a maioria da população da África, porções consideráveis da Ásia e inclusive parte da América Latina. Mas, em seu movimento envolvente, estabeleceram já postos avançados em todo o planeta.

Daí resulta a interlocução mundial em que as economias centrais e periféricas dialogando de forma mais direta, através da reestruturação produtiva, provocou dois importantes efeitos: a criação e aperfeiçoamento de novos meios informacionais, que puderam encurtar e acelerar a comunicação para a rapidez e agilidade no processo de rotação do capital. Razão pela qual se justifica a era da globalização, onde se aprofunda a integração econômica, política e cultural entre as nações. A partir do fortalecimento dessa grande rede integracional, o capital central vai impondo às economias periféricas como, a América Latina,

⁷² O processo de mundialização do capital é utilizado pelo francês François Chesnais sobre a nova etapa de desenvolvimento capitalista e a crise do sistema do capital no limiar do século XXI, referindo-se em outras palavras, ao “novo período de desenvolvimento do capitalismo mundial, que surge a partir da década de 1980 pode ser caracterizada como sendo a da “mundialização do capital” (uma denominação mais precisa para o fenômeno da “globalização”). Na verdade, estamos diante de um novo regime de acumulação capitalista, um novo patamar do processo de internacionalização do capital, com características próprias e particulares se comparada com etapas anteriores do desenvolvimento capitalista” (ALVES, 1999, p. 53).

novos e mais intensos processos de apropriação do excedente, embora provoque um crescimento nacional irrisório⁷³. Assim,

Ocorrem novos desenvolvimentos intensivos e extensivos do capital como agente “civilizador”. Ele promove e recria surtos de acumulação originária, engendra nova divisão transnacional do trabalho e produção, espalha unidades produtivas por todo mundo, informatiza processos de trabalho, modifica estrutura da classe operária transforma o mundo em uma fábrica e cria cidade global (IANNI, 1996, p. 57).

Na verdade, instaura-se uma nova fórmula de acumulação de capital, a qual combina mais-valia absoluta e relativa, que combina fordismo-taylorismo e toyotismo, que moderniza e na mesma proporção acentua as desigualdades para que possam ser criados e ampliados os espaços de valorização do capital, ao mesmo tempo em que eleva as taxas de mais-valia. Desse modo, quaisquer combinações que tenham como fruto gerar excedente mais rápido e dinâmico são realizadas, principalmente, se considerar o segundo efeito do caráter flexível advindo da reestruturação, isto é, o mercado financeiro.

O significativo desenvolvimento e internacionalização do mercado financeiro tornou-se a segunda medida de recuperação do capital após a crise estrutural e o segundo efeito da reestruturação junto à globalização. Através de um sistema global, altamente integrado e coordenado que busca agilidade para auferimento de lucro, uma massa de capitais vai, gradativamente, sendo valorizada, seja por meio do capital-empréstimo, seja como capital investimento em títulos de dívida pública ou em ações de valores. Alves (1999, p. 21) analisa os efeitos do mercado financeiro:

A lógica do capital financeiro, voltado para a reprodução hermafrodita da riqueza abstrata, através do mercado de dinheiro “sem Estado”, cuja cifra atinge hoje cerca de US\$ 30 trilhões, assola, com sua fluidez e frenesi, o mundo capitalista, provocando instabilidade financeira e arruinando planos nacionais de estabilização, constituindo-se, portanto, numa das características principais do capitalismo “pós-moderno”.

O que ocorre com este processo é a desregulamentação do mercado financeiro, onde os países centrais pressionam as economias periféricas por meio do processo de liberalização

⁷³A título de exemplo do crescimento enviesado pelo acirramento do endividamento e vulnerabilidade externa: “Ao analisar a trajetória desse indicador para o Brasil, constata-se que ele cresceu entre o último trimestre de 1990 e 1992, o que ocorreu fundamentalmente por causa da recessão econômica do período, como efeito dos planos de estabilização do governo Collor, e da acentuada elevação no valor da dívida externa a partir de 1992. De fato, a dívida externa total brasileira passa de US\$ 93 bilhões no final de 1991 para US\$ 132 bilhões no primeiro trimestre do ano seguinte. Entre 1993 e 1997, o indicador melhorou em razão do maior crescimento do PIB em relação ao da dívida externa. A elevação das reservas internacionais, que passam de US\$ 22 bilhões no início de 1993 para US\$ 61,7 bilhões em meados de 1997, freiam o crescimento da dívida externa líquida, ainda que a dívida total apresentasse trajetória ascendente” (PAINCEIRA; CARCANHOLO, 2002, p. 10).

e internacionalização para que haja abertura de novos espaços ao desenvolvimento do capital, seja na esfera produtiva ou ainda no jogo de interesses baseados no capital fictício. A citação acima também destaca a tarefa desempenhada pelo Estado, no que tange a concordância com as modificações capitalistas, em que as estratégias econômicas e políticas estão inteiramente articuladas para a realização do capitalismo contemporâneo com ênfase no avanço do capital financeiro.

Na América Latina esses novos espaços para sustentação da lógica financeira terá como caminho o aumento da transferência de valor, que continua sendo o excedente acumulado e apropriado pelo centro, seja sob a forma potencializada de transferência mediante a dívida externa onde os organismos internacionais impulsionam de forma obrigatória uma política monetária voltada aos objetivos de liberalização e desregulamentação financeira, conforme seus credores, ou por meio das transnacionais que permanecem aliadas na divisão internacional do trabalho. Para Ianni (1996, p. 54)

A expansão do capitalismo, por todos os cantos do mundo, atravessa fronteiras e regimes políticos, mercados e moedas, línguas e dialetos, religiões e seitas, soberania e hegemônias, culturas e civilizações. “Desde a Segunda Guerra Mundial, aceleraram-se os processos por meio dos quais as instituições capitalistas libertaram-se das injunções nacionais e promoveram a organização da produção e mercados segundo seus propósitos. Os atores principais responsáveis pela reorganização do mapa econômico do mundo são as corporações transnacionais.

Logo, a expansão de novos mercados e novas demandas necessárias ao contexto atual encontra nas corporações transnacionais a prestação do serviço de liberalização, ou melhor, transferem praticamente todo o excedente produzido com o objetivo de viabilizar o fluxo produtivo horizontalizado de lucro⁷⁴, assim, diminuindo os custos e impulsionando no mercado a competitividade mundial. Em geral, a financeirização promove o aprofundamento da apropriação da economia latino-americana por meio das transnacionais visando à valorização do capital global, onde as esferas produtivas e financeiras estão interligadas.

Essa é uma nova lógica financeira, isto é, o mercado financeiro assume papel decisivo no direcionamento das transnacionais⁷⁵ e na realização da globalização, porque o capitalismo

⁷⁴Horizontalização: consiste na estratégia de comprar de terceiros o máximo possível dos itens que compõem o produto final ou os serviços de que necessita. É tão grande a preferência da empresa moderna por ela que, hoje em dia, um dos setores de maior expansão foi o de terceirização e parcerias.

⁷⁵Sobre as transnacionais ressalta-se que: [...] “Apesar de serem designadas como “empresas” ou “firmas”, são grupos financeiros com características predominantemente industriais, que se distinguem cada vez mais da grande massa de empresas. Elas se distinguem, principalmente pelas seguintes características: 1. Dimensão; 2. Alcance global; 3. Modos de organização; 4. Poder financeiro, ou seja, capacidade exclusiva de ter pleno direito

central torna as transnacionais um arranjo com maior liberdade para entrada e saída; transferência e distribuição de lucros, sob o momento e a forma que melhor resultar no processo de liberalização (AMARAL; DUARTE, 2010). Por isto, as transnacionais, na América Latina, transcendem funções econômicas, porque também influenciam nos governos nacionais e nas relações entre países, tornando-se empresas financeiras com atividades produtivas.

Salienta-se que o protagonismo desse processo de financeirização tem também como importante mecanismo os organismos internacionais ou multilaterais, os quais consistem em um conjunto representativo formado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI); Banco Mundial (BM); Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros, que atuam como instrumentos de promoção de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais deliberadas pelos países centrais.

Acrescenta Mota (2012) que, do ponto de vista do capital, os organismos internacionais têm como objetivo alcançar acordos globais, viabilizando o consenso entre ações e equilíbrio entre os interesses particulares de cada nação. A união dessas instituições estabelece regras com a ideia de impedir conflitos e não deixa que nenhuma nação sobreponha a outra. No entanto, do ponto de vista real, são mecanismos que atuam através de acordos com as nações centrais, impondo regras e conflitos convenientes ao desenvolvimento e manutenção dos grandes centros capitalistas financeiros.

O discurso promovido pelos organismos internacionais encontrou nas economias periféricas, em especial na América Latina, o solo fértil para sua realização, posto à relação de subalternidade diante dos ditames centrais do capitalismo, isto é,

[...] as reformas estruturais que incentivassem o funcionamento dos mercados, apoiado na iniciativa privada e na menor presença estatal nas atividades econômicas, garantiriam a retomada das altas taxas de investimento e o crescimento econômico com distribuição de renda. Todas as nações deveriam se engajar neste processo de reordenamento da ordem econômica (AMARAL; DUARTE, 2010, p. 128).

As nações se engajaram neste ordenamento econômico e, por que não dizer, também político? Mas, os meios pelos quais isso ocorre certamente não passam pela distribuição de renda como pretendiam, uma vez que, no continente latino-americano a distribuição de renda

de acesso aos mercados financeiros, tanto para neles colocar suas obrigações sem intermediários, quanto para operar como investidores financeiros”. (ALVES, 1999, p. 72).

e riqueza são regressivas⁷⁶. No que tange a uma menor presença estatal, o apoio à privatização só reforça o Estado máximo e presente para o capital. Portanto, a financeirização se vale dos organismos internacionais como mecanismo manipulador das condições necessárias a manutenção do capitalismo central.

Todavia, é preciso desvelar o outro lado da moeda, pois, no mesmo nível de desenvolvimento econômico para os países centrais, exatamente, decorrentes das alterações assinaladas, se acentuam na periferia os efeitos que são inerentes ao modo de produção capitalista e os efeitos colaterais conforme a conjuntura vigente. Acrescenta Paniago (2012, p. 60): “De um lado, observa-se uma série de medidas voltadas para a recuperação do lucro dos capitalistas, e de outro, imposições restritivas e autoritárias sobre a classe trabalhadora, cujo resultado é a degradação da sua qualidade de vida e trabalho”.

Logo, é certo afirmar que o processo de mundialização do capital opera-se em um acelerado ritmo de inovações tecnológicas – globalização – que passam até mesmo a questionar a categoria trabalho como fundante do mundo dos homens, cedendo lugar ao fetichismo da técnica⁷⁷. A tecnologia tem se desenvolvido a ponto de tornar, ainda que aparentemente, a força de trabalho desnecessária. A produção tem sido elevada por mercadorias diversificadas, cujas,

[...] bases objetivas (e materiais) da expansão capitalista são postas, de modo pleno, a partir da própria constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho que tende a crescer e assumir uma dimensão global. A *superexploração do trabalho*, um conceito comumente utilizado para a periferia capitalista, tende a assumir plena efetividade no próprio centro capitalista (ALVES, 1999, p. 162, grifo do autor).

A passagem acima destaca as consequências desses novos aparatos tecnológicos, que provocam a demissão de muitos trabalhadores, pois suas atribuições estão sendo realizadas pela tecnologia. O que era próprio, a *priori*, do continente latino-americano – *superexploração* da força de trabalho – pode ser verificado nos países centrais, porque agora o “[...] crescimento econômico deixou de corresponder à ampliação de emprego” (MARINI, 2000, p. 277).

Dessa forma, como expressão inerente ao capitalismo contemporâneo vem à tona o

⁷⁶As reformas neoliberais de flexibilização do mercado de trabalho – e uma distribuição regressiva de renda e riqueza, está associada a uma marginalidade e violência crescentes (AMARAL; DUARTE, 2010).

⁷⁷O desenvolvimento tecnológico tem sido considerado o motor do desenvolvimento histórico de acordo com as teorias dos pós-modernos, isto significa, conforme esses pensadores, a força humana de trabalho teria sido completamente substituída pelo fetichismo da técnica (LESSA, 2011).

desemprego estrutural⁷⁸, articulado a uma nova forma de subordinação dos trabalhadores, onde parte dos que continuam empregados são submetidos a executar várias funções ao mesmo tempo, como se fosse um trabalho complementar ao da tecnologia – polivalência – ou ainda, outra pequena parte de trabalhadores desempregados volta na condição de terceirizado, o qual por sua vez fragmenta as condições de salário e de trabalho. A intensificação desse processo global provoca, na mesma proporção, a intensificação da exploração do trabalho, porque “[...] o predomínio da financeirização da riqueza, uma das determinações intrínsecas à mundialização do capital, impulsiona o processo de valorização na perspectiva da redução do *trabalho vivo*” (ALVES, 1999, p. 151, grifos do autor).

Para se sustentar a mundialização do capital em todos os seus aspectos estruturais – produtivos, políticos, sociais e culturais – devem ser contínuos e combinados, fazendo assim se tornar fundamental a qualificação do quadro de trabalhadores, tendo em vista que os trabalhadores são ameaçados a serem substituídos pelas inovações tecnológicas e informacionais. Em contrapartida, devem os trabalhadores se aperfeiçoar, buscar capacitação para adaptar-se ao novo cenário produtivo, mas não só produtivo, pois o alto grau de desemprego provoca também o crescimento das atividades terciárias, que são aquelas não necessariamente ligadas à produção. Nessas condições,

[...] ocorre uma cisão na estrutura da classe operária, entre seu núcleo produtivo, constituído pelos operários “polivalentes”, com capacidade de autonomia, de iniciativa e de renovação contínua de seus conhecimentos, e os demais operários industriais, o subproletariado tardio, que são incorporados à periferia da produção, em sua maioria com empregos precários, temporários e com níveis de salários inferiores. Temos, portanto, a tendência de constituição de um mercado de trabalho “dual”, adequado à lógica do toyotismo (ALVES, 1999, p. 143).

No geral, os trabalhadores enfrentam expressões como: polivalência; obrigação de qualificar-se sem que o sistema ofereça o suporte; o desemprego estrutural com todos os seus desdobramentos, a exemplo, o aumento da terceirização. Os trabalhadores esforçam-se na tentativa irrisória de manterem-se empregados e conquistarem o mínimo para sua reprodução.

⁷⁸ O desemprego estrutural como expressão contemporânea remete ao processo de intensificação das contradições inerente ao modo de produção capitalista. Escreve Mészáros (2002, p. 341, grifos do autor): “[...] sob a forma do aumento do desemprego crônico nos países capitalistas mais avançados representa um perigo sério para a totalidade do sistema, pois acreditava-se no passado que o desemprego maciço fosse algo que só afetasse as áreas mais “atrasadas” e “subdesenvolvidas” do planeta. Na verdade, a ideologia associada a este estado de coisas poderia ser – e, com um toque de cinismo, ainda é – usada para acalmar o operariado dos países “avançados” com relação à sua suposta superioridade concedida por deus. Entretanto, como uma grande ironia da história, a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente *o tempo de trabalho necessário* a um valor mínimo que otimize o lucro – como uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa *força de trabalho crescentemente supérflua*”.

No esforço de perseguir as peculiaridades que acometem a América Latina dentro de um modo de produção que é global, mas se reproduzem de formas particulares, como então ficam os trabalhadores latino-americanos frente a essas expressões? Para Marini (2000, p. 283-284)

Os países dependentes já não têm acesso a conhecimentos tecnológicos concebidos sobre uma base relativamente estável, como devem fazer frente ao acelerado desenvolvimento de tecnologias de ponta que demandam massas consideráveis de conhecimentos e de investimento, para que se possa encurtar a distância que tem em relação aos centros avançados. A isso se acrescenta o gasto que requer a educação, em que nosso atraso se torna maiúsculo. Tudo isso agrava as relações de dependência e ameaça reproduzir em escala planetária a divisão do trabalho que criou no passado a grande indústria, ainda que agora exija dos novos peões ou “operários de rotina” graus de qualificação muito superiores aos vigentes no século XIX. É inevitável assim que, como é a norma a economia dependente, as mudanças que passa o capitalismo engendram entre nós contradições muito mais agudas.

Em outras palavras, o elemento comum para os trabalhadores em geral é o auge da intensificação da exploração da força do trabalho. Mas, os trabalhadores latino-americanos, de modo particular, são severamente castigados por essa maior exploração, tendo em vista o desnível de capacitação, bem como, a formação tardia de dispositivos estatais que visam garantir a reprodução desse contingente populacional. Cabe ressaltar, que quando esses dispositivos surgem respaldados e reconhecidos como direito social, ligeiramente sofrem com o ajustamento do escasso recurso público. Dessa forma, só pode e vão gerar contradições mais intensas.

Assim, o elevado grau de dependência na América Latina provoca agudas desigualdades econômicas e sociais, pois sua condição de fornecedor de maior parte da riqueza do capitalismo central não possui bases sólidas para romper com esta relação, em que “a crescente produtividade do trabalho tende a conduzir não à redução do tempo de trabalho, mas pelo contrário, ao desemprego estrutural, à utilização decrescente da força de trabalho humana, à generalização do desperdício social” (ALVES, 1999, p. 156).

No geral, o processo de mundialização do capitalismo que explode nos países centrais, ocorre na América Latina, através do fortalecimento das transnacionais, partindo do pressuposto de que esse era o meio viável para promover o desenvolvimento econômico da nação necessário ao centro, uma vez que instrumentaliza a produção, mas também, o clique de financeirização. Alguns estudos indicam que,

Em uma economia globalizada, a competitividade das firmas nacionais em mercados estrangeiros torna-se crescentemente importante para a performance do país como todo. A internacionalização deve ser vista como um meio essencial para o aumento da competitividade internacional das

empresas, promovendo o desenvolvimento dos países e facilitando: i) o acesso a recursos e a mercados; e ii) a reestruturação econômica (ALEM; CAVALCANTE, 2005, p. 56).

Sendo assim, as transacionais, como forma concreta da internacionalização, aumentam a competitividade internacional, porém não para benefício dos países periféricos e sim, com o intuito de viabilizar o acesso à tecnologia, esquecendo apenas de destacar que são tecnologias atrasadas e incipientes para estimular qualquer desenvolvimento da nação, como verifica Marini (2000, p. 282, grifos do autor):

Uma análise mais detalhada nos mostra, no entanto, que os países desenvolvidos conservam dois trunfos na mão. O primeiro é sua imensa superioridade em matéria de pesquisa e desenvolvimento, que é o que torna possível a inovação técnica. Temos ali um verdadeiro *monopólio tecnológico*, que agrava a condição dependente dos demais países. O segundo é o *controle que exercem na transferência de atividades industriais* sobre países mais atrasados, tanto por sua capacidade tecnológica como de investimento, que atua de duas maneiras: uma, transferindo prioritariamente a estes últimos indústrias menos intensivas em conhecimento; outra, dispersando entre diferentes nações as etapas da produção de mercadorias, de maneira que impeça o surgimento de economias nacionalmente integradas.

Portanto, do mesmo modo como aqueles que acreditaram anteriormente na capacidade de um desenvolvimento para dentro da fase Desenvolvimentista, os que tendem também a defender o fortalecimento das transnacionais se distanciam da verdadeira base fundante em que surgem, posto que o controle sociometabólico do capital central impera diretamente nessas estratégias econômicas aplicadas na América Latina, mas não só no âmbito produtivo, essas mudanças perpassam a esfera política através do neoliberalismo. Este é o outro lado que marca o conjunto de mudanças às quais o continente foi submetido, e que será discutido na subseção a seguir.

4.2 Estado Neoliberal: contrastes latino-americanos

O que se tem tentado demonstrar ao longo do texto é como o processo de reconfiguração do Estado latino-americano é indissociável do dinamismo imposto pelo capitalismo central, ainda que o Estado, de modo geral, não seja o elemento decisivo das transformações societárias, mas tornou-se o aliado imprescindível para operacionalizar a dominação econômica e política nas mais diferentes peculiaridades mundiais.

Na América Latina a reorganização do Estado se apropriou de todos os recursos

disponíveis para a maximização dos lucros e mesmo que o capitalismo contemporâneo tenha provocado mudanças em sua configuração, o Estado latino-americano não deixou de incorporar o neoliberalismo, o qual permitiu manter a sua função de complementaridade sobre os antagonismos estruturais, absorvendo as novas demandas conjunturais que tem efeito direto no aprofundamento dos mecanismos de transferência de valores – comercial e financeiro -, e no endividamento que implica em uma maior concentração de renda e riqueza somadas ao agravamento das desigualdades sociais (AMARAL; DUARTE, 2010).

No plano internacional, o neoliberalismo emerge como uma das estratégias de desenvolvimento perante a profunda recessão que o sistema adentrou através da crise estrutural. Neste contexto, os ideais neoliberais inspirados principalmente em Hayek e Friedman⁷⁹ ganham visibilidade e espaço teórico-político, primeiro por apontar o Estado keynesiano (regulador e interventor), próprio das três “décadas gloriosas”, como responsável por concentrar exacerbado poder àquele, depois por destruir os lucros das organizações e provocar descontroladas taxas inflacionárias.

A partir deste diagnóstico estrutural, os idealizadores do neoliberalismo elencaram como saída para o Estado uma atuação mais forte, porém com poucas intervenções diretas na economia e no social. Na verdade um “monitoramento orçamentário que pudesse gerar estabilidade monetária” (AMARAL; DUARTE, 2010, p. 130), isto implica em uma série de reformas fiscais e monetárias com base no restabelecimento do mercado livre e liberdade individual.

O economista austríaco afirma que a liberdade possibilita a construção de um sistema econômico, político e social com um mercado livre. E esta liberdade se define pela “[...] ausência de obstáculo à realização de nossos desejos” (HAYEK, 1991, p. 33). Por isso, a liberdade individual é elemento primordial para o liberalismo, assim como para sua reatualização em pleno século XXI. Com base nesse autor, se o indivíduo tem total direito à liberdade econômica e política, sabendo que o Estado não pode inibir ou intervir em qualquer iniciativa individual, posto que o mercado regido pelas leis da “mão invisível” já pronunciada por Smith no século XIX, se autorregula, então os governos não podem interferir. Devem deixar livres os indivíduos para gerarem suas riquezas conforme seus esforços e destrezas.

Acrescenta Friedman (1988) que o indivíduo deve possuir liberdade para produzir e consumir sob as chamadas leis do mercado livre, porque a liberdade econômica é a chave

⁷⁹ Na construção do conhecimento direcionada a avaliar e superar criticamente o objeto, é tarefa primordial recuperar as bases em que se fundamentam o objeto. Nesse caso, Hayek e Friedman são os principais autores que contribuíram para a formulação das ideias neoliberais, favorecedoras da classe dominante.

fundamental para a liberdade total. Para este autor, o mercado é o caminho para galgar seus objetivos, na sociedade de mercado livre

[...] ninguém que compra pão sabe se o trigo usado foi cultivado por um comunista ou um republicano, por um constitucionista ou um fascista ou, ainda, por um negro ou um branco, porque o mercado é impessoal e separa as atividades econômicas dos pontos de vista políticos e protege os homens contra a discriminação com relação a suas atividades econômicas por motivos irrelevantes para a sua produtividade (FRIEDMAN, 1988, p. 17-28).

Confirma-se assim, que a ênfase é dada ao mercado, não importa as circunstâncias nem os meios, desde que os indivíduos tenham liberdade de produzir e consumir conforme sua capacidade. Todavia, tratando-se de uma sociedade de classes socialmente antagônicas, por si só essas capacidades já são desiguais.

Nessa passagem também é possível detectar que não é que os neoliberais defendam uma restrição total do Estado interventor, mas que, no funcionamento do mercado, o Estado deve intervir parcialmente, tendo em vista a preservação da liberdade individual, promovendo simultaneamente os pilares de competitividade e desigualdade inerentes ao capitalismo.

Para Friedman (1988), essa liberdade somente é válida para a força de trabalho disponível e para os não responsáveis – insanos, crianças ainda não aptas à exploração – cabe uma ação paternalista por parte do Estado, ainda que se distancie dos princípios liberais, pois a cobertura estatal, para os clássicos, fomenta a ociosidade. O motivo para esta abertura parcial de ação estatal não é difícil desvelar, uma vez que esse grupo não responsável precisa se manter ativo na economia.

De modo geral, Hayek e Friedman idealizaram o Estado neoliberal como governos direcionados a preservar a lei e a ordem; deliberar os direitos de propriedade; impulsionar a competitividade capitalista; oferecer uma estrutura monetária e suplementar quando julgar necessário a caridade privada e às famílias consideradas não responsáveis. Assim, sob essas condições, os indivíduos, na lógica de mercado, possuiriam total liberdade para se desenvolver.

As primeiras experiências históricas, em termos internacionais, do receituário neoliberal, embasada nesses teóricos, foram nos governos de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos EUA e, não demorou muito para se alastrar por todo o globo tendo esses dois países como modelos da nova era da globalização neoliberal. Mais precisamente foi em meados da década de 1980 passando para 1990 que os organismos internacionais incorporaram o receituário neoliberal como pensamento hegemônico. Entenda que, para a materialização desse pensamento, tornou-se necessária a elaboração de um mecanismo que canalizasse todas as

mudanças no centro e periferia, sendo então orquestrado o *Consenso de Washington*⁸⁰.

Os organismos internacionais anunciaram o *Consenso de Washington* como instrumento a frear as nefastas consequências da crise estrutural na América Latina e a incorporar o neoliberalismo conforme suas particularidades. Dessa maneira, os governos passaram a aceitar esse Consenso, na década de 1980, como uma agenda de medidas para o ajustamento macroeconômico. Embora

[...] o Consenso de Washington não tenha alterado o quadro de recrudescimento da questão social nem tampouco as possibilidades de superação do subdesenvolvimento e enfrentamento da desigualdade – que permanecia e se aprofundava nos países latinos americanos (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 157).

Isto é, a experiência do citado Consenso não tornou possível promover o desenvolvimento que pudesse limitar os efeitos desastrosos, “[...] pois toda nossa história política sempre esteve ligada ou determinada pelas convulsões da economia e das políticas mundiais” (COGGIOLA, 2009, p. 4). Mas, é verdade que dentro do modo de produção capitalista, onde o objetivo primeiro é auferir lucro, também não poderia existir esse tipo de mecanismo direcionado a “ajudar” ou “auxiliar” impactos decorrentes de sua própria estrutura, pois o centro impõe suas políticas econômicas no ritmo e em condições de submissão, vê a América Latina como uma colônia propensa a exploração financeira, estando vulnerável aos interesses externos.

Decerto, afirmar que o *Consenso de Washington* conduziu de forma pacífica as estratégias de desenvolvimento capitalista na periferia latino-americana, em que se acentuaram as disparidades e desigualdades traduzidas em novas formas de dominação e exploração. Esse movimento está atrelado à implementação do neoliberalismo na América Latina, que ocorreu de modo bastante particular, na sua aparição ainda inconsistente no Chile, com o golpe de Estado de Pinochet, em 1973.

No caso de Pinochet suas ideias de governo tinham como base a escola de Chicago, onde Friedman, um dos mais importantes idealizadores do neoliberalismo, estava à frente (KRIES, 2011). Dessa forma, Pinochet, dentro de um regime militar, deu início a um processo de liberalização da economia e, como justificativa, utilizou a ameaça socialista/comunista que

⁸⁰ O *Consenso de Washington* (1989) refere-se a um conjunto de dez medidas (reformas) que pronunciavam implementar o crescimento econômico dos países da América Latina. Essas reformas seriam: disciplina fiscal; uma mudança nas prioridades para as despesas públicas; reforma tributária; liberalização do sistema financeiro; uma taxa de câmbio competitiva; liberalização comercial; liberalização da entrada do investimento direto; privatização das empresas estatais; desregulamentação das relações de trabalho e da economia e direito da propriedade assegurado (MOTA, 2012).

pairava no Chile através do governo de Allende. Essa pioneira experiência latino-americana demonstra historicamente que o neoliberalismo se impôs pela força, tanto militar como a exemplo, Pinochet, ou com o processo de redemocratização que o continente ingressou com o fim das ditaduras, ou seja, o neoliberalismo exerce uma dominação sistêmica erguendo poder global.

Como apontado no final do terceiro capítulo, a organização ditatorial do Estado na América Latina foi dando lugar a um Estado reorganizado sob os pilares democráticos. O que não se revelou foi o real caráter desta democracia, considerando fatores como as transformações em curso após a eclosão da crise estrutural e as próprias medidas adotadas para sua superação, dentre elas o neoliberalismo.

Superficialmente, a literatura demonstra que as restrições dos atos institucionais realizadas pelos governos militares, mais a crescente intervenção estatal nas indústrias e no final a retomada dos movimentos sociais, reivindicando no cenário político suas demandas, levaram, em meados da década de 1980, o fim do período ditatorial em toda América Latina.

Assim, surgiu o ideário democrático⁸¹ como proposta de reorganizar a relação entre Estado e empresas, sociedade e mercado, em que a maioria da população, por meio de um processo eleitoral⁸², deteria o poder de escolher seus representantes, os quais, ocupando cargos públicos, deveriam exercer funções e tarefas em prol da população. O que a essa proposta esqueceu-se de acrescentar é que esta é uma democracia de mercado tão cara ao liberalismo quanto para sua atualização no século XXI.

Hayek, enquanto defensor do neoliberalismo, já havia assinalado que o governo democrático é o meio mais seguro de garantir a paz interna dentro da perspectiva liberal. Para este autor

O fundamento da democracia está, em primeiro lugar, no fato de que é o único método de mudança pacífica que o homem descobriu até hoje; segundo, representa uma valiosa garantia da liberdade individual; e, terceiro, na possibilidade de as instituições democráticas promoverem maior entendimento dos assuntos públicos pela população (HAYEK, 1991, p. 131-134).

⁸¹ Sobre a democracia: “La democracia burguesa relativamente sólida y estable *no* constituye la superestructura «natural» del modo de producción capitalista, sino que es la modalidad que la dominación burguesa ha logrado asumir en las áreas capitalistas «centrales» (eslabones fuertes), beneficiarias de la enorme masa de excedente económico extraído del resto del mundo; o, temporalmente, en algunos países capitalistas «periféricos» (eslabones en principio débiles) que han obtenido una ventajosa participación coyuntural en el reparto de aquel excedente (casos de Argentina y sobre todo Uruguay en determinado momento, o de Venezuela en la actualidad)” (CUEVA, 1979, p. 33, grifos do autor).

⁸² Esses processos eleitorais servem para representar muito mais uma realidade imaginada, inexistente, utilizando dos meios de comunicação para propagar um dos meios parlamentares que obliteram a centralidade do trabalho pela centralidade da política (LENIN, 2010).

Dessa forma, a democracia preserva a liberdade que é a premissa para o seu funcionamento, principalmente para o neoliberalismo. Por isso, pode-se afirmar que os processos de redemocratização que sucederam aos regimes militares na América Latina são “democracias liberais” que impulsionaram as reformas neoliberais no continente.

A democracia representaria a falácia de um Estado de direito, em que pese os processos eleitorais como instrumento da população e, simultaneamente, a emergência tardia das políticas públicas sob o parâmetro de direito, pois diferentemente dos países centrais que tiveram a generalização das políticas sociais públicas durante as “décadas gloriosas”, os trabalhadores latino-americanos, de forma tardia, somente tiveram acesso garantido e sistemático às políticas sociais na década de 1980, quando os regimes ditatoriais enfraqueciam ou em alguns países, onde o regime ditatorial já havia sido superado.

As mobilizações antes banidas pela repressão e opressão militares supracitadas, retornam ao cenário político exigindo o reconhecimento de seus direitos. Neste momento, de modo contraditório, houve na América Latina uma expansão do alcance das tímidas medidas sociais que antes se restringiam apenas ao trabalho formal e legal, agora passava a abarcar os direitos sociais.

O problema dessa institucionalização foi que o Estado não disponibilizou o arsenal financeiro suficiente para investimentos na esfera social, ou melhor, para implementar na prática a abrangência dessas políticas sociais. O Estado latino-americano deveria colocar à disposição o fundo público, mas não o fez porque este é redirecionado para a dívida pública. Em decorrência de problemas fiscais que acometem o Estado latino-americano, os recursos são canalizados para as dívidas externa e interna, estrangulando a capacidade de financiamento das ramificações estatais, a exemplo, das políticas públicas. Para Paniago (2012, p.68)

[...] a submissão dos Estados periféricos a condições ainda mais desfavoráveis à travessia da crise, transferindo riqueza para o coração do sistema global através da transferência de capitais e do pagamento de dívidas astronômicas mediante juros crescentes (ao sabor do mercado). Instalou-se uma relação em que se estimula (e até mesmo se comemora a entrada em abundância de capitais externos) a dependência ao capital externo em excesso à procura de inversões lucrativas a qualquer preço, ao mesmo tempo em que exigem-se (internamente) políticas de austeridade e rigidez orçamentária na execução das atividades típicas do Estado, tais como políticas sociais no âmbito da educação, saúde, habitação, assistência social etc. Liberdade crescente para o capital e austeridade e restrição para as demandas do trabalho.

As políticas direcionadas a reprodução do trabalhador latino-americano emergem na contradição e limitação da ofensiva neoliberal, que sem nenhum pudor tratou de operar ataques ao financiamento público como mais um campo de valorização do capitalismo central. Desse modo, as políticas públicas surgiram e se desfizeram no esforço focalizador, em que o Estado reduziu os escassos gastos públicos, acirrando as desigualdades nas condições de trabalho e reprodução dos trabalhadores latino-americanos. Coggiola (2009, p. 12) anota que no Brasil

[...] aumentou a entrada de recursos em moeda forte no país, fazendo com que as reservas crescessem. Mas o custo financeiro é elevadíssimo: a remuneração dos credores dessa dívida é de 12% reais ao ano, uma carga de juros crescente e impagável. A dívida interna cresceu sem parar, ultrapassando R\$ 1,3 trilhão, inviabilizando o orçamento público como fonte de recursos para o Estado e para a realização de investimentos na infraestrutura e nas políticas sociais.

Assim, o Estado neoliberal na América Latina alterou profundamente o cenário interno desde o sistema social, na medida em que converte a esfera pública como campo de investimento privado para a valorização e pagamento das dívidas externa e interna, como também superou a limitação protecionista ainda em vigor; ultrapassou as políticas industriais na medida em que o Estado delegou papel majoritário ao mercado atrelado ao forte processo de privatizações e abertura financeira. Aponta Paniago (2012, p. 66):

[...] que ao Estado sempre coube desempenhar a função e o papel mais adequados aos interesses dominantes do capital. O excesso de capital e o imperativo de uma lucratividade contínua e crescente, no caso do capital global dos países avançados, fizeram com que a busca de alternativas se voltasse à periferia do sistema. O Estado, nos países periféricos, passou a desempenhar o papel de receptor de capital excedente do centro do sistema. Ora tomando vultosos empréstimos externos, ora comprometendo-se a pagar a dívida externa com base nos juros agora determinados pelos agentes bancários e de investimentos liberalizados, com liberdade na fixação dos juros, de acordo com os interesses do mercado e do capital global.

O Estado neoliberal pronunciou neste continente uma falsa esperança de que os jogos livres entre os mercados deixariam para trás o atraso histórico e todas as expressões agudas de desigualdades que perseguem o continente. Ressalta-se que o Estado, dentro da lógica financeira na América Latina, passou a desencadear cada vez mais taxas inferiores de crescimento, posto que sem o reinvestimento produtivo a acumulação do capital esbarra na lógica financeira que gera impossibilidade de crescimento econômico ao longo do tempo. Assim, “[...] a atividade de produção de mercadorias é enfraquecida e se estabelece uma situação que combina juros elevados, endividamento crescente e intenso desemprego”

(AMARAL; DUARTE, 2010, p. 125).

Logo, na América Latina, o neoliberalismo encontra modos de operar substancialmente distinto dos grandes centros porque aqui se materializam, de fato, o conjunto ideológico que o sustentou enquanto estratégia de desenvolvimento quer seja na produção como destaca Marini (2000) que o Estado latino-americano é promotor do investimento e da demanda, ou então, de acordo com Carcanholo (2010), na forma financeira através dos juros e amortizações em detrimento da crescente dívida externa, somando-se a um corte excessivo nos gastos sociais atrelados a um crescente quadro de desigualdades.

Expressa Marini (2000, p.292):

Neste contexto a ascensão do neoliberalismo não é um acidente, mas alavanca por excelência de que se valem os grandes centros capitalistas para solapar as fronteiras nacionais a fim de liberar o caminho para a circulação de suas mercadorias e capitais. A experiência está mostrando, no entanto, que suas políticas, ainda que derivem de uma base ideológica comum, engendram resultados distintos em distintas regiões do planeta.

Dessa maneira, só é possível dissertar sobre o Estado neoliberal na América Latina desvendando a totalidade social, uma vez que os efeitos da lógica financeira expõem o continente a uma situação denominada pelos autores contemporâneos como: vulnerabilidade externa⁸³ em que o Estado neoliberal latino-americano contribui através da liberalização das transações econômicas internacionais; na renegociação da dívida externa que atua na desregulamentação e também na liberalização dos fluxos de capitais. Portanto, “o Estado entra novamente como agenciador dos apetites insaciáveis do capital” (PANIAGO, 2012, p.66).

Consequentemente, a vulnerabilidade externa tem como preço exatamente a intensificação dos danos sociais para a reprodução da população latino-americana, com ênfase nos trabalhadores. Afirma Marini (2000, p. 293):

A incompetência que estão demonstrando as classes dominantes latino-americanas e seus Estados para promover a defesa de nossas economias transfere para os trabalhadores a exigência de tomar a iniciativa. A ameaça de desindustrialização que se abate sobre a região, os atrasos que apresenta o sistema educacional e a insuficiência das políticas científicas e tecnológicas, somados à falta de políticas centradas no desenvolvimento econômico – colocaram a América Latina na ante-sala de uma situação caracterizada pela exclusão de amplos contingentes populacionais em relação às atividades produtivas, pela degradação do trabalho e pela deterioração dos padrões salariais e de consumo.

⁸³ A vulnerabilidade externa se estabelece “a partir da necessidade estrutural de atrair capitais para correção dos desequilíbrios nos balanços de pagamentos, o que acaba complexificando esse estrangulamento externo e os seus efeitos sobre a fragilidade das contas públicas” (AMARAL; DUARTE, 2010, p. 125).

Esse é o retrato da “nova” forma histórica de dependência que domina a América Latina. Os processos – renegociação da dívida externa e a liberalização dos fluxos de capitais – que são impostos ao continente para corresponder às determinações contemporâneas do capital em sua fase de globalização financeira, promovem uma forte entrada de capitais em suas regiões, a qual anula qualquer possibilidade de autonomia da política econômica, ao mesmo tempo responsabilizando a própria nação.

Ou seja, a abertura econômica externa que gera a vulnerabilidade⁸⁴ no crescimento e desenvolvimento econômico e social do continente é premissa para a inserção das relações contemporâneas do capitalismo na América Latina – exemplificação concreta do desenvolvimento desigual, mas, sobretudo, combinado entre o centro e a periferia.

Neste contexto, os organismos internacionais exercem controle perante as operações financeiras, inibindo qualquer forma de negociação iniciada pela América Latina, e demandando dispositivos estatais para monitorar qualquer falha que por ventura possa surgir, isto é, o Estado neoliberal na América Latina deve atuar para que o mercado financeiro não se depare com nenhum impacto e ou obstáculo, cumprindo as determinações dos organismos internacionais. Assim se tem “um meio de fornecer um ambiente econômico mais estável para que os agentes possam fazer uso das informações disponíveis da melhor forma possível” (PAINCEIRA; CARCANHOLO, 2002, p. 4).

Então o neoliberalismo para os países centrais representou uma das medidas de retomada dos investimentos, pois impulsionou junto à reestruturação produtiva e a globalização financeira, a competitividade, que por sua vez limita cada vez mais as indústrias nacionais na América Latina, tendo em vista a sua condição de dependência historicamente estabelecida. Vale ressaltar, que esta limitação não atinge as atividades de abertura comercial financeira promovida também pelas transnacionais, mas refere-se à própria incipiência de haver desenvolvimento dentro do continente. Para Paniago (2012, p. 78-79)

O Estado torna-se mais escandalosamente defensor de interesses monopolistas financeiros, abrindo-se para a terceirização de serviços e funções, e para a ampliação de fundos de investimentos criados a partir de suas próprias empresas estatais. Traz para o interior de sua função pública agentes comprometidos diretamente com critérios privados de lucratividade e eficiência econômica.

⁸⁴ “A abertura tende a reduzir o grau (capacidade) que uma determinada economia tem de responder aos choques externos, isto é, a mudanças abruptas na direção do fluxo de capitais externos. A esta capacidade de resposta de uma economia chama-se vulnerabilidade externa, quando a primeira é reduzida tem-se que o grau de vulnerabilidade é acrescido” (PAINCEIRA; CARCANHOLO, 2002, p. 4).

O Estado neoliberal, por meio da competitividade entre os mercados; da abertura externa sob o estigma do capital financeiro e da estabilização de contas públicas, forçou reformas estruturais somando-se ao progressivo processo de auferir superlucros mediante a privatização de setores públicos. Em outros termos, um Estado gradativamente maior para liberalização de capital e parco, quando não ausente, para intervenção em danos sociais que vem se acentuando na América Latina.

Acrescentam Amaral e Duarte (2010, p. 132, grifo nosso) que “[...] a partir daí não fica difícil perceber em que termos se estabelecem a dependência e a avidez por maior flexibilização dos mercados, especialmente do mercado de trabalho, no sentido de ampliar a *superexploração* na periferia”. Isto significa, em seus aspectos sociais, econômicos e políticos, que o neoliberalismo na América Latina reforçou a *superexploração* da força de trabalho com importantes singularidades: freio intenso ao crescimento econômico articulado ao desemprego; acirramento da dependência e da vulnerabilidade externa e em sequência a precarização dos direitos laborais.

Conforme a Organização Internacional do Trabalho (2000), na região latino-americana, de cada três empregos criados na década de 1990, dois correspondem ao setor informal e, de cada 100 novos postos de trabalho, 83 eram referentes ao setor de serviços, sendo que, 55% dos novos postos de assalariados careciam de proteção social. Esse conjunto de dados permite a visualização da deterioração dos trabalhadores latino-americanos que, inseridos ou não no mercado de trabalho, têm sua reprodução social comprometida.

Nesse “novo” retrato da dependência, os mercados nacionais, não aptos à competitividade estimulada em nível internacional, geram mais e mais dependência técnica e tecnológica forçando uma renegociação da dívida externa; mas também, afunila as condições dos trabalhadores, pois o Estado neoliberal ao atacar o campo do trabalho através da focalização orçamentária responsabiliza os trabalhadores.

Diante desta conjuntura, o Banco Mundial, em seu relatório de 2006⁸⁵, afirmou que “[...] o desempenho econômico da América Latina, nas últimas décadas, tem sido decepcionante, e a região ficou para trás em relação às economias asiáticas dinâmicas [...]” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 1), elencando como principais fatores “a própria pobreza” que estaria “dificultando o crescimento da região e, a menos que os entraves que afetam os pobres sejam solucionados, será difícil alcançar um forte crescimento”.

A partir dessa interpretação

⁸⁵ BANCO Mundial. **Redução da Pobreza e Crescimento: Círculos Virtuoso e Vicioso: Relatório Anual, 2006.** Disponível: <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 10 jun. 2017

obliterada, o Banco Mundial (2006) recomenda como solução e redução da pobreza para que favoreça o crescimento do continente, “que os países tornem-se, inicialmente, mais equitativos os seus programas de gastos públicos, dirigindo-os às pessoas que realmente precisam deles, em vez de gastar os recursos subsidiando programas para os mais abastados, como no consumo de energia, aposentadorias, pensões e universidades públicas”, melhorando a eficácia de suas políticas públicas.

O resultado desta visão distorcida do Banco Mundial, do qual não se pode desconectar sua função por excelência enquanto mecanismo do capitalismo financeiro juntamente ao Estado neoliberal, é disseminar a implementação de programas sociais como estratégia de superar a pobreza extrema que é crescente e, na sua visão imediatista, é responsável por impedir que o continente avance em seu desenvolvimento.

Nessas circunstâncias, o receituário neoliberal e a globalização financeira determinaram as perversas sequelas as quais o continente estaria condicionado, um verdadeiro processo de neocolonização. “Não há qualquer incompatibilidade, antes ou depois, na função social exercida pelo Estado. Alteram-se apenas, historicamente, as formas e os recursos envolvidos no atendimento aos interesses do capital social global” (PANIAGO, 2012, p. 78). Assim,

A atual caracterização do Estado latino-americano é expressão fundamental da dependência, a partir da sua histórica constituição como determinante central ainda vigente. Assim, a sorte destinada ao excedente apropriado pelo Estado cumprirá três destinos: financiar o processo de acumulação a partir de frentes diversas, tais como investimento em estrutura, subvenções financeiras ao capital internacional, isenção ou redução de impostos, manipulação de preços, etc.; pagar a dívida externa e seus juros, bem como os empréstimos realizados, dividendos diversos e amortizações, enviando assim parte considerável do excedente diretamente aos países centrais; e, finalmente, sustentar o financiamento de precários mecanismos de proteção social, a segurança pública e demais investimentos na reprodução social internamente (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 164).

De modo geral, quando se consolida o neoliberalismo, sua vinculação é dada quase que automaticamente a potencializar o capitalismo impulsionando a revolução científica, tecnológica e informacional, isto é, a globalização, uma vez que a mundialização do capital repõe a divisão internacional do trabalho para estimular a competição no sistema de produção. Nesta relação, a América Latina ocupa um papel subalterno, em que sua função é alimentar e fortalecer os laços de dependência, cujo pensamento hegemônico neoliberal condiciona a transferência do excedente, sucumbindo a força de trabalho e as riquezas naturais ao usufruto das benesses do sistema central – *aggiornamento* do velho.

O Estado neoliberal latino-americano se reorganiza como um importante ator político e social, provocando baixo crescimento econômico para o continente; intensificando a *superexploração* do trabalho na medida em que reduz as parcas políticas públicas e aumenta a taxa de desemprego. Todos esses fatores agravam a condição periférica em que a economia latino-americana se encontra. Tem-se aí um cenário negativo moldado pelo modelo neoliberal permitindo afirmar que o Estado neoliberal atua exatamente como pretendido por seus idealizadores, ou seja, o neoliberalismo não se define pela ausência do Estado, mas por um Estado que prioriza o mercado e a liberdade individual para a classe dominante e para os países centrais.

Demandado pelo capitalismo central, o Estado neoliberal, na América Latina, é utilizado como alicerce para retomar o investimento e competitividade, reformas estruturais que viabilizando a abertura financeira poderiam promover a igualdade de oportunidades e uma redistribuição eficiente da renda.

É, através do Estado neoliberal, que na América Latina se materializa a liberalização do sistema financeiro, a flexibilização, a desregulamentação do mercado de trabalho; provocando em contrapartida fragilidades estruturais – historicamente estabelecidas – as quais não suportam os impactos competitivos e ataques concorrenciais dos países centrais. O neoliberalismo se dissipa frente à escassez interna de recursos financeiros e de investimentos, pelas privatizações das empresas estatais dos diferentes ramos da economia e do sistema financeiro. Acrescenta Carcanholo (2010, p. 132),

[...] a perda de autonomia das políticas nacionais para esses países – o Estado se vê a serviço e à mercê do capital financeiro –, com uma forte restrição externa ao crescimento, que se explica pelos seus déficits em conta corrente e pela então necessidade de manutenção de altas taxas de juros como forma de atrair capitais que possam cobri-los, implicando em ampliação da dívida e do passivo externo dessas economias. Estas políticas de abertura comercial e financeira inauguradas no período provocam, portanto, uma ampliação nos níveis de vulnerabilidade externa, que constituem a restrição maior para a retomada e sustentação do crescimento econômico, e uma crescente superexploração da força de trabalho (traduzida em arrocho salarial e ampliação da jornada de trabalho) para que a acumulação interna de capital possa ser garantida em níveis razoáveis de lucratividade.

Isto é, o Estado neoliberal aprofundou a dependência latino-americana na medida em que jogou o continente no verdadeiro caos; perifizando ainda mais as precárias condições econômicas e relações societárias – a vulnerabilidade externa. Nesse processo acontece a deterioração das condições sociais de vida da população latino-americana com o agravamento

da pobreza, do desemprego, da precarização das relações de trabalho, do aumento das desigualdades internas. Para Mészáros (2002, p. 121)

[...] o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para extração do trabalho excedente. [...] o princípio estruturador do Estado moderno em todas as suas formas – inclusive as variedades pós-capitalistas –, é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente.

O Estado, na América Latina, legitima e supera os obstáculos que interferem de forma divergente ao objetivo destinado historicamente ao continente de se especializar cada vez mais na exportação de produtos agrícolas e minerais, e na importação cada vez mais de tecnologias sofisticadas dos centros, gerando crescimento do endividamento externo. A consequência desse movimento é a crescente desigualdade que extrapola seu sentido de classe, de cultura, cor e etnia, sendo elevada pela sua condição regional.

Dessa maneira, na América Latina, na medida em que se integra ao todo capitalista, ou seja, dentro de uma totalidade, o continente se particulariza em perder, em transferir as riquezas produzidas e oriundas do continente através de um Estado suplementar – a “base socioeconômica do capital é totalmente inconcebível separada de suas formações de Estado” (MÉSZÁROS, 2002, p.117).

Portanto, este “novo” padrão de dependência histórica, atingido no século XXI, com todos os elementos aqui elucidados, em que pese o Estado como elemento indispensável da sociedade capitalista, se defronta com as singularidades latino-americanas. O Estado neoliberal se faz e desfaz como estratégia econômica de desenvolvimento tomando como base a renegociação do endividamento externo; a regressiva distribuição de renda e riqueza internas; a crescente desigualdade social, e finalmente, o conhecimento sucessivo de que a dependência latino-americana não é um degrau ao desenvolvimento. É parte integrante de uma totalidade social que exige pensar a especificidade do continente para capturar o processo de formação econômico e político da América Latina avesso às condições humanas para o desenvolvimento dos trabalhadores da região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na formação sócio-histórica da América Latina verifica-se uma íntima articulação com o desenvolvimento do continente europeu sob o comando do capital, tendo em vista que a expansão marítima responsável pela exploração de suas terras foi impulsionada pela necessidade de subsidiar o desenvolvimento do capitalismo. Todo o processo que foi incitado nesse solo provocou a civilização do continente, que ao longo das circunstâncias históricas foi estabelecendo dialeticamente a coexistência com o Estado, considerando ser esse o complexo social pré-requisito para o funcionamento e administração da lógica expansiva do capitalismo central.

Através da recuperação histórica verifica-se que as relações sociais, em um permanente processo de transformação, colocam em xeque o esgotamento do feudalismo, exigindo que a sociedade se organizasse conforme as necessidades de reprodução das relações econômicas, não sendo o fator econômico o elemento único, mas é o decisivo para se pensar acerca das transformações societárias, porque é nessa esfera que o homem produz os meios para garantir a reprodução da sua existência. Assim, depositou-se no saqueio de novas terras a possibilidade de conquistar novos mecanismos para desenvolver o capital comercial, uma vez que o florescimento do comércio acelerava o processo de acumulação de riquezas.

Desse modo, as embarcações foram lançadas em alto mar passando a transportar as riquezas naturais da América Latina por volta do século XV. Esse continente, embora não colonizado, era portador de um manancial de riquezas naturais, de matérias-primas e solos férteis. A colonização da América Latina significou um “pote de ouro” que seria usado diretamente na formação do capitalismo europeu, que através da colonização confirmou seu caráter de incontrolabilidade, desigualdade e contradição.

No que tange a América Latina, o seu processo de colonização no século XV foi condicionado à exploração das riquezas, pois a acumulação primitiva do capital visava auferir mais e mais riqueza e diante da descoberta de terras tão abundantes, a apropriação deste continente para os objetivos europeus tornou-se conveniente, porém, o colonizador, impulsionado pelo desejo de imperar em absoluto o domínio sobre o continente, defronta-se com o primeiro empecilho – os nativos.

Em razão do objetivo que era extrair as riquezas naturais, tomando posse da América Latina como instrumento estratégico e lucrativo na participação da emergência do capitalismo, os colonizadores deliberaram um violento massacre contra os índios, para garantir que em

momento nenhum reivindicassem o direito sobre o continente. O massacre indígena sucumbiu praticamente todas as tribos. Aos poucos, aos indígenas que restaram lhes foi incumbido o trabalho escravo nas minas para extrair o ouro e a prata, sendo esta a primeira atividade desempenhada pelos colonizadores – a busca por metais preciosos.

A quantidade de ouro e prata extraída do continente latino-americano o tornou o maior fornecedor desses metais, os quais arrebatados pelos europeus tinham função de valorizar o dinheiro; aumentar as reservas das nações exploradoras. O Estado mercantilista priorizava que os países europeus conservassem suas riquezas para manter o poder econômico, mas que o saqueio do ouro e da prata latino-americanas permanecesse sempre em grau crescente.

Na medida em que os países latino-americanos ensaiavam a construção de uma civilização em decorrência dos metais extraídos eram também destruídos quando se esgotavam essas riquezas preciosas. Foi então que, gradativamente, a atividade estagnada dos metais foi sendo substituída pela atividade agrícola, tornando a América Latina a maior exportadora de suas matérias-primas para o desenvolvimento econômico do capitalismo central.

Os latifúndios implementados no solo latino-americano acentuaram a condição subordinada em que o continente estava inserido, precisando cada vez mais de força de trabalho. Nessas circunstâncias, o continente latino-americano já havia viabilizado as condições materiais imprescindíveis ao desenvolvimento do capitalismo central, e são várias as situações que comprovam isto, a exemplo da dinamicidade que imprimiu ao comércio, criando um mercado mundial para a superação das limitações feudais.

Esse mercado mundial tinha como base a exportação das matérias-primas da América Latina que através da legitimação do Estado extraía e transferia para a Europa. Assim, a América Latina torna-se fornecedora de matérias-primas e consumidora de produtos manufaturados, possibilitando o progresso alheio, através da expropriação de suas riquezas e, ao mesmo tempo é consumidora de mercadorias que, de certo modo, lhe pertencem.

Para o capital comercial não poderia existir meio mais assertivo que se apropriar das riquezas latino-americanas para ampliar sua produção. O Estado, como mediador desse domínio, vai reorganizando a produção dessas mercadorias, pois ao serem produzidas as mercadorias precisam ser escoadas, comercializadas. Desse modo, o Estado estabelece uma relação de exportação/importação, criando também um mercado consumidor das manufaturas estrangeiras concomitantemente protegendo e garantindo o desenvolvimento dos latifúndios.

As navegações e a colonização tornaram-se um negócio lucrativo para os europeus, pois além de todo o processo de usurpação que impuseram ao continente, fez surgir também

as casas financeiras – bancos – responsáveis por emprestar grandes valores de dinheiro a comerciantes, colonizadores, e aos próprios senhores de escravos na América Latina. Porém, esse valor emprestado sempre retornava de forma acrescida – lucro. Portanto, de diferentes formas a colonização latino-americana participou diretamente do acúmulo de riquezas europeias e, em meados do século XVIII passou a investir significativamente no desenvolvimento técnico e científico, inventando a maquinaria e, conseqüentemente, consolidando o modo capitalista de produção.

Com a consolidação do capitalismo a necessidade pela valorização do valor tornou-se crescente, ou seja, o lucro que é a força motora do capitalismo precisava ser gestado mais rápido e em maior quantidade. No entanto, o continente latino-americano não possuía as condições objetivas – parco desenvolvimento das forças produtivas – para ingressar no capitalismo. Dessa maneira, foram os latifúndios e o trabalho escravo que operacionalizaram as demandas do capital, atuando em consonância com os ditames do capitalismo central.

Todavia, dado o caráter totalizador em que o capital se funda, novos mecanismos para atender as suas necessidades passam a ser requisitados. Conforme o capitalismo vai se modificando e atuando sobre diferentes fases, a engrenagem da América Latina ao capitalismo tornou-se vital. Aquele modo de produção que resultou no florescimento da idade moderna em tempos de grandes descobrimentos científicos; de abundância de mercadoria; gerou a ilusão que o ingresso do continente a essa estrutura econômica também lhe traria o progresso.

Nesse sentido, correspondendo às necessidades postas para a vitalidade do capital, enquanto relação antagonicamente estruturada, a engrenagem da América Latina ocorre em meados do século XIX, expressando que o capitalismo não fez mais que promover uma segunda rodada de exploração e usurpação do citado continente, acirrando as desigualdades sociais. Em um mundo inundado pela lógica destrutiva do capitalismo só sobrou ao continente latino-americano apostar na *superexploração* do trabalho para tentar desenvolver a economia nacional como estratégia de colocar o continente na escala evolutiva dos capitais desenvolvidos.

Assim, o progresso pretendido com o advento do capitalismo tinha como base a exploração não só das riquezas materiais, mas também, da força de trabalho humana. A América Latina foi incorporando os imperativos postos pelo capitalismo central, como: absorver as tecnologias que para os países desenvolvidos não tinha mais valor; estabelecer o trabalho assalariado, no entanto com um valor inferior ao constatado em qualquer parte do mundo; se especializar na atividade exportadora dos bens primários, entre outros.

Portanto, o concreto real, através da abstração teórica aqui tornado concreto pensado, permite apreender que a América Latina torna-se periférica e/ou dependente pelos elementos pormenorizados no decorrer do texto que ao longo da história foram se intensificando, sendo eles: a *superexploração* da formação de trabalho como alternativa à engrenagem do capitalismo; a especialização da América Latina em produtos de baixo valor agregado e simultaneamente no poder de compra – importação – em grau crescente; distribuição regressiva de renda e riqueza; e contemporaneamente, acirramento das dívidas externas, na medida em que não se exporta capital – vulnerabilidade externa. É primordial acrescentar que a remessa de excedente que já foi metais preciosos, matéria-prima, força de trabalho, e atualmente correspondente à forma financeira para o centro somente se materializou através do Estado.

O Estado latino-americano servindo como alicerce para absorver as demandas do capital, nas suas diferentes fases – concorrencial; monopolista e, contemporaneamente, monopolista financeira, – é o facilitador da lógica de expansão, neutralizando os obstáculos e legalizando o papel de complementaridade dialeticamente estabelecido ao continente. Na fase concorrencial dos países centrais no século XIX, o papel da América Latina foi insubstituível na ampliação do mercado mundial, apresentando um Estado legitimador da transferência de valor e protetor das atividades exploratórias quer seja dos metais ou dos latifúndios.

No que toca a fase monopolista, século XX, o Estado ditatorial, operacionalizou de modo autoritário o processo de modernização e aceitação do capital externo, o qual sustentou através da exploração da sua força de trabalho e exportação de suas mercadorias com baixo valor acrescido, “os anos dourados” em restrita parte da Europa. E finalmente, século XXI, onde, contemporaneamente, através das inflexões da crise estrutural, o Estado vai gerindo no continente a liberalização financeira como forma de preservar os interesses centrais, garantindo, desse modo, as condições para a reprodução do capital.

Observa-se a intrínseca combinação, na medida em que os países centrais operam mudanças, que a América Latina está condicionada também a se modificar, haja vista que os Estados nacionais não possuem autonomia interna, estando prisioneiros das distintas formas de dominação que o capitalismo central emprega, conforme suas necessidades de reprodução. Para materializar essa relação entre os países centrais e periféricos, o complexo Estado é incorporado, com todas as suas configurações, assegurando os requisitos para que o modo de produção capitalista opere em sua totalidade.

É preciso considerar os nexos causais em que pese a divisão internacional como algo funcional a existência do capitalismo e do seu processo de desenvolvimento, no exercício de

superar os diversos estereótipos que são impregnados à América Latina. É necessário colocar na ordem do dia o conhecimento das peculiaridades e lacunas no processo de formação latino-americana, como forma de subverter o capital em sua totalidade. E é na figura do Estado que muito deste caminho pôde ser capturado, visto que a dependência funda-se mediante uma relação de combinação baseada na desigualdade.

Afinal, é próprio do caráter totalizador do capital agir sobre todas as dimensões da vida social de forma combinada e desigual em uma interconexão entre as esferas econômica e política. Assim, o Estado é o elo indispensável à base material da sociedade de classes, exercendo no continente latino-americano o singular papel suplementar à destinação dos excedentes apropriados para o financiamento do processo de acumulação dos países centrais.

REFERÊNCIAS

ALEM, Ana; CAVALCANTI, Carlos. O BNDES e o apoio á internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões. **Revis. do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p.43-76, 2005.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital**. 2. ed. Londrina: Paxis, 1999.

AMARAL, Marisa S.; DUARTE, Pedro H.E. **Neoliberalismo e dialética do capital fictício: a constituição de um novo padrão de dependência**. Campinas: Leituras de Economia Política, 2010. p.111-138.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

BANCO Mundial. **Redução da Pobreza e Crescimento: Círculos Virtuoso e Vicioso: Relatório Anual**, 2006. Disponível:<<http://www.bancomundial.org.br>>. Acessado em: 10 de jun. de 2017.

BISPO, Artur. **Capital e Trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

CARCANHOLO, Marcelos Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trab. Edc. Saúde**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 191-205, 2013.

CARCANHOLO, Marcelos Dias. Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento. In: COLÓQUIO LATINO- AMERICANO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS, 4., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: [s. n.], 2004a.

COGGIOLA, Osvaldo. Programas Sociais Compensatórios: a experiência brasileira. **Rev. Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 01-320, jan./jun. 2013

COGGIOLA, Osvaldo. **América Latina no olho da tormenta mundial**. Salvador: o olho da história, 2009. Disponível em: <<http://oolhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/coggiola-1.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CUEVA, Agustín. **El desarrollo del capitalismo en América Latina y la cuestión del Estado**. Colombia-Ecuador: centro de estudios latino-americanos de la FCPYS, 1979.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. São Paulo: Círculo do livro, 1975.

ENGELS, F. **A Origem da família, da Propriedade Privada e Estado**. 2. ed. São Paulo: Escala, 2009.

ENGELS, F. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. 3. ed. Lisboa: Editorial Avante, 1975.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas).

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

HAYEK, F. A. **Los fundamentos de la libertad**. 5. ed. Madrid: Unión, 1991.

HOBBSBAWN, Eric. **A era do capital, 1857 – 1875**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1979.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 1986.

IANNI, Octavio. **A era do Globalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KRIES, Rafael. **A B C del poder popular y los cordones industriales: Proyectos sociales en Chile durante la up 1970-1973**. Chile: [s. n.], 2011.

LASKI, Harold. **O liberalismo europeu**. São Paulo: Mestre JOU, 1973.

LENIN, V.I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. 2.ed. Lisboa: Avante Edições Progresso, 1984.

LENIN, V.I. **Estado e Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2012.

LESSA, Sergio. **Capital e estado de bem-estar**: o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy. Memória. In: STÉDILE, João Pedro; TRANSPADINI, Roberta. **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARINI, Ruy. **II subimperialismo brasileiro**. Turim: Einaude, 1974.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro primeiro. São Paulo: Nova cultural, 1996. (V. 1, t. 1).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro primeiro. São Paulo: Nova cultural, 1996. (V. 1, t. 2).

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. São Paulo: Escala, 2009

MENEZES, José. **Seguridade social versus seguridade para o capital**. Disponível em <<http://cspconlutas.org.br/2013/02/seguridade-social-versus-seguridade-para-o-capital-por-jose-menezes-gomes/>>. Acesso em: 12 jul. 2016

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTA, AMARAL. PERUZZO. O Novo Desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA. (org.). **Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012. p.153-179.

MOTA, A. (org.). **Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

Organização Internacional do Trabalho. **Panorama Laboral 2000 de América Latina y el Caribe**: Peru, 2000. Disponível em <<http://www.oit.org.pe>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

PAINCEIRA, Juan Pablo; CARCONHOLO, Marcelo Dias. **Abertura Financeira e Vulnerabilidade Externa na América Latina: os impactos sobre Brasil, México e Argentina**. International Investment; Long-Term Capital Movements; F32 - Current Account Adjustment; Short-Term Capital Movements; F360 - Financial Aspects of Economic Integration, 2002.

PAIVA; ROCHA; CARRACO. Política Social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **SER Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010.

PANIAGO, M. C. Keynesianismo, Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado. In: PANIAGO, M.C. (Org.). **Marx, Mézaros e o Estado**. Maceió: Instituto Lukács, 2012. p. 90-120.

PINHEIRO, Vinicius. Modelos de Desenvolvimento e as Políticas Sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, n.2, jun./dez., 1995.

SPOSATI, Aldai. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011.

TONET, I. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.